

ATA DETALHADA DA 191ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos Vinte e sete dias do mês de junho de dois e mil e quatorze, às nove horas no plenário
3 da Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/ MG realizou-se a centésima nonagésima
4 primeira Plenária do CEAS, Coordenada pelo vice-presidente Volney Araújo do PSIND,
5 onde estavam reunidos os seguintes conselheiros titulares: Geisiane Lima Soares-Caritas
6 Brasileira; Shirley Aparecida Moreira da Silva – CMAS/ Sarzedo Maria Albanita Roberta
7 de Lima – SEDESE; Rodrigo dos Santos França-ASSPROM; Hermellis Messias Tirado de
8 Campos-CMAS de São Francisco de Paula ; Júlio Cesar de Oliveira Brum- IMSNS; Volney
9 Lopes Araújo Costa- PSIND ; Mila Magalhaes Ribeiro – SEPLAG ;Fernanda R. Maia
10 Mendes – Secretaria Estado de Saúde; José Henrique R. Rodrigues- Secretaria da
11 Fazenda ; Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS de Juiz de Fora; ; Vinicius Queiroga
12 Mendoza- CMAS de BH ; Maria Geralda Vilela Cupertino – Secretaria Estadual de
13 Educação ; Denise Cunha –CRESS. Conselheiras Suplentes: Lucia Elena Santos J.
14 Rodrigues – COGEMAS ; Adriane C. Dominicano Resende Rosa– CRED ; Sonia Maria
15 Costa Azevedo – SEAPA. ; Isabela de Vasconcelos- SEDESE. Membros da Secretaria
16 Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar; Maria de Paula, Vera Lúcia
17 , Maria Luiza, Maria Regina Caldeira, Rosangela ,Nilce Araújo, Adelmira Cerqueira , Max
18 Douglas, Raquel, e Rafaela. O Vice-presidente dá início à plenária. **Volney**: vamos dar
19 início a nossa centésima nonagésima primeira Plenária ordinária do CEAS. Nós vamos
20 relatar a justificativa ausência: Luiza COSTA –SEDESE, participando do Programa
21 Travessia; Anália Ferreira do COGEMAS por motivo de Trabalho; Magda Cristina Meire
22 Bezerra da SEF que vai tomar posse na próxima plenária, hoje veio o titular José Henrique;
23 Roberta, a presidente do CEAS que está no evento juntamente com a Tereza e estarão
24 aqui a tarde.Nós vamos dar início a posse dos novos conselheiros, José Henrique Righi
25 representando a Secretaria de Estado da Fazenda; Lúcia Helena Santos representando o
26 COGEMAS na condição de suplente e hoje vai estar na condição de titularidade; sejam
27 bem vindos a este conselho. Esperamos que possam contribuir de maneira efetiva na
28 construção de um SUAS para todos, então sejam bem vindos e estão empossados.
29 Apreciação da ata centésima octogésima nona foi encaminhada para todos conselheiros
30 e alguma observação nesta ata? Aconteceram alguns erros de português e os mesmo
31 serão corrigidos pela secretaria executiva, então considera-se aprovada? -ok. Nós temos
32 apreciação de pauta e inclusão de ponto ou informes. Alguém tem inclusão de pontos ou
33 informes. Hermellis, informes ou pontos, informes Hermellis. Mais algum informes? Então
34 nós vamos para apresentação de relatoria do processo PCH FOGOS dos municípios de
35 Unaí e Urânia de Minas, aprovação do PAS com vista LI, com o conselheiro Júlio César.
36 Júlio César: Bom dia a todos, Júlio do Instituto Sacramentino. Vamos para a relatoria PCH
37 FOCOS. O nome do empreendedor Morada Construções, Terraplanagem e Pavimentação
38 LTDA responsável pela elaboração do PAS/ BARRAGEM; Marcos Túlio Amaral Chaves;
39 municípios envolvidos Unaí e Urânia de Minas. Apreciação a data do recebimento do
40 processo 22/05/2014, a data de entrega 27/06/2014 hoje portanto. A fundamentação do
41 parecer no contexto do PAS/ Barragem. Em conformidade com o PAS, a Pequena Central
42 Hidrelétrica - PCH Fogos será implantado no rio São Miguel e localiza-se entre os
43 municípios de Uruânia de Minas e Unaí, na região noroeste do estado de Minas Gerais,
44 com previsão para gerar 13,60MW de energia. Em 08/10/2012 foi protocolado o PAS para
45 análise deste CEAS. Após avaliação, foram detectadas ausência de algumas informações
46 que seriam necessárias para a complementação do PAS. Mediante solicitação da Técnica
47 do CEAS, Sra. Rosalice Tassar, o empreendimento encaminhou em 11/02/2014 um novo
48 PAS com as informações solicitadas. O projeto de construção do reservatório da PCH
49 Fogos terá área de inundação de 0,221 km² e comprimento de cerca de 2.940 m, com
50 Área de Preservação Permanente (APP) de 30 metros, ao redor do futuro reservatório.

51 Para a construção da usina está prevista a intervenção em 10 propriedades, sendo que
52 em apenas 03 haverá terras atingidas, visto que as demais serão impactadas pelo Trecho
53 de Vazão Reduzida (TVR). Com a implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH
54 Fogos não haverá necessidade de relocação de famílias nem alteração de vínculos
55 empregatícios. De acordo com o que consta mediante relatório do PAS e com o parecer
56 da técnica Sra. Rosalice Tassar, os atingidos de forma direta ou indiretamente, são
57 favoráveis a implantação da PCH FOGOS vendo como positivo, podendo melhorar a
58 região e trazer benefícios como a geração de emprego e renda. Isso se confirma tendo
59 em vista que o empreendedor se compromete em contratar a mão-de-obra dos municípios
60 atingidos. O parecer, mediante análise do PAS, foi constatado que cumpre o que
61 determina as normativas deste CEAS, portanto o parecer é pela aprovação. **VOLNEY:**
62 Como é um processo de aprovação, Rosa peço para explicar rapidamente para os dois
63 novos conselheiros, Lúcia e José Henrique como é este processo, por favor, para ele
64 situarem. ROSALICE: Bom dia eu sou Rosa assistente social da secretaria executiva do
65 CEAS. Eu faço acompanhamento dos Planos de Assistência Social. Na lei de barragem
66 2012, ela coloca como uma das condições para o empreendedor receber a licença de
67 instalação ou licença de operação junto ao COPAM aprovação e a comprovação da
68 implantação de um plano social pelo empreendedor. Eles estão no processo de
69 construção sendo um processo de licença pra construir uma usina em determinada área
70 de Minas Gerais. Esta legislação é mineira não existe em outro lugar no Brasil. Ele tem
71 que apresentar junto ao CEAS um plano de assistência social e neste plano tem que ter;
72 diagnóstico, projeto da área da assistência social para garantir os direitos da população
73 atingida direta e indiretamente, tem que instalar um posto de atendimento social que vai
74 se tornar referência para população atingida; ele apresenta um diagnóstico dos
75 municípios, dos distritos da região onde será instalado o empreendimento. Este Plano de
76 Assistência Social - PAS passa para nós técnicos da secretarias executiva. Nós fazemos
77 entrevista com os atingidos e entregamos em plenária quando então será distribuído para
78 um conselheiro relator. Nós temos duas resoluções, normativas que fazem a normatização
79 deste nosso trabalho a luz dessas resoluções. É feita uma análise documental e o
80 conselheiro pode ir a campo também fazer uma diligência para verificar um ponto que não
81 está claro, ou por meio de visita ou por correspondência. Pode reportar-se ao
82 empreendedor ou algum órgão que ele sinta necessidade. Após volta para plenária neste
83 momento que é para deliberação. No caso de hoje é para aprovação do PAS, ou seja uma
84 proposta de ações que o empreendedor vai fazer dentro da área que vai ser atingida, vai
85 ser implantada o empreendimento e quando chegar o relatório final. Durante este
86 processo são encaminhados vários relatórios semestrais, bimestrais de acordo e avaliado
87 pela o CEAS. E o final que ele está pedindo a licença de operação ele apresenta para
88 gente o relatório final com todas as ações, todas as garantias que foram realizadas ou
89 não e então a gente faz a avaliação e passa para plenária que comprova ou não a
90 implantação deste plano de assistência social. Alguma dúvida gente? **VOLNEY:** Está
91 claro? Lúcia e José Henrique, mais uma observação gente, podemos ir para aprovação?
92 **VOLNEY** do PSIND pela aprovação. **FERNANDA SES;** pela aprovação **RONALDO CMAS**
93 **de JUIZ DE FORA** pela aprovação; **JOSE HENRIQUE SEF;** pela aprovação; **RODRIGO**
94 **ASSPROM;** pala aprovação; **VINICIUS CMAS DE BH;** pela aprovação; **JOSIANE**
95 **CARITAS;** pela aprovação; **MARIA GERALDA SEE;** pela aprovação; **MILA SEPLAG;** pela
96 aprovação; **ADRIANE CRED;** pela aprovação; **HERMELLIS CMAS São Francisco de**
97 **Paula;** pela aprovação; **LUCIA HELENA** pelo **COGEMAS;** pela aprovação; **VOLNEY:A**
98 **Denise** chegou um pouco atrasada pediu para fazer uma inclusão de um informe , todos
99 concordam?; aprovada . A Isabela vai fazer a apresentação do plano de ação do SUAS

100 WEB; ISABELA: Bom dia! Vou apresentar para vocês plano de ação de SUAS WEB, o
101 plano de ação como vocês sabem é um instrumento que a gente firma com governo
102 federal para transferência de recurso, assim como os municípios firma o plano de ação
103 também para receber transferência fundo nacional. Vou mostrar para vocês quais vão ser
104 os recursos e as metas que vai pactuar para transferência deste recursos para o exercício
105 2014. Eu trouxe as telas do sistema mais ela coincide, eu não sei se todos estão com os
106 planos impressos, porque ontem na reunião de comissão todos tinham recebido ela
107 coincide com o plano que vocês consegue imprimir e para mostra está igual o impresso
108 o que está inserido não sistema aguardando aprovação do Conselho. **VOLNEY:** Só
109 lembrando a todos os conselheiros que foi mandado para o e-mail de todos os
110 conselheiros ontem e os conselheiros que estava presente para reunião das comissões e
111 nós reunimos neste plenário e foi tirado todas as dúvidas e esclarecimento e a comissão
112 de políticas depois vai dá o encaminhamento. E suma importância que os novos
113 conselheiros estejam presentes nas comissões nos próximos meses. ISABELA: Se
114 houver necessidade de algum esclarecimento estou à disposição. Aqui é a tela inicial
115 quando entra mostrando; em vermelho está no status aguardando a aprovação do
116 conselho. O item vermelho que é pequenininho são os passos que o conselho tem que
117 cumprir para fazer no caso da aprovação ou não aprovação no preenchimento do sistema.
118 O primeiro item pertence o órgão do ente federativo. Os dados do governo do estado de
119 Minas Gerais, os dados gerais do governo, CNPJ, vocês vão observar que aqui embaixo
120 onde consta o nome do governador e consta o nome do nosso secretário da SEDESE,
121 Eduardo Bernes, ele está constando o nome do governador que foi uma delegação que o
122 gabinete do governador solicitou que fizesse; inserisse o nome do secretário já que ele
123 está respondendo pela pasta. No CAD SUAS nós fizemos está inserção depois que o
124 Anastasia saiu nós colocamos o Eduardo Bernes e está escrito lá que é uma delegação
125 do governador por isto que consta o nome dele, nós já conversamos no fundo nacional e
126 está tudo certo. Próximo item é a descrição do órgão gestor do fundo estadual de
127 assistência estadual que no caso é a subsecretaria de estado que é responsável pela
128 coordenação da política de assistência social em Minas Gerais. Traz todos os dados da
129 subsecretaria e o nome da gestora que é subsecretaria, Maria Albanita Roberta de Lima.
130 O próximo campo vai tratar do fundo estadual de assistência social, vem descrito CNPJ,
131 e-mail, dados e consta o nome da Roberta como responsável ela é ordenadora de
132 despesa do fundo, então consta os dados dela como responsável pelo FEAS com ato de
133 criação lei de criação, tudo certinho no fundo, todas as documentações. Aqui traz as
134 informações do CEAS e o responsável pela as informações pela aprovação e aqui em
135 embaixo consta a nossa secretaria executiva que é a Consolação e em cima as demais
136 informações do CEAS gerais inclusive a lei que cria. Próximo slide: Consta os nomes de
137 todos os conselheiros, agora ficamos sabendo que tem um conselheiro novo que tomou
138 posse e que vamos precisar atualizar o seu nome no CAD SUAS e ele não está
139 aparecendo porque foi recente e não tinha atualizado. Se o conselho aprovar Consolação
140 nós podemos colocar o nome do conselheiro novo. **CONSOLAÇÃO:** peguei os dados hoje
141 e eu já vou fazer a atualização no CAD SUAS. ISABELA: Vai aparecer certinho
142 correspondente a plenária que vai deliberar aqui hoje. Próximo slide; vamos entrar nas
143 metas físicas e depois mais para frente vou mostrar os recursos que estão
144 correspondendo a esta metas físicas. Então quando a gente recebe o recurso do IGD-E
145 do bolsa família o índice está descentralizado. A gente está comprometendo a cumprir
146 algumas metas dentro as taxas que acompanha este indicador. Então dentro do IGD tem
147 a primeira taxa qualidade cadastral que está sobre a responsabilidade da política de
148 assistência social. A nossa meta é 01 que é nota máxima, que é uma referência do

149 governo federal, e a meta que a gente está estipulando está na base da nossa referência.
150 A referência é montada na base do desempenho e nas metas dos anos anteriores. Então
151 a nossa qualidade cadastral já esta nota máxima e a nossa intenção e de mantê-la, a
152 atualização cadastral por outro lado é um desafio para gente. Vocês vão ver é o menor
153 que está aqui, mais é um trabalho intenso: a coordenação do programa bolsa família faz
154 de gestão, de apoio e assessoramento junto simples. A gente sabe da dificuldade que é
155 da equipe da proteção básica hoje para dar conta do volume grande do serviço e hoje nos
156 mantemos referência 0,74 com a meta de 0,74. Outra taxa é da frequência escolar, que
157 está sobre a responsabilidade da educação, a frequência escolar 0,85, a gente propôs a
158 meta com um ponto a mais, 0,86. Em relação a agenda da saúde que é a última, a
159 referência é 0,78 e a nossa meta é 0,78. Em relação ao IGD é isto. O IGD estadual é a
160 última apuração e deu um valor total de 0,85 e o recurso que a gente vai receber no ano
161 é referente a este valo de 0,85. Passando agora para o índice de gestão descentralizada
162 estadual do SUAS que é o IGD SUAS. Vocês querem falar sobre o recurso de aplicação
163 ou não precisa, todos já tem conhecimento? Beleza. O IGDSUAS é composto pelo ID
164 CRAS médio; todos os ID CRAS médio estado e a nossa média de ID CRAS está 0,79 e
165 a nossa meta é manter. A diretoria básica faz com os municípios planos de previdências,
166 capacitação que a gente faz, as series de ações que a gente mostra para vocês, no
167 momento da prestação trimestral de contas. A gente traz um pouco daquele quadro que
168 está acompanhando o plano de previdência para as principais ações que a diretoria de
169 proteção especial básica tem feito e o IDCRAS é sempre referência pra gente intervir junto
170 aos municípios. E a execução financeira que a gente teve um salto muito grande em
171 relação ao ano passado. Ano passado a nossa meta 0,62 nossa referência a gente
172 aumentou um pouco para 0,70 e nos alcançamos 0,93 que é nossa referência para este
173 é manter a nossa meta, é manter esta execução bem alta. Próximo ponto; das Macro
174 ações onde vão ser aplicados os recursos, são principais ações estratégicas que o
175 governo federal sugere ausente municipais e estaduais para executar por meio do bolsa
176 família e do IGDSUAS, então são ações de intervenção junto aos municípios e ações de
177 gestão. O importante é observar então que estão marcando as opções porque todos anos
178 marcamos as opções porque elas já fazem parte do IGDSUAS, tanto da coordenação do
179 bolsa família, quanto a diretoria gestão proteção social, do SUAS e de outras diretorias
180 das SUBAS como um todo, pensando na ação de gestão que a gente sempre faz, controle
181 de monitoramento, financeiro, controle de apoio social e várias ações. Próximo Slide;
182 vamos entrar nas metas físicas relacionadas aos recursos transferidos para serviço. Antes
183 nós estávamos falando de gestão, agora as metas para serviço. A primeira meta é da
184 proteção social especial. O estado como deveria ter feito municipalizou todos os serviços
185 da base os serviços que temos hoje são da especial de responsabilidade do estado
186 conforme a NOB. Primeiro assunto; PAEF ele é referência aos CREAS regionalizado e a
187 nossa meta é de 320 de pessoas atendidas por mês o que corresponde a 80 pessoas para
188 o estado hoje que abriga pessoas com deficiência. São as APAES, egressos das
189 FEBEMS, a extinta FEBEM que não foram relocados as suas famílias e que hoje estão
190 sendo cuidados. A gente colocou aqui se caso se recebesse PAC 1 se aplicaria para este
191 público, mas não é bem o caso, como a gente conversou eu acredito deve vir no parecer
192 da comissão, e de fazer um indicativo uma referência à isto, hoje continua constando pra
193 gente um serviço e que está recebendo. Agora o PAC2; de alta complexidade dois pra
194 jovens e adultos com deficiência, isto estamos indicando a meta de trinta dois, este público
195 corresponde ao das residências inclusivas, isto foi um aceite que a gente fez em 2013,
196 está recebendo pra três residências inclusivas, público de 10 pessoas e a gente tem um
197 com dois a mais que a gente está trabalhando para reduzir o número , o número real hoje

198 é de 32 pessoas jovens e adultos com deficiência acolhidos neste equipamentos hoje de
199 serviço . Próximo Slide: Agora vamos ver os valores financeiros, temos o do IGD e o
200 programa bolsa família e o IGD estadual que está recebendo a parcela mensal de R\$
201 164.820,10 e o IGDSUAS, no valor de R\$ 38.832,41, mensal , piso médio de
202 complexidade de que é dos CREAS regionais recebe mensalmente R\$ 112.000,00 que é
203 devido pelos quatro CREAS que o estado repassa o recurso para aplicação de serviço .
204 Este R\$ 4.150,00 que é o PAC1 que havia falado com vocês e que na verdade não
205 estamos recebendo e ele continua aparecendo no plano de ação. O PAC 2, que é das
206 residências inclusivas no valor de R\$ 30.000,00, corresponde a R\$ 10.000,00 para cada
207 residência inclusiva. Próximo slide; Aqui parece o resumo executivo que traz os valores
208 totais; tem o valor do fundo que estaria repassando para gente por ano seria de R\$
209 4.197.630,14, mas na verdade a gente teria que descontar aqueles 4.150,00 vezes 12,
210 porque a gente não está recebendo eles e para adequar a realidade a gente não totaliza
211 isto aqui. PONTO DOIS: São os recursos próprios, que está sendo alocado no fundo que
212 totaliza R\$ 73.302.240,00 conforme está na LOAS e total de recurso então que está
213 sendo alocado no fundo e ele aparece claro também ele aparece fundo municipal para
214 exercício e deveria ser fundo estadual ,a gente também já comunicou. E totalizando R\$
215 77.499,870,14 que na verdade não é de fato isto como a gente colocou. Próximo ponto,
216 campo é onde que o conselho vai inserir o seu papel de parecer dando favorável,
217 mencionando a data da reunião de hoje, número da ata, número da resolução que vai
218 publicar e o parecer favorável ou não. Eu só gostaria de fazer entre parêntese, que a gente
219 conversou ontem, mas eu acho importante de deixar registrado na plenária que foi
220 identificado pelo conselho e por nós na SUBAS , que o plano de ação de 2013 , na hora
221 de preencher a gente coloca para ver que a gente tem que colocar para evoluir e tudo
222 mais e a gente observou que o plano puxa do sistema hoje o plano de ação é diferente
223 do plano que foi aprovado pelo conselho em 2013 , inclusive a data da autenticação que
224 aparece quando você imprime aparece aqui em embaixo um código de identificação e
225 neste código você consegue ler a data que corresponde a data do parecer do conselho .
226 A gente já comunicou ao fundo eles estão verificando que o pode ter acontecido,
227 provavelmente alguma manutenção no sistema que eles fizeram, porque os recursos do
228 IGD estão todos zerados, as metas físicas não mudaram e os recursos estão parecendo
229 diferentes. Aparece que em 2013 que Minas Gerais não recebeu IGD, como nós tivemos
230 jus ao IGD, não é verdade tanto como o SUAS, bolsa família. Então nós estamos pedindo
231 pra corrigir isto para não ficar uma informação equivocada referente ao estado de Minas
232 Gerais. VOLNEY: Em discursão. ISABELA: Alguém tem alguma dúvida, alguma
233 consideração. DENISE: Para efeito de aprovação a gente não teria, colocar o valor real
234 Isabela? Tirando daquele 4.000,00 x 12, porque a gente fica com um volume de recursos
235 que foge da realidade. **ISABELA:** A sua pergunta foi ótima. Não tem jeito de nós fazermos
236 isto porque ele puxa automático, os campos que vão aberto para gente são os campos
237 que estão em vermelhinho que são da meta física, sabe aqueles quadrados vermelhos
238 são os das metas físicas , a meta financeira eles já puxam automático então a gente não
239 consegue alterar por isto a importância de mencionar e deixar registrado. Vai está no
240 parecer pelo que nós conversamos ontem, quando a comissão dá o parecer a gente avalia
241 porque é importante. **VOLNEY:** Ronaldo. **RONALDO:** contemplado, a respeito do parecer
242 a gente avalia e ontem realmente teve esta discussão de colocar este 4.000,00 x 12.
243 **VOLNEY:** Então vamos passar para a comissão de política para que apresente então o
244 parecer. **GESIANE:** representado a comissão de política nós vamos apresentar o parecer
245 da comissão. O Plano de Ação – SUASweb para o exercício de 2014 é o planejamento
246 para utilização dos recursos federais alocados no FEAS no ano de sua referência foi

247 apresentado conjuntamente às Comissões Temáticas do CEAS/MG em 26 de junho de
248 2014 e, no dia seguinte, 27 de junho, na 191ª Plenária Ordinária que deliberou pela
249 aprovação do Plano de Ação 2014. Quando da análise do Plano, verificou-se a
250 persistência de informação equivocada no Sistema referente ao Piso Fixo de Alta
251 Complexidade I, onde consta o valor de R\$ 4.150,00 a ser repassado por mês, no entanto
252 o estado não o recebe, considerando a municipalização do serviço. A Secretaria de Estado
253 de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDESE solicitou reiteradas vezes ao Ministério
254 de Desenvolvimento Social – MDS que retirasse essa informação do sistema, o que não
255 ocorreu. Ainda, observou-se que o padrão do sistema apresentado coloca como
256 identificação total de recursos o fundo municipal e não o estadual. Solicitamos, assim, que
257 as alterações sejam feitas. Ainda, propõe-se encaminhar ofício pelo CEAS ao MDS
258 solicitando providências em relação ao sistema que apresenta o Plano de Ação 2013 com
259 dados diferentes dos aprovados pelo Conselho, temos o ofício, este foi o parecer da
260 comissão de política. VOLNEY: Em relação ao parecer alguma contribuição, sugestão e
261 alteração de redação. Eu perguntei para Consolação mas na escrita não ficou claro,
262 propõe o envio de ofício pelo CEAS ou pela SEDESE? Pelo o CEAS. Eu creio que
263 importante acrescentar porque na forma que ficou lá não ficou claro. O CEAS que vai
264 acionar o MDS, OK. VOLNEY: Consideramos aprovado o parecer? Aprovado o parecer.
265 GESIANE: Fazer a leitura da resolução Nº 488/2014 que dispõe sobre o plano de ação de
266 assistência social de 2014, apresentado no sistema SUASWEB, na Secretaria de Estado
267 Desenvolvimento Social. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –
268 CEAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual n.º
269 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de
270 Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e considerando:- a deliberação da 191ª
271 Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2014;- que o Plano de Ação/SUAS
272 web – Exercício 2014 é o planejamento para utilização dos recursos federais alocados no
273 Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no ano de sua referência; **Resolver. 1º**
274 Fica aprovado o Plano de Ação de Assistência Social do Estado de Minas Gerais disposto
275 no Sistema SUAS web, relativo a 2014. **Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de
276 sua publicação. Belo horizonte 27Junho de 2014. Maria Albanita a presidente. VOLNEY:
277 Consideramos aprovados a resolução, aprovada. VOLNEY: Ofício Rosa por favor.
278 GESIANE: Excelentíssima Senhora informamos, a vossa excelência que Informamos a V.
279 Ex.ª que detectamos em consulta ao sistema SUAS web, que os dados do Plano de Ação
280 de 2013 encontram-se diferentes dos aprovados por este Conselho Estadual, conforme
281 comprovamos com a cópia anexa. Assim, solicitamos providências no sentido de corrigi-
282 lo. Agradecemos antecipadamente, aguardando retorno e colocamo-nos à disposição
283 para outras informações. Atenciosamente, Maria Albanita. VOLNEY: Aprovado?
284 Aprovado. Dando continuidade chegou aqui um informe da Adriana Rocha, a nossa
285 conselheira justificando a sua ausência por motivo de trabalho. Vamos aproveitar então e
286 dar posse Sonia Maria Costa Azevedo, suplente da Secretaria de Estado Cultura, Sonia
287 considere-se empossada. Agora nós vamos para apresentação do termo de aceite do
288 governo federal 2014, discutimos a Isabela vai apresentar e a comissão de política vai dar
289 o seu parecer também da mesma que aconteceu com plano de ação. **ISABELA:** Vou
290 trazer aqui par vocês três termos de aceite que estão abertos para a gente fazer o aceite
291 no sistema até dia 30 de junho então por isto estamos trazendo os três de uma vez. Nós
292 estamos com o prazo um pouco apertado, mas porque ele foram disponibilizados só agora
293 para gente então não foi uma questão interna da subsecretaria ele foi colocado mesmo
294 de última hora; eu acredito mesmo que a preocupação do período eleitoral, então o prazo
295 se encerra dia 30 de junho , mas como eu vou colocar aqui pra vocês ,ele dá algumas

296 flexibilidade para a gente fazer o planejamento dentro da implantação com mais calma.
297 O importante que é uma oportunidade para gente receber o recurso; eu vou trazer cada
298 termo de aceite qual é o objetivo, os critérios e tudo mais , então nós temos a plenária de
299 hoje realmente para tratar . Primeiro termo de aceite para serviço da proteção e
300 atendimento l especializado de família e individuo de caráter regionalizado é o PAEF
301 regional. Este termo de aceite ele vem conforme a resolução CNAS Nº31 DE 31 de outubro
302 de 2013 com prazo até dia 30 de junho como eu falei, com referência com PAEF mais
303 com PAEF regionalizado. O governo federal fez esta resolução de aceite com base na
304 discussão muito grande que tem sido feita e a importância de expandir o serviço de média
305 complexidade até os municípios de porte um e dois e como a gente está falando de chegar
306 serviço e alta complexidade pra pequeno porte um e porte dois necessariamente vem a
307 discussão sobre a regionalização. Este termo de aceite e esta resolução vão propor dois
308 modelos que a gente poderia fazer a regionalização proteção básica social do PAEF, no
309 caso, por meio de seis CREAS regionais , seria que Minas Gerais elegível e a gente já
310 possui quatro CREAS , tem o estado está podendo fazer aceite pra dez e nosso caso
311 são seis porque já tem quatro ou vinte e quatro CREAS municipais, cofinanciamento
312 regionalizado , gera um pouco de dúvidas . Se vocês lerem a própria resolução é um
313 pouco confusa e algumas vezes o que a gente tem que as regionais no formato que a
314 gente já vem discutindo os vinte quatros CREAS municipais , para municípios de pequeno
315 porte um cofinanciamento regionalizado , passaria para o estado, e o estado passaria
316 para estes municípios e faria a gestão e a implantação junto com este municípios de
317 pequeno porte 1 por entender que a implantação da especial nestes casos é de
318 responsabilidade do estado e que município não teria capacidade de gestão ou a
319 demanda e necessita deste suporte maior acompanhamento . Um ponto muito importante
320 aqui de entender este termo de aceite é que a gente vai poder fazer a implantação de
321 acordo com o modelo de regionalização que será definido pelo estado e este modelo vai
322 ser definido conjuntamente com a CIB então vai ter que ser pactuado e com este conselho,
323 então passa por deliberação do CEAS , é importante porque a gente vem de um processo
324 muito intenso de discussão sobre o formato de regionalização em Minas Gerais .
325 Inclusive teve a CIB na quarta feira, teve uma audiência pública dia 05 de junho, nas
326 reuniões da CIB anteriores. A própria conferência nós tivemos um debate muito grande
327 sobre a regionalização, a gente tem feito reuniões discussões constante com MP
328 principalmente com o CAJ, Drª Andreia Carelli a equipe dela, a Liziane , Marlei e tudo
329 mais . E a gente sabe sim que alguns pontos estão amadurecidos. O governo federal, os
330 SUAS tem as suas diretrizes, mas os estados tem autonomia pra dar a cara e fazer seu
331 planejamento de acordo com a necessidade. Um CREAS regional em Minas Gerais vai
332 funcionar com certeza de forma muito diferente de uma regional la no Amazonas, que as
333 pessoas tem que ser transportadas por meio de barcos, que você chega de município para
334 o outro com lancha, então tem no município do Rio Grande do Sul , cada estado tem a
335 sua particularidade. A gente aqui tem a maioria de município de porte um, e a gente
336 entende sim que é importante fazer o aceite, não desconsiderando todos os processos
337 de discussão que já tinha feito , para tranquilizar , porque a implantação não vai ser feita
338 a toque de caixa , ou sem passar por esta instância o próprio termo de aceite coloca
339 isto só reforça que no estado na hora de fazer , e para os seis do CREAS ou para os
340 vinte quatros CREAS regionais ou para os vinte quatros CREAS municipais o estado vai
341 fazer jus um valor mensal de R\$ 120.000,00. Estes R\$ 120,000,00 eles vão ser divididos
342 por seis e dando R\$ 20.000,00 para cada CREAS ou dividido por vinte quatro CREAS
343 municipais que vão dar R\$1.500,00 para cada CREAS. Junto a isto o, estado o
344 cofinanciamento 50% deste valor que o governo federal vai aplicar para implantação deste

345 CREAS. Só para reforçar, pelo termo de aceite a gente tem 30 dias para apresentar este
346 modelo de implantação mas de fato a gente tem dois anos para implantar e se em 90 dias
347 receber 03 parcelas que vem sempre de uma vez sempre na expansão do governo federal,
348 que vem o recurso para da possibilidade do estado e o município e implantar aquele
349 serviço e depois que ele demonstra a implantação o recurso passa cair mensalmente .
350 No nosso caso gente sabemos que este processo nós estamos com seminários regionais
351 que estão sendo planejados pelo GOGEMAS, e que nós vamos estar juntos , pode ser
352 que leve um tempo maior, não tem problema porque de fato nós temos dois anos e se a
353 gente não conseguir apresentar o plano em 90 dias a gente tem um tempo maior para de
354 fato sair um modelo pensado e manter os 90 dias é melhor para fazer esta implantação .
355 Ponto que foi perguntado ontem vou esclarecer este seis CREAS regionais e os 24
356 municipais a gente não tem a lista deles agora, esta lista dos municípios que podem ser
357 contemplados eles vão ser definidos com base justamente neste modelo que eu vou
358 definir com vocês e a gente já tem a resolução 466 que estipula os critérios; por meio dela
359 a gente pode identificar alguns sem precisar de fazer um ranquiamento. Então é preciso
360 pensar em quais aspectos priorizar viabilidade se é por região, nós vamos discutir este
361 critério juntos aos que vão ser de fato os municípios contemplados. Então este termo de
362 aceite não está definido ainda quais serão os municípios. Vocês tem alguma pergunta os
363 conselheiros que não estiveram aqui ontem, ficou claro? **VOLNEY:** Vai ter o parecer
364 também. Pode ir para o próximo termo de aceite gente? Próximo. **CONSOLAÇÃO:** Em
365 relação ao conselho a gente não tem que ter o parecer de cada aceite, não tem campo de
366 parecer só se aprova, então a Gesiane vai apresentar o que foi discutido o indicativo e
367 uma resolução que vai ser apresentada. **ISABELA:** Aprovando o termo. **CONSOLAÇÃO:**
368 Isto. **ISABELA:** Pode continuar então. O próximo termo de aceite serviços de acolhimento
369 para crianças adolescente e jovens até 21 anos, conforme resolução CNAS Nº 31 de 31
370 de outubro 2013 e resolução da CIT Nº 17 de 03 de outubro de 2013 com prazo até o dia
371 30 de junho. Próximo slide; este termo de aceite ele vem em decorrência de toda a
372 discussão que está sendo feita de regionalização, antes a gente está falando de PAEF de
373 média complexidade e agora é da alta complexidade, então este termo de aceite ele vai
374 abranger os serviços todos aqui, acolhimento institucional que é para até dez crianças.
375 Serviço de acolhimento família acolhedora ou serviço de acolhimento em república. Então
376 a gente pode escolher optar em qual serviço vai ser aplicado. Próximo slide; Quando eu
377 falo de regionalização quando trago esta discussão porque este cofinanciamento vai ser
378 destinado para municípios com menos de cinquenta mil habitantes ou seja município de
379 porte um e dois geralmente pelos históricos da expansão anteriores eram contemplados
380 municípios de grande porte e médio porte são os municípios que teriam capacidade de
381 gestão e a demanda para instalar este serviço próprio , então a prioridade foi dada para
382 este quando a discussão na regionalização toma atenção para a necessidade de levar
383 este serviço também para os municípios de porte um e dois que estão hoje e tem uma
384 demanda que é pequena mais existe e a gente tem que estar pronto para dar uma
385 resposta e proteger esta crianças quando for necessário. Os municípios já tem feito, na
386 maioria das vezes ,sozinhos fora desta política maior, que vai tratar da regionalização ,
387 que vai tratar deste acolhimento institucional de criança e de adolescente que vem tentar
388 suprir um pouco isto. Então ele foi aberto também para município e tem municípios que
389 estão elegíveis com base em outros critérios que não estou apresentando aqui, porque o
390 governo federal vai fazer o repasse diretamente. Este aqui é o repasse que vai para o
391 estado, que vai pra o fundo estadual e o fundo estadual vai para o município ou fazendo
392 implantação. Aqui no caso vai para o município. O estado de Minas gerais poderia ter 80
393 vagas , três serviços para municípios que são de porte 1e 2 que não tenha o

394 cofinanciamento federal pra serviço, estão falando expansão para 9 serviços que não
395 esteja com o serviço implantado, mesma coisa e que seja considerado elegível da mesma
396 forma que a resolução do CNAS 23/2013 que traz alguns critérios, mas o importante para
397 a gente entender o termo de aceite são estes aqui. E pra cada em relação a financeira
398 a cada dez vagas faz jus a cinco mil reais e porque que eles colocam desta forma, poderia
399 fazer o aceite para menos vagas, mas a gente entende que não seja interessante, porque
400 é bacana fazer o aceite para todos e a gente implanta de acordo com as necessidades,
401 possibilidades. Daria aqui, a gente tem oito conjuntos de oito vagas vezes cinco, daria
402 quarenta mil reais que o estado receberia do governo federal e além disto o estado tem
403 que realizar o cofinanciamento de 50% deste valor e que da mesma forma do aceite
404 anterior, a gente não tem os municípios que vão ser contemplados e elencados ser
405 discutido no momento da implantação. Assim como quais serviços que vão ser destinados
406 e tudo mais. Alguma dúvida? **LUCIA** do COGEMAS: O Isabela eu estou procurando aqui
407 na resolução 31 do CNAS, porque na última reunião do COGEMAS, nós tivemos uma
408 explanação novamente pela a Simone Albuquerque, o que me ficou de lembrança que na
409 pactuação da CIT, no qual o estado tem assento. Esta afirmativa de 50% o que me ficou
410 claro, que no mínimo, não é taxativo, no mínimo de 50%, está certo! Esta é uma palavrinha
411 que traz uma diferença fundamental no cofinanciamento. Ainda mais que o estado deve
412 colocar apenas 50% isto é um indicativo da CIT é do estado. Que o estado coloca no
413 mínimo de 50%, como a gente tem discutido exaustivamente que este recurso é
414 insuficiente para este serviço, então eu colocaria em discussão. É fundamental que esta
415 frase fosse revista. **ISABELA**: Bom aqui a gente pode mudar, porque a frase com esta
416 escrita não, tem nenhum problema, pra fins do termo de aceite, isto não faz diferença,
417 vai fazer diferença na hora da implantação. Obviamente vai ter que observar a
418 disponibilidade orçamentaria do governo do estado, mas pode ser discutido sem nenhum
419 problema. **LUCIA**: Ontem eu não pude me fazer presente na reunião das comissões, até
420 porque tomei posse hoje. Eu considero que para as deliberações do CEAS, e a correção
421 na sua apresentação tudo bem! Para deliberação deste conselho eu considero que seja
422 fundamental que fique muito claro qual que é a responsabilidade do estado no
423 cofinanciamento. Isabela: OK. Volney: **MILA**: Lucia, esta foi uma preocupação minha
424 ontem, eu ressaltai, acho que primeiro a gente tem que criar a possibilidade do estado
425 fazer este cofinanciamento criar o que a gente está fazendo aqui é aceitando o termo com
426 a possibilidade de implantação de 2 anos, porque neste ano inclusive eu ressaltai que
427 vai ser muito difícil. E se a gente implantar pro próximo PPAG. A gente está no último ano
428 de governo é um momento de continuidade, não é o momento de criar novas coisas. O
429 estado tem outro cofinanciamento, que não está conseguindo repassar de forma regular
430 e automático por causa do piso, antes da gente começar a criar um novo cofinanciamento
431 a gente tem que conseguir primeiro fazer jus ao compromisso que a gente já tem. Então
432 acho assim está na responsabilidade do estado agora neste momento pensar muito cedo,
433 então a gente está antecipando e vai ser exaustivo. **ISABELA**: Isto não impede que pra
434 frente, as melhorias dos termos de aceite da resolução com este texto você não acha que
435 o conteúdo está colocação. **JULIO**: O que eu estou entendendo o que a Lucia está
436 propondo, apenas uma alteração, não seria isto? **ISABELA**: Mais isto não altera o termo
437 de aceite, isto que eu estou dizendo gente. O termo de aceite já vem pronto eu não estou
438 apresentando o termo de aceite aqui porque o sistema, como falei ontem ele está com
439 problemas a gente não consegue imprimir, tem até que ver se a gente vai conseguir fazer
440 o aceite até dia 30 de junho, porque está semana toda só consegui imprimir o termo de
441 aceite que trata dos CREAS e do PAEF que apresentei antes. O termo de aceite do
442 acolhimento institucional e do próximo que eu vou apresentar para vocês ele não aparece

443 lá e para verificar isto Lucia a gente vai ter que ler que está escrito no termo de aceite. O
444 termo de aceite eu não consigo trazer para você entendeu! Estou trazendo as referências
445 que foram discutida na CIT , estão presente na resolução e está na apresentação que o
446 próprio MDS fez, a gente participou de encontro trimestral , a gente acompanha todas as
447 reuniões da CIT eles trazem a representação , trazem estas discussões e ela está sendo
448 feita toda neste sentido Agora se vocês querem ver a gente já acionou o governo federal
449 e vocês ficam a vontade pra mandar e-mail pra gente ler exatamente que está escrito no
450 termo de aceite .E u não acho que muda a aqui pra gente neste momento o
451 cofinanciamento do governo federal que isto que a gente está discutindo aqui , a gente vai
452 tentar aceitar o cofinanciamento federal ou não . O Estadual a gente vai discutir no
453 momento da implantação, momento que a gente estiver planejando o LOAS, para o ano
454 que vem. Neste que seria o momento mais adequado para trazer isto o que nós estamos
455 discutindo é cofinanciamento federal. LUCIA: O Isabela eu fico contemplada consta na
456 ata que foi feita uma observação e o meu entendimento que o cofinanciamento do estado
457 necessariamente de 50% está certo, Obrigado. ISABELA: OK, **VOLNEY:** Lucia as nossas
458 atas são degravadas, então já está constando em ata. Mais alguma observação, podemos
459 ir para o próximo? **ISABELA:** Podemos, este termo de aceite ele trata de serviço de
460 acolhimento para adultos e famílias. Próximo slide; Pra este serviço de acolhimento de
461 adulto e família seja analisado ele vem dentro de um discussão maior que trata de uma
462 imigração no Brasil , então vem de fenômeno que já era conhecido e está ficando cada
463 vez mais alarmante que é a presença muito grande de imigrante internacional no território
464 brasileiro , então tem alguns municípios principalmente , os municípios com aeroporto
465 internacional , os municípios grande como Cuiabá que participa da CIT , traz várias vezes
466 a preocupação com isto, a gente teve uma audiência pública que foi realizada no mês de
467 junho que alguns municípios trouxeram uma presença muito grande de haitiano,
468 refugiados, então é uma discussão que faz parte de uma política, maior de imigração. Este
469 serviço vem com uma ação da política de assistência social, dentro desta discussão maior,
470 pra tentar dar conta de proteger, este público quando da chegada no, Brasil, enquanto
471 eles ainda não conseguem se estabelecer, se sustentar e se inserir na rede. Ele vem junto
472 do, termo, junto da resolução desculpa, eu não consegui ler ainda mais na resolução traz
473 da política de articulação da política de assistência social como outras políticas, porque a
474 gente que sozinho não vai dar conta. Então se vem uma família aqui, não fala a língua,
475 documentação, se inserir só acolhimento, não vai ser suficiente pra dar, os direitos
476 daquelas pessoas e não da autonomia e seria o primeiro para garantir a proteção,
477 enquanto esta família vai estabelecendo e tem uma matriz que abrange, as políticas nesta
478 resolução. A gente vai falar da articulação com a saúde, educação, políticas de trabalhos
479 e várias políticas articuladas. Próximo slide; este aceite seria para abrigo institucional e de
480 casa de passagem que contempla esta público. Próximo slide este um ponto importante
481 porque mais que o aceite, com discussão maior tratando de tratando de imigrante
482 internacionais, ele também vai contemplar imigrante internacional. Este vai ser o caso do
483 estado que vocês e também é um serviço aberto, ele não é um serviço para imigrante
484 então caso uma outra família que é do próprio território de origem e necessita do serviço
485 e tem que estar aberto para receber aquela pessoa. Ele tem que seguir conforme a
486 tipificação. Imigrante é um tipo de público de adulto e família que esteja presente no
487 território precisando de proteção. Para o estado de MINAS GERAIS, a gente faz jus a 50
488 vagas para que pode ser distribuído até 5 municípios tenham menos de 50.000 habitantes
489 e aqui vem de novo na lógica do estado responsabilidade com os municípios de pequeno
490 porte ,1,2. Este termo de aceite também está considerando os municípios de porte grande,
491 como Belo Horizonte por exemplo. Mais o termo de aceite é direto Belo Horizonte com o

492 governo federal , estado entra no suporte só nos casos municípios de porte 1 e 2. Os
493 municípios que são identificados como destino de imigrante no território nacional. Então a
494 gente está falando de imigrante internacional como nacional e outro ponto importante
495 também ou imigrante com vulnerabilidade e risco de tráfico de pessoas, a resolução traz
496 uma base de dados que ajuda a identificar quais os municípios que tem este fenômeno
497 de tráfico de pessoas. Minas Gerais é uma discussão importante, a gente tem um número
498 grande comparado com Brasil. Dentro em outros critérios contados lá, mas que a gente
499 traz aqui o que é importante para discussão aqui. O estado fará jus do valor de R\$
500 10.000,00, por mês cofinanciamento federal, este valor não está claro se é R\$ 10.000,00
501 para cada, dez vagas a gente não está entendendo, vai depender o que está escrito
502 exatamente no termo de aceite, pelo resolução não está claro até do valor, este valor foi
503 falado na reunião da CIT e também falado nas de apoio aos estado. Agente precisa do
504 termo de aceite para ter certeza e de qualquer forma é que nos havia conversado é
505 interessante fazer o termo de aceite para garantir o recurso no momento da implantação
506 a gente vê se é viável ou não, nós temos dois anos para implantar e junto com isto
507 cofinanciamento de 50%. Alguma pergunta, então era isto obrigado. VOLNEY: Uma
508 dúvida Isabela, Júlio. **JULIO:** Qual foi o tempo que o termo de aceite foi disponibilizado
509 para o estado? **ISABELA:** Eu não sei te falar exatamente, Júlio por que a superintendência
510 é da Tereza, não acompanho mas foi recentemente, não sei dia 17 ou semana passada.
511 **JULIO:** Me causou preocupação tendo em vista que o conselho se reúne na terceira
512 semana e neste caso se não se tivesse a reunião plenária de hoje estaria até complicado
513 tendo em vista que, eu acho isto um erro grave tendo invista que e está no sistema a parti
514 do dia 17 já com o prazo vencendo para o dia 30. **ISABELA:** Nós não estamos
515 conseguindo falar lá, ligamos várias vezes para pelo menos receber o termo de aceite.
516 Porque lá no link do site não tem entrado, até ontem de noite que eu tentei não estava
517 abrindo, mais hoje nós vamos tentar de novo para ver se abre e a gente nem consegue
518 fazer o aceite. **JULIO:** Eu não sei a condição que trabalhou isto, eu até sugiro colocar na
519 aprovação. **LUCIA:** Eu acredito que na verdade esta é uma utilização de recurso Isabela
520 em função da lei eleitoral, este prazo de 17 a 30 ele só acontece desta forma função da
521 legislação eleitoral e várias coisas estão acontecendo nesta correria, mas eu só queria
522 dizer Isabela eu não me lembro se esta resolução é a mesma da POP RUA, mais eu acho
523 aqui é. **ISABELA:** não, **LUCIA:** Não, a POP RUA é R\$ 10.000,00 para cada 50. **ISABELA:**
524 Entendi! Pode ser que seja R\$ 10.000,00 para cada 50, pode ser a mesma referência.
525 **LUCIA:** Porque eu tenho um abrigo de POP RUA e o cofinanciamento e de R\$ 10.000,00
526 para cada 50 indivíduos. **ISABELA:** onde deve isto mesmo, não é a mesma, inclusive
527 Lúcia eu iniciei a minha fala falando isto que provavelmente é por conta do período eleitoral
528 do prazo de 30 de junho, mais estas discussões já vem de período anteriores porque esta
529 de imigrantes com ser discutido no final do ano passado veio para este ano e o termo de
530 aceite só foi disponibilizado agora, e falando do termo de aceite em se, a discussão foi
531 iniciada antes o termo de aceite que está chegando pra gente em cima da hora. **JULIO:**
532 Só lembrando que o período eleitoral é coisa antiga e já sabia do prazo, então mesmo
533 assim volta aquela ideia muito em cima da hora eu acho que deve constar isto na
534 aprovação. **VOLNEY:** Mais alguma observação, Shirley. **SHIRLEY:** É o seguinte foi até
535 uma ideia também foi falado aqui ontem tem também a questão do orçamento. O prazo
536 pra entrar no orçamento deste ano, então talvez seria e uma observação ser feita que
537 seria ser disponibilizado mais cedo para que fosse colocado no orçamento estadual e
538 também no orçamento dos municípios. **ISABELA:** Esta questão do orçamento a gente
539 sempre discute, porque no caso aqui é critério de partilha e eles estão criteriando
540 orçamento do exercício. Tanto os municípios, quanto os estados em sua não vai conseguir

541 executar no exercício posterior porquanto esta questão do orçamento, mais isto já vem é
542 uma pratica vamos dizer, sim .A expansão é sempre feita assim, inclusive por isto o tempo
543 é grande para implantação porque a qualidade de orçamento é uma das questões mais
544 importante , não é a mais importante mais é uma das. VOLNEY: Podemos passar para
545 comissão do seu parecer. **GESIANE:** Ontem na discussão na comissão de políticas no
546 que diz respeito que a Isabela apresentou e que também foi apresentado pra as
547 comissões temáticas do CEAS e o indicativo da comissão foi pela aprovação. E também
548 tem a resolução que tem de apresentar. Resolução 487/2014, Dispõe sobre os Termos
549 de Aceite de cofinanciamento federal 2014. O Conselho Estadual de Assistência Social
550 de Minas Gerais CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262
551 de 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência
552 Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e considerando- a Resolução do Conselho Nacional
553 de Assistência Social – CNAS n.º 31 de 31 de outubro de 2013 que “aprova princípios e
554 diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
555 parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento
556 Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para
557 Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e
558 partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses
559 Serviços a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS n.º 11 de 17
560 de abril de 2014 que “dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do
561 cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do Serviço de
562 Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do ano de 2014”; a Resolução da
563 Comissão Intergestores Tripartite – CIT n.º 17 de 03 de outubro de 2013 que “dispõe sobre
564 princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social
565 – SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento
566 Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para
567 Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e
568 partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses
569 Serviços”; a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT n.º 02 de 03 de abril de
570 2014 que “dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do
571 cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do ano de 2014 do
572 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias”; a deliberação da 191ª
573 Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2014;**RESOLVE,Art.1º** Fica aprovado
574 o Termo de Aceite de Cofinanciamento Federal para: I – Serviços da proteção social
575 especial de média complexidade regionais serviços de acolhimento para crianças,
576 adolescentes e jovens até 21 anos; e III Serviços de acolhimento para adultos e
577 famílias.**Art.2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte
578 27 junho de 2014. Presidenta Maria Albanita. Volney: Ronaldo; Eu queria só tirar dúvida,
579 no oque me chamou atenção a fala da Lucia do COGEMAS, da resolução, quando ela traz
580 a aprovação do termo de aceite cofinanciamento federal e no termo de aceite apresentado
581 ele tanto traz o financiamento e traz também o percentual do estado de 50% a resolução
582 se limita a federal . Então você me chamou a atenção e causou dúvida na fala dela o termo
583 de aceite menciona os 50% do estadual e ainda que a resolução, não! A gente estaria
584 aprovando a resolução, a resolução só trata do financiamento federal, só queria entender
585 isto. A resolução ela traz a aprovação do termo de aceite de cofinanciamento federal pra
586 estes serviços, o termo de aceite apresentado anteriormente ele traz o valor do recurso
587 federal e traz o município entrará com 50% deste valor, desculpa o estado entrará com
588 50% e causou dúvida a isto, se na verdade a haveria necessidade de constar, ainda que
589 na resolução não tenha uma observação a respeito disto. **CONSOLAÇÃO:** Na hora que

590 a gente elabora a resolução no conselho, eu estou considerando que o termo de aceite
591 ele vem com este nome, o nome deste termo, ele tem todo aquela dissonante, por exemplo
592 se eu fosse falar de recurso do estado eu teria que falar daquelas metas, de que vai ser,
593 então pra gente não detalhe mesmo porque este termo ele já vem pronto, então o que a
594 gente está aprovando o termo da forma que está ali sendo do que ele foi elaborado e
595 está vindo para o estado neste aceite. **ISABELA:** Posso até ler do termo de aceite do
596 PAEF, termo por meio da secretaria de assistência social ou órgão gestor da assistência
597 social, representado pelo gestor da assistência social ou congêneres formaliza
598 reponsabilidade e compromisso decorrente do aceite do cofinanciamento federal para
599 oferta de serviço de proteção do PAEF do centro de referência especializado assistência
600 social e regional ou municipal. Então ele detenha este nome cofinanciamento federal, até
601 porque o governo federal, união pode dispor sobre o seu recurso. O estado que tem
602 autonomia pra dispor para recurso dele a, gente aceita a condição de 50%, mais quem
603 define é o próprio estado assim com o município define o recuso entendeu! Eles não
604 podem fazer isto, obrigando o estado numa coisa como uma responsabilidade por isto que
605 é federal, mais o nome é federal **RONALDO:** Desculpa, Isabela era só para entendimento
606 não coloquei aqui obrigatoriedade mais foi mencionado. Eu concordo com ela, pra mim a
607 colocação era diferente quando você menciona, e não tivesse mencionado, ok, estaria
608 nós aprovando termo de aceite federal mas como foi mencionado e apresentado, o estado
609 entraria com 50% deste valor, assim a uma grande deferência quando ela traz que foi
610 discutido no GOGEMAS o estado entraria com o mínimo de 50% e quando aqui é
611 apresentado 50%.50% é engessado 50% no mínimo é isto que não entendi. **DENISE:**
612 Ronaldo que bom que não está na resolução, ai estaria engessando se a gente colocasse
613 na resolução de aceite, a lógica do termo de aceite é o estado que recebe recurso federal?
614 É isto que federal passa, OK. O estado aproveita faz um indicativo do quanto entraria,
615 mas nem o estado amarra isto, porque também o critério de partilha e todos aqueles
616 critérios para que o serviço seja executado, em quais condições de financiamento,
617 ainda serão pauta pra ser definida, melhor que não esteja oportuno e não esteja
618 amarrado em resolução pra que a gente tenha possibilidade do conselho se posicionar no
619 momento que o estado quando chega e dizer não vai dar 50% vai ser 40%, não deu pra
620 ser 50%. Então este conselho vai dizer nós queremos abrir a caixa, para a gente ver se
621 chega em 70%, como a Lúcia colocou. Então não é oportuno o exato desta questão na
622 resolução de forma alguma. **VOLNEY:** Aprovada? Aprovada a resolução. **VOLNEY:** Nós
623 vamos avançar agora um pouco, para as comissões, aproveitar e apresentar a comissão
624 de política **GESIANE:** Nós temos algum pontos da comissão de políticas, a pauta a
625 Consolação enviou por e-mail aqui nós temos um item a ser divulgado que é o livro,
626 podemos começar por ele? Primeiro ponto. Discussão sobre as comunidades
627 terapêuticas e assistência social, as dificuldades encontradas pelos Conselhos Municipais
628 de Assistência Social em identificar os serviços, programas ou projetos socioassistenciais.
629 Executados por estas entidades. I Encaminhamento gerado para deliberação, inserir
630 ponto de pauta conjunta entre a comissão de política com a de normas no dia 17 de julho,
631 dia de reunião das comissões temáticas, às 11 horas. Então a ideia é adiantar o horário
632 e trazer como ponto de pauta pra gente discutir no dia 17 de julho. Vai fazer discussões?
633 **VOLNEY:** Vamos fazer ponto a ponto ou total, esclarecimento. Por favor Lúcia. **LUCIA:** Eu
634 queria esclarecimento do teor desta discussão, porque nós vimos entendendo que está
635 habilitação da comunidades terapêuticas ela não se daria nas perspectivas na
636 assistência social, porque no plano do enfrentamento ao craque as nossas atribuições
637 quanta assistência social elas está bem definidas no amplo do PAEF e do fortalecimento
638 de vínculo e dos acompanhamento das famílias então eu queria entender porque nós

639 teríamos , porque teria uma orientação para que os conselhos municipais oferece registro
640 do programa. **DENISE:** Na verdade o municipal está consultando em razão desta
641 dificuldade mesmo. O CEAS e discussão que a gente fez na última reunião no sentido é
642 claro não entra em discussão a questão de registro da comunidade terapêutica nos
643 conselhos municipais de assistência social , este ponto nem chegou a ser discutido e isto
644 é claro para todo mundo, lá na saúde e no COMADE e não saber indicar onde que é . A
645 descrição foi se as comunidades terapêuticas que executa projeto serviços, programas,
646 que são da assistência social de acordo com as resoluções matiza junto com assistência
647 ai sim este serviços , programas , projeto deveria ser escrito pelo os conselhos. Como os
648 conselhos ainda carrega esta dúvidas das de que, como se fosse uma linha de automático
649 e se registra programa e projeto. Tem que registrar entidades este conselho achou por
650 bem então passar isto a limpo com registro de entidade oOutra coisa registro de programas
651 e projetos de acordo com as normativas do SUAS, foi daí que o ponto foi gerado para
652 discussão. **LUCIA:** Só complementando, eu acho que nós estamos lá no processo, com
653 as instituições de cadastro nacional não aprimora , já e importante considerar o que
654 aprimora traz quanto ao cadastro nacional, ele tem uma seria pra fazer o preenchimento
655 abre uma série de outras e que você tem que ir junto com a instituições respondendo e
656 no fluxo do cadastro nacional ele já pressuponha num processo de ajuste não se adequar
657 as normativas e pelo que eu tem compreendido do processo este registro municipal .
658 Porque o registro entra no conselho passa para o gestor fazer o aprimora, e se tiver
659 necessidade de ajuste volta pro conselho pra retificação dos registro, mas eu acredito que
660 o instrumental do aprimora hoje é muito bom pra gente se basear nisto pra discussão do
661 dia 17 de junho porque se nós vamos fazer um coisa duas vezes. **GESIANE:** Mais algum
662 comentário? Dúvidas? então segundo ponto podemos? **VOLNEY:** O encaminhamento
663 colocou Rosa, a colocação do aprimora, já anotou Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Está
664 aqui! **VOLNEY:** Ponto dois. **GESIANE:** Diz respeito a resposta dos questionamentos
665 sobre o Pronatec deliberação da Plenária anterior de fevereiro de 2014 de ofício para o
666 CNAS. O encaminhamento, gerado para deliberação plenária, tendo em vista que os
667 questionamentos foram respondidos pela comissão de política, propõe-se
668 encaminhamento das respostas aos conselheiros por e-mail, solicitando retorno até o dia
669 11 de julho, quanto a outros esclarecimentos. Então a ideia da comissão de políticas com
670 relação ao questionamento sobre o PRONATEC enviaremos por e-mail esclarecimento,
671 normativas tudo que encontramos , por e-mail tudo que encontramos casos tenha a
672 necessidade de esclarecimento mandar até dia 11 de julho para ser esclarecido na
673 próxima plenária. **VOLNEY:** Alguma dúvida podemos continuar o ponto 03? OK.
674 **GESIANE:** Então vamos pular o ponto 03,04 e 05 e 06 que já oportunidade já trouxe .
675 Então a gente tem um ponto de informe de um livro , Levantamento Nacional das Crianças
676 e Adolescentes em Serviço de Acolhimento – encaminhado pelo MDS. Informe que o
677 exemplar está à disposição para empréstimo na secretaria executiva. O arquivo deste
678 livro foi encaminhado para todos os conselheiros, ontem por e-mail, então temos um
679 exemplar enviado pelo MDS aqui secretaria faremos então uma proposta de empréstimo
680 e também o exemplar , na verdade o material em PDF foi encaminhado por e-mail para
681 todos conselheiros. **VOLNEY:** Eu sugiro que este arquivo em PDF fosse encaminhado
682 também para todos os CRAS e no caso a SEDESE teria uma relação de e-mails das
683 instituições. CMAS, todo os CMAS cadastrado e para o gestor. Mas alguma
684 encaminhamento? **GESIANE:** Está anotado. **VOLNEY:** OK. **GESIANE:** Somente.
685 **VOLNEY:** OK. Vamos para a comissão de normas. **RODRIGO:** Comissão de normas,
686 pontos um, a gente inicia falando da PCH serra das por meio do ofício encaminhado a
687 este CEAS ,o empreendedor SIGMA ENERGIA S.A solicita a prorrogação do prazo

688 determinado para a contratação do psicólogo em 30 dias a contar do vencimento da data
689 determinada pela 190ª Plenária , do dia 02/07/2014 e informada pelo Ofício nº
690 149/CEAS/14. A data do recebimento do documento foi 18/06 2014, ante de franquiar a
691 palavra, recordando a profissional que trabalha na PGH serra das agulhas, ela saiu neste
692 período foi informado a gente ele pediram um período de trinta dias e estão pedindo mais
693 30 dias até a contratação desta psicóloga. A gente faz o encaminhamento considerando o
694 imposto pelo o empreendedor está tendo dificuldade de encontrar um psicólogo na região
695 ou outras regiões que concordam em reside no município de Monjolos, onde foi estalado
696 o posto de atendimento da PCH serra das agulhas . Então a comissão de normas sugere
697 aprovação de prorrogar o prazo por mais 30 dias, com vencimento com 01/08/2014.
698 **VOLNEY.** Eu sugiro que o conselho encaminha uma carta ao empreendedor pra que
699 divulga está vaga no conselho regional de psicologia e no sindicato da categoria em
700 função da dificuldade estar encontrando o profissional pelo o empreendedor, fazer este
701 indicativo, exato , ok , aprovado. Próximo ponto Rodrigo. Rodrigo: Ponto dois; Guanhães
702 Energia S/A por meio da carta nº271/2014 solicita prorrogação de 15 dias a mais para
703 entrega relatório semestral das usinas PCH Dores de Guanhães, PCH Senhora do Ponto,
704 PCH Jacaré e PCH Fortuna II. Que deveria ter ocorrido no dia 20/06/2014, a data
705 documento recebido ,20/05/2014 , a gente faz o seguinte encaminhamento, a comissão
706 de normas sugere prorrogar o prazo de entrega dos relatórios das quatro PCHS, eu
707 queria recorda esta plenária que este empreendedor é aquele empreendedor daquelas
708 situações de avaliações incompletas dos atingidos . Então a gente está tentando da prazo
709 maior pra que a situações de pendencia chega aqui com mais clareza, para que os
710 usuários não fiquem prejudicados Mais que na verdade que pareça mesmo lá no território
711 e a agente faz pedido desta prorrogação de prazo para entrega dos relatórios. **VOLNEY:**
712 aprovado o encaminhamento, aprovado, ok. **LUCIA:** Só para esclarecimento, quando eles
713 não cumpri para a questão do prazo para entregar os relatórios tudo bem, mais esta
714 observação que você faz Rodrigo, eu entendi no começo o esclarecimento da técnica eles
715 dependem da aprovação do CEAS , para operação enfim esta única sansão. **RODRIGO:**
716 O que aconteceu Lucia, que após a aprovação durante o período de gestação do período
717 do empreendimento, onde ações do PAS são devolvidas, ocorrerão algumas avaliações
718 incompletas alguns erros de interpretação quanto a relocação , de indenizações, então
719 o atingido tem esta possibilidades, desculpa atingido não o usuário e atingido de
720 empreendimento de ocorrer esta nossa estancia. Foi que ocorreu eles vieram prestando
721 informações de repente no dado momento chegaram alguns denúncias aqui relatando
722 que avaliação está incompleta e está dando deferência em construção área em ha, pra
723 pagamento do usuários e a forma da gente corrigir e fique tudo com interesse e o que
724 fala nas resoluções do CEAS , que o empreendedor faça uma revisão e que regulariza a
725 situação junto ao usuário, nossa proposta aqui é isto. Isto e recorrente isto acontece e um
726 ou outro caso, sim foram quatro casos por isto nos sentamos com ele na plenária passada
727 e trouxe a este CEAS para conhecimento e proposta foi esta de tentar regularizar . Mais
728 algum esclarecimento gente. Ponto 03, A gente vai trazer aqui a revisão da resolução nº
729 317/2010 Dispõe sobre conteúdo e elaboração dos Planos de Assistência Social para as
730 populações de áreas inundadas por reservatórios – PAS/BARRAGEM. Conforme
731 deliberado na última Plenária foram encaminhadas para os conselheiros as resolução 317
732 para avaliação e sugestões. As sugestões dos conselheiros deveriam ser encaminhadas
733 à secretaria do CEAS até o dia 18/06/2014, porém não houve este retorno de um
734 conselheiros do CEAS. No dia 25/06/2014 a comissão de normas reunião o dia todo com
735 a participação dos ex- conselheiros, Marcelo Armando e Marcio Caldeira para revisão da
736 resolução nº 317/2010. Esta reunião gerou uma minuta de resolução com sugestão de

737 várias alterações e revogação da resolução nº 317/2010. A gente faz o seguinte
738 encaminhamento, a gente encaminhar a minuta da resolução com as alterações da
739 resolução nº 317/2010 aos conselheiros para avaliação para questionamento e sugestão,
740 até para avaliação, questionamentos e sugestões, até o dia 11/07/2014. Apresentar para
741 deliberação na 192ª Plenária Ordinária do CEAS, que ocorrerá no dia 18/07/2014. Pra
742 reforçar aqui pedir para as comissão por zelo, sugestão, alteração com qualquer
743 questionamento que façam até este prazo para contribuir com os nossos processo
744 durante este próximos anos outra possível revisão tanto momento ela vem dirimir de
745 questão de conflitos de usuários com os empreendedores então o momento é agora gente
746 de tentar deixa- lá bem clara e próxima de uma realidade e lá no território que a coisa
747 acontece mesmo e está aberto pra alguma sugestão de vocês caso queira falar,
748 franquizada a palavra. **VOLNEY:** Bom eu queria convocar uma vez todos os conselheiros
749 das nossa grande responsabilidade de alteração de uma resolução. Esta resolução
750 dispõe do conteúdo e o plano de assistência social apenas este conselheiro enviou
751 contribuições eu acho lamentável porque se nos etmos na defesa do direito desta
752 pessoas atingidas e os conselheiros não enviam contribuições. Então eu acho uma
753 matéria extremamente pertinente a nossas atribuições gostaria muitíssimo que vocês
754 desse uma lida nesta minuta e que está contribuições possam vir para nós discuti e pra
755 gente e trabalharmos isto no próximo plenário. Eu queria pedir com muito carinho mesmo
756 as contribuições de todos os conselheiros. **RODRIGO:** Eu queria louvar aos conselheiros
757 também que sem a secretaria executiva que tem colaborado conosco e também com ex-
758 conselheiros ficaria muito difícil, então muito da demanda do trabalho que a gente tem
759 aqui, por interpretações equivocadas de lá não é daqui e se a gente não redonda não
760 deixar em cima da realidade do nossos usuários vai continuar trazendo conflito numa
761 situação que vão trazendo para plenária aqui, não é perda de tempo, toma sim, parte
762 da nossa pauta, registrar que sem a secretaria executiva e os nossos ex conselheiros o
763 Marcelo e o Marcio, não vai, não é só. **VOLNEY:** Próximo comissão de orçamento, ok,
764 então seria a comissão de apoio. **RONALDO:** Dando continuidade nosso trabalho de
765 busca de fortalecimento das URCMAS, a gente vê a grande necessidade de atingir os
766 municípios e devida da situação geográfica, termos um estado quase continental de 853
767 municípios, a gente não vê a eficácia de atingir os municípios que não seja através da
768 URCMAS, isto é forma regionalizada e partindo disto nos apresentamos anteriormente
769 e fizemos aqui uma apresentação no que entendemos que é necessário para passar pra
770 estas uniões de conselhos onde eles passam de troca de experiência, fortalecimento e
771 buscando a efetivação do fortalecimento de sistema único da assistência social pra que
772 tenhamos uma ó linguagem e podemos avançar rumo a política nacional de assistência
773 social. Diante disto nós fizemos apresentação e foi sugerido por este plenário que
774 reduzimos a apresentação, entendeu-se que o tempo foi longo, reduzimos este trabalho
775 juntamente com a secretaria executiva, as técnica nós dando apoio a Paula. E hoje a
776 gente entende e está preparado para que tenhamos uma só linguagem através deste
777 conselho e todos os conselheiros aqui estejam hábitos a multiplicar e levar informação e
778 posição deste colegiado estadual. Nós já temos aqui algumas prioridade de atendimento
779 analisando através da comissão de apoio e a posição de política praticamente pedido de
780 socorro por vários e articulação das URCMAS e reativação de várias URCMAS que hoje
781 estão totalmente desativada. Então nós já construímos aqui através do plano de trabalho,
782 uma plano de ação, nós sugerimos aqui como primeiro ponto, alguns municípios que
783 entendemos e levamos em consideração o grau de prioridade do para que podemos
784 iniciar este trabalho junto as URCMAS do estado de Minas Gerais. Então nós estamos
785 apresentando a sugestão do mês de agosto a URCMASN de Salinas, estamos com uma

786 data prevista para 13 de agosto. URMA noroeste de Paracatu também em agosto de
787 acordo data deste conselho , nós estamos buscando nomes e candidato que se propõe
788 a visitar a URCMAS e levar a nossa intenção de fortalecimento a uniões trazendo o maior
789 números municípios que compõe esta uniões de conselhos. Em setembro nos estamos
790 propondo Montes claros onde vai se realizar eleição nesta reunião , irá realizar eleição
791 da micro região Abaete eu não sei se todos conhece devido ao tamanho das uniões de
792 conselho e, eu trago experiência da união de conselho regional SEDESE de Juiz de
793 fora nove municípios dirigi por cinco anos , era pra ter deixado mais eu vi a necessidade
794 que permaneça para que não fosse desarticulada .Quando assumi cadeira neste conselho
795 estadual , encontra se parada deste do ano passado são oitenta e nove município
796 compondo a regional . Então para que possamos avançar nós fizemos que fossemos
797 criada as micros regiões ou coordenadoria, com cinco coordenadoria de cidades polos .
798 Mas cinco micros regiões na zona da mata trazendo a eficácia, com a mesma linguagem
799 do SUAS e tendo a mesma pauta em todas Minas gerais . Em outubro, Timóteo ,
800 solicitando a reativação URCMAS de governador Valadares também reativação . Em
801 novembro estamos propondo Divinópolis e Pato de Minas, Buscando também reativação
802 . O que nós anima este municípios eles nos procuraram e estão com bastante interesse
803 em reativar e tem i o entendimento e uma experiência também Juiz de fora na zona da
804 mata presidente no sentido de elaborado uma enquete buscando o entendimento de
805 gestores e conselheiros qual o entendimento eles teriam sobre a atuação da URCMAS ,
806 e entendia que era uma espaço legitimo roca d experiências e avanços da política
807 nacional de assistência social buscando consolidação do SUAS , entendo que isto é nosso
808 fim . Houve um percentual pouquíssimo solicitando esta continuidade e partido disto
809 incentiva o gestor a trazer que tem disponibilidade de carro por a gente sabe das
810 dificuldades dos municípios , muitos carros que são do CRAS as vezes são ambulância ,
811 ele atente o CRAS o itinerante , ele atende várias atividades , mais ainda assim a gente
812 tendo reuniões mensais ou bimestrais ,ele leva municípios vizinhos . Então a gente
813 consegui a agregar grande números de participante, então é isto que a gente busca. Eu
814 tive lá em 2012, tive o prazer de ter a Consolação em uma reunião nossa onde tiramos
815 delegados para nossa conferencia estadual ,tiramos delegados regionais com
816 participação de 400 pessoas Rits hotel em torno de 600 municípios presentes. Isto nos
817 anima e eu não vejo outra forma de atingir o estado de Minas Gerais que nos seja das
818 uniões. Então estamos aqui colocando e está à disposição pra que quiser se candidatar,
819 nós já temos as apresentação com um grande apoio da secretaria executiva, inclusive
820 assunto temático e hoje nós e estamos buscando a resolução 14, está sendo adequada a
821 apresentação, com revogação da resolução 16 e estamos adotando a resolução 14 de
822 15 maio 2014 com relação de inscrição de identidade. A pouco tempo tive a oportunidade
823 de falar de uma fala no município de Manhumirim de inscrição de entidade que eu criei
824 um comparativo a resolução d 16 que traz a 14 citando conselho de entidade quanto a
825 inscrição. Em discussão que se proponha para o mês de agosto visita a este município de
826 Salinas e de Paracatu, salinas a gente a data do dia 13 de agosto, então temos tempo
827 hábil de receber através de e- e-mail esta apresentação, dá uma lida e estudada e
828 estamos hábil apresentar esta união de conselho. Então dia 13 em Paracatu, em
829 agosto com dada definida e nós vamos depender tanto da nossa como do município,
830 salinas está confirmado dia 13/08.Alguem se propõe, capacitação que foi apresentada
831 anteriormente penúltima plenária ela estava longa houve a sugestão de redução e ela
832 hoje está bem reduzida , mas não complementando o teor que a gente entende que deve
833 ser levada na uniões de conselhos nós precisamos está apta de colocar a necessidade
834 de mobilização a gente via estender o assunto específico e este assunto genérico ao

835 funcionamento das uniões de conselhos , mostrando o seu importante espaço de troca de
836 experiência e fortalecimento da política de assistência sócia. MILA: eu estou perguntando
837 daquela proposta que a gente fez da comissão de coloca aquela proposta do orçamento
838 com este mesmo calendário que você está propondo. **ISABELA:** Esta proposta a gente
839 não trouxe para plenária ainda ,quando a gente for propor a comissão de orçamento a
840 gente coloca , pra fazer que plenária acha , e tudo mais. **RONALDO:** Porque foi trazido
841 ontem pela comissão na nossa reunião de comissão de apoio, muito bem vindo e
842 parabéns. **VOLNEY:** Estão escrito Júlio, consolação e depois eu me escrevo. JULIO: Só
843 para entender quanto a esta proposta seria nesta reunião, neste encontros de união de
844 conselho, para aproveitar os encontros. Outra coisa parece me que a ideia é se houvesse
845 um conselheiro mais próximo ele atenderia esta solicitação . Então me coloco a disposição
846 12 de outubro em Valadares, Timóteo que é minha região. **CONSOLAÇÃO:** Só eu gostaria
847 de solicita também a comissão aos conselheiros que aquela apresentação ela ficou , muita
848 extensa e tem algumas coisa que a gente poderia ainda melhorando e incluindo pontos
849 por exemplo na mesa diretora reunida ontem foi colocado que tem dois temas que está
850 sendo procurados pelos conselhos municipais , no sentido de orientação na secretaria
851 executiva , que a questão da própria inscrição ,porque houve uma alteração e normativa
852 e a questão da própria lei também municipal . Então a gente tem que pensar que aquela
853 apresentação falando do contorno social de uma forma geral. Talvez daquele jeito está
854 falando um pouquinho da contribuição, mais se a gente pudesse está trazendo este
855 elemento a gente não vai ter tempo, como é demonstrado ali pra tratar todos este assuntos
856 . Que pelo menos a gente consiga sinalizando a importância de observar do município
857 está observando estas normativas e os pontos principais delas para que ele possa está
858 começando esta discussão. Eu estou fazendo é um pedido para os conselheiros, pra que
859 a secretaria executiva possa está fazendo uma alteração neste sentido pra, esta
860 apresentação nas URCMAS. **ISABELA :** Eu não tive a oportunidade de representação,
861 peço desculpa de não poder está em outras plenárias , não li mais eu acho que esta
862 proposta da consolação e muito interessante , porque sempre pela experiência nossa
863 eles sentem falta de coisas práticas e bem operacionais , acho que a gente conseguir
864 colocar no slide , porque eu acho que o conceito é importante claro , de controle social ,
865 de dá contextualização , sensibilização e se der para incluir questões da lei municipal
866 atualização da lei municipal que está sendo discutido , em questão de inscrição a diretoria
867 da Edma, a gestão do SUAS auxiliar, na SEDESE a gente tem o modelo d legislação . Eu
868 acho que é bacana de levar o instrumento é importante um passo a passo mínimo é
869 importante pra acentuar e concreto eles conseguiram operacionalizar mesmos depois da
870 reunião e hoje eu coloco a disposição este modelo que a gente tem e a subsecretaria para
871 auxiliar nas construção deste slides d forma bem objetiva. **VOLNEY:** lúcia talvez você
872 possa colaborar, gente eu percebo na reunião de Poços de Caldas no sul de Minas
873 apareceu , você pode cita pra gente com esta as URCMAS no sul de Minas . **LUCIA:**
874 Última informação que eu tive foi da nossa da presidente, que está deixando a presidência
875 do conselho. Ele foi ela participou de um reunião e me parece que ela tinha si só indicado
876 pra presidência ou coordenação não sei como é o cargo, mas ela deixa o conselho agora.
877 Então teríamos que ver por que semana que vem estamos em eleição municipal de
878 assistência . Muito provavelmente o governo vai disputar a presidência do conselho, então
879 se assim for a gente articula om assistente social que deve assumir a presidência caso
880 ele foi eleito pra que ele dei continuidade, e for da sociedade civil a gente tem sempre
881 apoiado para que eles possam participar . **VOLNEY:** Ele é de Poços mesmo? **LUCIA:** Ela
882 é de Poços. Eu não sei Isabela se no modelo da lei do conselho municipal da SEDESE ,
883 já contempla o indicativa o que está no pactuo de aprimoramento dos municípios do MDS

884 de que a participação dos usuários com conselheiros . E a gente está fazendo, esta
885 discussão lá no conselho é muito importante que a gente de uma orientação, muito clara
886 de como vai ser esta escolha do usuário , no meu município que já é grande eu tenho um
887 número maior equipamentos , então a gente precisa criar o que seria equivalente
888 comissões locais e assistente social ou outro nome que se de . Porque tem que preparar
889 este usuário pra ele chegar ao conselho. Então não adianta, seu Joãozinho que não tem
890 noção, noção de sentido de informação da política . Então ele vai conselho municipal para
891 virar massa de manobra. Certo é importante que o CRAS com foi o modelo daqui de Belo
892 Horizonte, em comissões locais fazia todo um processo de formação dos usuários sobre
893 responsabilidade dos coordenadores como atividade do CRAS do território chamando as
894 outras instituições , pra esta discursões e dentro da lie se breve a criação ou das
895 comissões locais ou dependendo do porte , depois terem o processo entre eles numa
896 câmara técnica , numa comissão que ele elegem o representante porque nos municípios
897 maiores em ponto de vista de população a gente tem esta divisão mais agora nós temos
898 município numa área física muito grande . Então tem distrito com realidade muito diferente
899 de acesso, de provimento de serviço e precisa de atenção para que a presença do
900 usuário seja significativa e tem que ter uma maneira adequada de representação.
901 **ISABELA:** estava conversando com a Edma, estamos pensando aqui se no modelo
902 informa , consta ali a representação do usuário , talvez coloca um campo de observação
903 , alguma coisa chamando a atenção trazendo este esclarecimento e sugestão da
904 formação n das comissões, eu acho muito interessante e pode auxiliar eles. E pensando
905 que cada município optar ou não por desenhar esta comissão de acordo com sua
906 realidade como você colocou , mais eu acho que é muito valido e inclusive na própria
907 apresentação , a gente pode trazer este destaque pra sensibilizar os conselheiros .
908 **VOLNEY:** Denise e depois Edma. **DENISE:** Eu acho que foi bastante oportuno. **EDMA:** E
909 na sociedade civil a gente sugere as categorias de trabalhadores da área de entidades
910 prestadoras de serviços na assistência social de usuários e entidades de defesa dos
911 usuários de assistência social. Então no nosso modelo de lei que a diretoria elaborou em
912 2011 na composição a sugestão atual é esta, é claro que isso também não impede da
913 gente rever, porque a nova norma operacional básica ela foi alterada em 2012 e o nosso
914 modelo é de 2011 ok? **VOLNEY:** Isabela. **ISABELA:** Bom, na verdade eu queria até voltar
915 um pouco para esclarecer isso agora antes da gente fazer a apresentação da nossa
916 proposta na comissão de orçamento, se o formato como está pensado da reunião com as
917 URCMAS se gastaria meio dia para ver se a nossa proposta aqui seria pertinente ou não,
918 qual que é o tempo que vocês estão planejando? E o público exatamente? **RONALDO:**
919 Eu primeiro peço desculpa. Eu tentei ser muito rápido e não sabia que ia ser tão rico esse
920 debate e muito vai agregar para eficácia que esse conselho busca em atingir os
921 municípios. Na verdade nós tivemos a última apresentação, eu tive acesso a alguns dados
922 e que me chamaram a atenção, eu ter experiência na URCMAS eu já trago isso, a
923 URMCAS só se faz presente através de palestras que enriquecem e que agregam a
924 assistência social e na verdade o que foi apresentado aqui foi de forma realmente genérica
925 mas eu vejo a necessidade de ser específica trazendo o ponto de adequar a cada união
926 de conselhos, nós estamos tomando cuidado de receber essas solicitações através da
927 comissão de apoio qual é a necessidade real daqueles municípios, e aí sim levar essas
928 respostas e contemplar os municípios. Me chama a atenção que vários municípios alguns
929 não tem regimento interno, alguns não cumprem regimento interno, então isso é um ponto
930 que tem que ser discutido e levado para esses municípios que não tem o conhecimento,
931 no caso da LOA que foi proposto ontem, a gente está ai com esse calendário, aliais, foi a
932 LOAS né? **VOZES AO FUNDO RONALDO:** Desculpa eu confundi, a lei orçamentária

933 anual nós estamos ai com esse calendário então é necessário que conheça e que os
934 municípios participem mostrando a força dos conselhos nessa participação e exercer
935 realmente controle social. Outro ponto importante que me chama a atenção, nós temos lá
936 com relação ao SIM SUAS vários municípios desconhecem a forma de alimentação, então
937 nós vamos ter que construir através da comissão assuntos específicos para que
938 contemplem os municípios, a nossa intenção é fortalecer os conselhos então nós temos
939 sim muitas particularidades, é muito importante a questão da necessidade muitas vezes
940 de alteração da lei municipal até porque a lei ela é antiga e quando se avança nós
941 atravessamos inclusive Lúcia em Juiz de Fora um problema de que nós incluímos a
942 participação dos usuários e criamos o COREAS que é o conselho regional de assistência
943 regional a exemplo por analogia de até um SUS utilizando as UPAS, nós colocamos lá de
944 forma territorializada pelo CRAS, é grande a participação e entendo ser de tamanha
945 importância porque ali está a participação do usuário na elaboração da política de
946 assistência social, porque muitas vezes nós conselheiros não conseguimos ser porta-
947 vozes desse usuário que a razão de ser do conselho e da política de assistência social o
948 nosso foco é o usuário e lá nós conseguimos linha direta com esse usuário, muito
949 interessante, mas precisa estar assegurado em regimento interno e para isso o regimento
950 interno não pode ferir a legislação municipal, aí a necessidade de propor uma alteração
951 da lei municipal de criação do conselho trazendo essa composição. Então assim,
952 realmente é muito rico e é interessante que não é só hoje, hoje a nós não vamos conseguir
953 acredito eu contrairmos qual é essa pauta porque essa pauta ela é transitória porque a
954 política está em construção, nós tínhamos uma resolução 16 de maio de 2010 que trazia
955 os parâmetros nacionais para inscrição de entidades, ela foi revogada dia 15 de maio
956 desse ano, houve alteração, qual foi essa alteração? Precisamos adotar que a posição
957 desse conselho e levar essa alteração para os demais conselhos porque eles ficam
958 perdidos, e citar até um exemplo uma delas que é vedada traz o parágrafo primeiro do
959 artigo 3º da resolução 14 onde é vedado o conselheiro exigir adequação estatutária para
960 fins de inscrição, ela veio explicita, ela veio intencionada na resolução 16 de maio de 2010
961 e por não se conseguir a intenção da redação ela veio explicita nessa resolução, então há
962 sim mudanças, eu tomei o cuidado de fazer um comparativo das duas, então assim,
963 interessante, foi acatado, que seja levado esse assunto proposto pela comissão de política
964 e a comissão de política vai fazer na próxima plenária uma capacitação desse tema,
965 comissão de orçamento, desculpa, vai fazer uma capacitação para que nós podemos
966 estarmos preparados para poder avançar isso já para a nossa reunião de agosto. Então
967 em agosto isso ficou claro? Nós temos duas reuniões, uma em Salinas e uma em
968 Paracatu, em setembro também buscamos atingir mais 2 municípios, duas uniões de
969 conselhos, obviamente composta por vários municípios onde comporta essa regional, a
970 URCMAS de Montes Claros e a microrregião de Abaeté, então Júlio são duas distintas, aí
971 nós precisamos tirar nomes de conselheiros que podem estar nessas cidades, em outubro
972 também não tem data é a URCMAS de Timóteo com reativação e a de Governador
973 Valadares também solicitando reativação, e enfim novembro Divinópolis e Patos de Minas.
974 Eu me proponho aqui também, em outubro parece que não teve ninguém para Valadares
975 **VOZES AO FUNDO RONALDO:** O Júlio vai para? **VOLNEY:** Ronaldo! Só esclarecimento.
976 Só um minutinho só, Consolação quer colaborar com a gente aqui. **CONSOLAÇÃO:** Só
977 em cima da fala da Isabela em relação ao que está sendo pensado se a gente falar de
978 uma agenda. A gente tem que considerar que como a união de conselho a gente pode até
979 pedir que ele marque e ajude o conselho estadual que ele vai ajudar operacionalmente
980 nisso, é convocar os municípios junto com quem está presidindo e quem a gente fizer
981 esse contato, então a gente vai só fazer essa convocação. O município está cedendo

982 espaço, não existe recurso específico dos municípios para isso, geralmente então uma
983 reunião de união ela é meio período porque o município ele as vezes dá um lanche e as
984 pessoas já saem, então o que a gente tem visto de costume nas uniões de conselho é que
985 elas ocorrem na parte da tarde porque aí eles viajam de manhã e ainda retornam também
986 para o município, e aí a gente tem um prazo que seria de 13 as 17 hs, eles também não
987 avançam muito no horário porque tem a questão de voltar e eles não podem ficar
988 pousando no município, só para gente trabalhar com esse “time”. **VOLNEY:** Abaeté como
989 está próximo eu me disponho a fazer Paula. Gente então nós temos Montes Claros,
990 Salinas, Paracatu, quem se dispõem? **RONALDO:** Olha, já que não tem a que realmente
991 ficou longe mas eu me disponho a Montes Claros, norte de Minas né? **VOZES AO FUNDO**
992 **RONALDO:** Volney só para eu elucidar aqui, você até comentou que não ouviu constar
993 aqui Poços de Caldas, na verdade levou-se em consideração as demandas, e nós
994 tentamos priorizar essas demanda, mas é necessário que seja trazidas as demais.
995 **VOLNEY:** Podemos avançar para o próximo ponto então? **VOZES AO FUNDO VOLNEY:**
996 Agosto Salinas e Paracatu **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Gente a Paula quer falar, a
997 Paula é da comissão de apoio. **PAULA:** Deixa eu só completar um pouquinho aqui de
998 Poços de Caldas que está sempre voltando, Poços de Caldas ela estava desativada, ficou
999 um tempão eles solicitando e há uns 2 meses a Elina que é diretora regional de lá solicitou
1000 esse material da SEDESE e esse apoio para que ela mesma fizesse essa capacitação,
1001 então ela já mandou a ata de reunião, a lista de presença de tudo, então teve a reunião,
1002 foi eleita toda a composição da URCMAS e como está recente a Elina que é uma pessoa
1003 muito disponível, muito engajada no serviço, nós tivemos lá, o Volney esteve comigo nas
1004 conferências, nos vimos a influência que ela tem, o contato bom com todos os municípios,
1005 e já que ela se dispôs nós então devido à sobrecarga mesmo que é muita URCMA e a
1006 gente não dá conta de todos deixar, já que ela está bem assistida deixa-la nesse momento
1007 de lado e priorizar outras que estão com apoio nenhum, de lá o que a gente sabe é que
1008 nova presidente que ela me mandou é uma pessoa de Bueno Brandão que assumiu a
1009 coordenação e que está levando o trabalho, então é por isso que nós não mexemos com
1010 ela, porque ela está bem para gente ok? **VOZES AO FUNDO RONALDO:** Gente mais um
1011 ponto até com relação a mobilização ela é feita claro pelos conselhos, pela coordenadoria
1012 ou pela presidência dessas uniões de conselhos, mais é interessante que a gente conta
1013 também com a regional SEDESE, não tem obrigatoriedade mas a regional SEDESE até
1014 porque as URCMAS elas geralmente são formadas de acordo com a regional SEDESE,
1015 Juiz de Fora por exemplo a Erla é a diretora da SEDESE lá da regional de Juiz de Fora
1016 com 89 municípios, a gente tem participado e muitos casos até a presença dela dentro do
1017 possível nessas reuniões. **VOLNEY:** Ronaldo como você está indo para Montes Claros,
1018 Salinas está próxima de Montes Claros, só 2:30 depois, você não poderia adequar essa
1019 agenda para atender Montes Claros e Salinas? **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Não, mais
1020 aí você troca, você conversa com os municípios, a gente faz essa troca, compatibiliza
1021 essa agenda entendeu? Porque aproveita, se aí for o caso eu compatibilizo a minha
1022 agenda de Patos com Paracatu também entendeu? **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Ok?
1023 Então Paracatu eu faço e você faz Salinas pode ser Ronaldo? **RONALDO:** Na verdade
1024 eu vou tentar conciliar essa agenda **VOLNEY:** Aí a gente compatibiliza essa agenda pode
1025 ser? **RONALDO:** Vamos ver. Vou tentar compatibilizar a agenda **VOLNEY:** Então eu faço
1026 Abaeté, faço Divinópolis, Patos e Paracatu compatibilizando tá Consolação? Aí eu vejo a
1027 minha agenda, fechou então? Ok Rosa? A comissão de apoio terminou? **VOZES AO**
1028 **FUNDO VONEY:** Segundo ponto. **VOZES AO FUNDO RONALDO:** Está terminado, muito
1029 obrigado. **VOLNEY:** Antes de avançarmos para comissão de orçamento acabou de ser
1030 protocolado aqui no CEAS uma carta do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

1031 que vem do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e
1032 Juventude do Estado de Minas Gerais, eles estão destinando a figura da presidenta.
1033 Excelentíssima senhora, com os meus cordiais cumprimentos venho apresentar a vossa
1034 excelência a servidora Liziane Vasconcelos Teixeira Lima que representara este CAO nas
1035 plenárias periódicas, podendo ser a ela repassada as informações e solicitações
1036 pertinentes para a colaboração deste Centro no que diz respeito ao andamento dos
1037 trabalhos deste conselho. Na oportunidade renovo a vossa excelência votos de estima
1038 consideração, atenciosamente assina Andréa Mismoto Careli promotora de justiça e
1039 coordenadora do CAO, eu passo o microfone para Liziane, por favor Liziane, algumas
1040 pessoas não te conhecem ainda. **LIZIANE:** Bom dia! Eu acho que quase todo mundo já
1041 me conhece, eu tenho vindo desde fevereiro quando eu entrei no CAO da infância mais
1042 aí acabou que essa semana como a gente teve também na CIB pela primeira vez a pedido
1043 da Roberta a doutora Andréa achou por bem formalizar a minha participação aqui e na
1044 CIB também a partir de agora e que a gente está à disposição lá no CAO para que o CEAS
1045 e os conselheiros precisarem, obrigada. **VOLNEY:** Seja bem vinda, as suas contribuições
1046 serão bastante valiosas para gente, mais alguém quer manifestar? Então nós vamos
1047 agora para comissão de orçamento. **ISABELA:** Primeiro só para comunicar que a gente
1048 teve uma troca de coordenação, a Milla justificou que ela não está podendo participar da
1049 mesa diretora por questões de agenda e entendendo que é importante a participação na
1050 mesa diretora ela abriu mão para ver se outra pessoa poderia assumir a coordenação da
1051 comissão, e aí eu assumi como representante governamental para manter a paridade,
1052 então estava com o governo, para manter o governo eu sou representante do governo na
1053 comissão e eu assumi a coordenação. Estiveram presentes na reunião de ontem eu, o
1054 Daniel da Federação das APAES não esteve presente, o Júlio sim, Milla e Vinícius do
1055 Conselho de Belo Horizonte presentes, bom então os pontos para discussão, a primeira
1056 questão vem em relação ao aperfeiçoamento para criação de um instrumental de
1057 acompanhamento mensal da execução orçamentária financeira dos recursos do FEAS. A
1058 gente discutindo na reunião vimos que o relatório de prestação de contas como é
1059 apresentado para o CEAS hoje ele é muito completo, ele é um relatório bem aprofundado
1060 que traz diversas informações, seria inviável para o órgão gestor estadual e ai falado como
1061 parte da SEDESE de apresentar mês a mês, porque a gente demora um tempo grande
1062 para conseguir reunir as informações, trabalhar essas informações de modo a apresentar
1063 para vocês, pode parecer simples mas não é, desde o pagamento até as ações de
1064 capacitação, as ações mais qualitativas, isso tudo demora um tempo para gente conseguir
1065 consolidar e apresentar aqui ao conselho. Tendo em vista isso a comissão propôs de
1066 pensar um ponto principal que deveria ser acompanhado então mensalmente, que o
1067 conselho gostaria de acompanhar mensalmente nas plenárias e que fosse possível
1068 também para o órgão gestor de fornecer essa informação, a comissão pensou no ponto 1
1069 que é de solicitar a SEDESE que envie mensalmente informações dos municípios que
1070 receberam repasse do Piso Mineiro e um anexo com a listagem desses municípios. Então
1071 seria uma informação que a comissão entendeu é como importante para ser discutida hoje
1072 na política de assistência e que seria viável para o órgão gestor sendo um ponto só de
1073 trazer essas informações para apresentação em plenária. Bom ai fica a dúvida na verdade,
1074 é porque aqui está envio mensal e eu não sei se seria no caso de enviar mensalmente
1075 para o conselho ou de apresentação na plenária, aí põem para discussão. **JÚLIO:** Tendo
1076 em vista que a demanda surgiu aqui na plenária e depois o que foi discutido na comissão
1077 é que a necessidade maior seria referente ao Piso Mineiro eu penso que essa
1078 apresentação seria aqui na plenária para contemplar os demais conselheiros além da
1079 comissão. **ISABELA:** É isso plenária? Tem algum outro ponto gente? Vocês acham que

1080 contempla dessa forma essa necessidade que foi discutida aqui? **CONSOLAÇÃO:**
1081 Analisando regimento do conselho eu vejo que seria a comissão, porque a tratativa é da
1082 comissão, mesmo que apresentação ela se dê no dia da reunião da comissão com todas
1083 as comissões. **ISABELA:** Perfeito Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Porque assim que a
1084 gente procede na prestação de contas, porque se não a gente não estaria cumprindo o
1085 regimento. **ISABELA:** Correto. Então você corrige para gente Nilce pro favor? Então
1086 apresentação mensalmente a comissão de orçamento. **VOLNEY:** Um minutinho só
1087 Isabela, o Ronaldo quer falar. **RONALDO:** Envio a comissão para que essa análise, der o
1088 parecer e seja apresentado na plenária mensalmente **ISABELA:** Ok? O segundo ponto é
1089 de encaminhamento, que o conselho faça gestão junto aos conselhos municipais para os
1090 municípios que não tiveram a finalização dos seus planos de serviços no sentido da
1091 agilização dos procedimentos necessários de forma que o cidadão não possa ser
1092 prejudicado, ou seja, a SEDESE tem trazido aqui mensalmente os informes da CIB que
1093 constam o número de municípios que não preencheram e preencheram o plano de serviço
1094 que é o instrumento que vai permitir o repasse de recursos, sem ele não tem como o
1095 Estado repassar. Então a proposta é que o CEAS faça essa gestão junto aos conselhos
1096 entrando em contato para que eles tomem os procedimentos necessários para finalizar o
1097 seu plano de serviço, ficou claro gente? **VOLNEY:** Só uma contribuição, não poderia dar
1098 essa capacitação junto as URCMAS? Reforçar isso ai também? Pelo menos dá uma
1099 pincelada? **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Já colocou né? Ok. **VOZES AO FUNDO**
1100 **RONALDO:** Desculpa se eu não entendi, mas inclusive foi sugerido na última plenária a
1101 respeito desse assunto é que os municípios que não tiverem finalizados seja solicitado a
1102 agilização do procedimento, mas o que estiverem ok com o preenchimento eu não
1103 conseguir entender se está claro ali que sejam contemplados aqueles que estiverem ok.
1104 **ISABELA:** Não mais isso com certeza **VOZES AO FUNDO RONALDO:** Ok muito
1105 obrigado. **MILLA:** Isso é só para gente trazer Ronaldo os municípios que não tiverem com
1106 o plano de serviços preenchidos o pessoal da SEDESE vai trazer para poder reforçar,
1107 para poder tentar por exemplo com o Vinícius que é do SEMAS, da união de conselhos
1108 ele pode ajudar por exemplo na região metropolitana entendeu? É só para ajudar mesmo.
1109 **VOLNEY:** Vinicius **VINÍCIUS:** Só para constar também que isso passa também pela
1110 comissão de orçamento, só para constar ali na mesma lógica do item de cima. **ISABELA:**
1111 Então ok os 2 encaminhamentos? Bom o ponto 2 foi uma solicitação que foi feita na última
1112 plenária que fosse apresentado a justificativa em relação a execução financeira do Piso
1113 Mineiro referente ao exercício de 2013, essa discussão no momento da apresentação de
1114 contas do 1º trimestre que surgiu na plenária e ai o pedido de ser apresentado a
1115 justificativa em relação a execução do Piso de 2013 e foi apresentado a justificativa que
1116 já estava constando no relatório de prestação de contas do 4º trimestre de 2013 que o
1117 relatório que trata do exercício como um todo. Então a justificativa foi que houve a
1118 liberação orçamentária no final de novembro para efetivação dos repasses para os meses
1119 de outubro, novembro e dezembro, e como resultado foi que com a liberação orçamentária
1120 no final do mês de novembro foi possível ajustar o atraso na liquidação das parcelas do
1121 piso mineiro para os 853 municípios observados nos meses anteriores, está ok gente? É
1122 porque eu acho que essa discussão depois já foi retomada e já tinha sido sanada então a
1123 gente pode avançar. Terceiro ponto era em relação a capacitação para o conselheiros
1124 municipais para elaboração da LOA. A gente estava discutindo na comissão essa proposta
1125 que a gente conversou um pouco aqui que seria de tentar juntar uma capacitação sobre
1126 gestão orçamentária sobre a elaboração da LOA com essas reuniões que já seriam ser
1127 realizados com as URCMAS com o objetivo mesmo de potencializar, não ter que deslocar
1128 novamente um conselheiro e tudo mais para facilitar, só que pelo apresentado aqui eu

1129 acho que o conteúdo para a reunião das URCMAS já está bastante rico, e a questão de
1130 orçamento não é muito simples, são alguns conceitos que a gente geralmente como
1131 SEDESE a gente tem feito pelo menos um nivelamento dos conceitos de orçamento para
1132 depois trabalhar a proposta da lei orçamentária na política da assistência social o que
1133 exige um tempo maior, aí não sei se tendo em vista o que foi apresentado aqui pela
1134 comissão de apoio antes e realmente seria pertinente, eu pergunto para vocês avaliarem
1135 porque pelo visto já tem bastante ponto e como a Consolação disse que tem que durar
1136 uma tarde só vocês acham que dá? **JÚLIO:** Eu considero relevante demais, eu acho que
1137 a gente tem que aproveitar esse espaço até porque a gente não vai ter outro, então eu
1138 creio que isso pode ser feito em uma hora e meia, ou uma hora essa apresentação. Então
1139 temos sim que aproveitar esse espaço e incluir sim essa questão da LOA. **VOLNEY:** Lúcia.
1140 **LÚCIA:** Me chamou aqui a atenção o seguinte, na pauta anterior não vou voltar a ela mas
1141 eu acho que nos municípios os gestores precisam de bem compreender que quando ele
1142 elabora o orçamento esse orçamento é aprovado pela câmara tem uma dotação
1143 orçamentária que é da política então em tese ela está aprovada. Eu acho que a gente vive
1144 em um cotidiano algumas vezes com o prefeito a questão da disponibilidade financeira,
1145 só me chamou atenção que na justificativa eles estão dizendo de deliberação
1146 orçamentária, não vou voltar na discussão, mas eu entendo que o gestor tem que ter uma
1147 compreensão de que orçamento aprovado se aquela dotação orçamentária é da política
1148 é da política, se for para mudar o prefeito tem que me chamar para discutir e tem que
1149 passar pelo conselho porque a gente sabe que o controle social sem discussão do
1150 orçamento, sem conhecimento do orçamento também fica complicado. Então eu só queria
1151 reforçar o posicionamento de que pelo menos algumas compreensões básicas sobre
1152 orçamento os conselhos municipais precisam ter se não ele não faz controle social
1153 nenhum, é só uma retórica, só um discurso, então ele tem que entender, ele não precisa
1154 de entender nas minúcias para elaborar o orçamento, isso realmente demora muito tempo
1155 mas eu acredito que ele precisa saber que ele tem que acompanhar a execução
1156 orçamentária do município sim. **ISABELA:** Entendi agora a sua colocação Lúcia, não com
1157 certeza, e aí a proposta justamente de entender que dessa preocupação sua, que os
1158 conselheiros tem que entender minimamente como que se forma o orçamento, como se
1159 dá a execução dele para poder instrumentaliza-los mesmo para fazer o controle social
1160 porque senão o órgão gestor pode chegar, despeja um tanto de termo técnico, os
1161 conselheiros não vão ter a compreensão exata daquilo e vai sendo empurrado com a
1162 barriga, então a intenção justamente é essa. O que eu quis dizer é o seguinte que a
1163 proposta que a gente tem trabalhado é um pouco extensa mais não tem problema nenhum
1164 da gente pegar aqui o Júlio colocou, o que Lúcia colocou e os outros conselheiros que
1165 quiserem contribuir destacando alguns pontos que são importantes para o conselho
1166 especificamente, sem entrar muito no mérito que é do órgão gestor e não do controle
1167 social. (VOZES AO FUNDO) **EDMA:** Os municípios tem muita dificuldade, ligam para
1168 gente direto, nos procuram, quais os recursos que tem que estar locado no fundo dessa
1169 assistência social porque tem recurso por exemplo que é da saúde e eles colocam no
1170 benefício eventual só um exemplo, esse recurso tem que estar no fundo municipal da
1171 saúde e não da assistência social, então quais os recursos tem colocados no fundo? Que
1172 os recursos que estão locados no fundo municipal de assistência social ou no nacional
1173 este recurso sim que é prestado conta para os conselhos então eles tem que ter muito
1174 claro quais são esses recursos para fazer o que com eles entendeu? **ISABELA:** Um outro
1175 ponto também que a gente conversou ontem foi de ressaltar uma discussão sobre
1176 orçamento da importância ali do conselho ver no orçamento na hora da elaboração da
1177 LOA os 3% do IGD dos 2 IGD que é um ponto também importante que a gente inclusive

1178 recebeu solicitações na SEDESE de reforçar essa temática e é um ponto que a gente
1179 pensa que também deve estar presente nessa proposta, então só fazendo um
1180 esqueminha aqui, a gente pode colocar o conceito gerais mais de forma bem resumida de
1181 orçamento, funcionamento do Fundo mostrando de forma bem prática quais os recursos
1182 que tem que estar alocados no Fundo inclusive os recursos do tesouro municipal que a
1183 gente tinha capacitação de ouvir muitas vezes contador dizendo que não pode colocar
1184 recurso da prefeitura no Fundo, um equívoco completamente doido, então quais recursos
1185 que dever ser realocados e questão do IGD, aí a gente traz o nosso modelo de LOA porque
1186 o modelo ele facilita o entendimento até para o conselho depois quando ele pegar a sua
1187 própria LOA conseguir entende-la melhor, no modelo a gente propõem estruturação do
1188 SUA de forma clara, a gente vê muitos orçamentos hoje dos municípios que além dele ser
1189 muito longo e muito extenso tem 50 ações orçamentárias por exemplo ele não traz de
1190 forma clara as proteções básicas especial, o serviço que são desempenhados pela
1191 política, traz muita ainda uma noção por exemplo de carência, tem lá apoio para pessoas
1192 carentes e ai alocam um bolo de recurso lá dentro que depois o gestor não consegue
1193 executar e o conselho nunca vai conseguir entender como que está sendo dessa forma,
1194 então a elaboração da LOA numa maneira adequada facilita inclusive a transparência e o
1195 controle social, então de trabalhar nesse sentido. **VOLNEY:** José Henrique você sendo da
1196 Fazenda você gostaria de contribuir com a gente nessa questão orçamentária? **JOSÉ**
1197 **HENRIQUE:** Dependendo do objeto a ser explicitado para mim não tem problema,
1198 havendo a matéria sendo compatível com aquilo que eu conheço não teria problema
1199 nenhum. **VOLNEY:** Para mim quando a Lúcia coloca essa questão orçamentária por
1200 exemplo você tem um orçamento para o ano seguinte e se cai a receita por exemplo,
1201 como é que fica isso? Você tem que garantir esse orçamento? **LÚCIA:** O que eu quis
1202 chamar a atenção aqui Volney é o seguinte quando faz o orçamento você faz uma previsão
1203 orçamentária na sua área, isso vai depois para área de finanças, tem discussão, tem
1204 disputa, tem briga dentro da prefeitura, quem fica e quem não fica, tira a mão que é meu,
1205 vai para a Câmara e aprova. Então enquanto dotação orçamentária eu tenho
1206 entendimento que o gestor da área tem que defender o seu orçamento porque quando por
1207 exemplo apareceu uma outra situação no mínimo o prefeito tem que me liga e dizer assim
1208 olha do seu orçamento eu preciso de 10% do orçamento de cada secretaria, é uma
1209 calamidade ou o que quer que seja, isso tem que ser da minha deliberação, eu sou gestora
1210 do fundo, eu sou gestora da política. Pode acontecer de um determinado momento ele
1211 dizer para mim assim olha você tem orçamento mais nós não temos financeiro daquilo
1212 que é do tesouro municipal, é claro que não adianta eu ter o orçamento se eu não tenho
1213 o financeiro mais isso o controle social precisa ter um jeito de compreender o que que está
1214 acontecendo entendeu? Então não é dizer existe previsão orçamentária, se é um serviço
1215 que está previsto eu tenho que colocá-lo no orçamento, posto, aprovado, então o
1216 orçamento existe por ai é uma decisão política, se eu tenho 100 de caixa eu vou aplicar o
1217 100 aonde? No meu município por exemplo nós temos uma pactuação, é claro que o
1218 prefeito ele precisa garantir o pagamento dos trabalhadores se não a prefeitura não anda,
1219 mas o pagamento seguinte é da criança e do adolescente, é acolhimento institucional
1220 então é autoridade absoluta, isso é religioso então tem que cumprir, o conselho da criança
1221 acompanha, eu acompanho e o conselho de assistência também acompanha, esse tipo
1222 de lógica que eu acho que o gestor precisa entender, pactuar e ter função de controle.
1223 **JÚLIO:** Tentando resumir um pouco eu penso que essa questão de orçamento voltado
1224 para assistência para clarear falta muitas vezes vontade política apenas, não é nem
1225 questão orçamentária, quando o gestor ele entende que a assistência social é prioridade.
1226 Existe recurso sim, não existe as vezes vontade política para resolver. **VOLNEY:** Ronaldo

1227 **RONALDO:** Até trazendo uma fala da Lúcia e é uma angústia, uma preocupação que eu
1228 tenho é na compreensão do conselho em exerce esse controle social, então ele não tem
1229 apenas percepção até por se tratar de algo técnico do gestor, ele também tem que saber
1230 diferenciar o que é o controle social e o que é poder discricionário do gestor, então nós
1231 precisamos sim assegurar e ter um entendimento que dentro dos conselhos isso é difícil
1232 para o conselheiro entender que ele tem um PPA Plano Plurianual, esse Plano Plurianual
1233 tem que ser eficaz para que se faça constar na LOA porque se ele não tiver orçamento
1234 ele não ter financeiro, então ele tem que segurar lá trás no PPA, segurar no orçamento
1235 para que se tenha o orçamento e se ele não tiver esse conhecimento ele não pode cobrar
1236 o orçamento do que não foi previsto, não pode cobrar o financeiro do que não foi previsto
1237 no orçamento e isso é difícil de compreensão, principalmente para o conselheiro que está
1238 ali para exercitar exatamente isso, o controle social, ele não tem essa percepção e as
1239 vezes ele cobra um financeiro que não foi previsto no orçamento, então jamais vai
1240 acontecer. Então é de extrema necessidade, foi muito bem acolhido pela comissão de
1241 apoio a proposta trazida pela comissão de orçamento em trazer essa discussão e a gente
1242 entende ser de suma importância para entendimento dos conselheiros. **VOLNEY:** Mais
1243 alguém? Podemos ir para o próximo ponto? **HERMELIS:** Isabela essa orientação dessa
1244 apresentação será feita pela comissão? Algum membro da comissão irá junto? **ISABELA:**
1245 Pois é, ai vou entrar agora nos pontos que eu vou apresentar. Era justamente por isso,
1246 porque se a proposta não fosse aceita nem valeria a pena entrar nos pontos mais ai nos
1247 pontos agora vai detalhar isso. Bom primeiro ponto que a gente pensou, o
1248 encaminhamento então seria enviar para todos os conselheiros a sugestão de
1249 apresentação, a Milla já trouxe uma apresentação com os conceitos básicos de
1250 orçamento, eu vou fazer algumas contribuições também trazendo para a questão da LOA
1251 da política de assistência social e ai a gente encaminharia vocês para a apresentação de
1252 contribuições até o dia 11 de julho que seria 3 dias úteis antes da próxima reunião de
1253 comissões. Vou pular o ponto 2 porque eu já discuti a temática na reunião das URCMAS,
1254 e ai o terceiro ponto seria fazer uma oficina para capacitar os conselheiros aqui nessa
1255 temática da LOA e de orçamento para que os conselheiros possam multiplicar, replicar
1256 essa informação, esse conhecimento nas reuniões de URCMAS, então a gente está
1257 propondo de na próxima reunião de comissões ter um momento com todo mundo junto,
1258 duas horas, para gente trazer a apresentação que já vai ser enviada para vocês e
1259 capacitar, mostrar o modelo da LOA, mostrar essas questões para subsidia-los nas
1260 reuniões de URCMAS ok? Está aprovado esse ponto? **VOLNEY:** Aprovado gente? Ok
1261 **ISABELA:** Os 2 né? De encaminhar a apresentação e de realizar oficina na próxima
1262 reunião de comissões. **DENISE:** Eu tenho uma dúvida só em relação a pauta da reunião
1263 de comissões. É porque a gente vai deliberando e a gente trouxe algumas deliberações
1264 para reunião de comissão no dia 17 de julho, estou pensando se não dá sobrecarga
1265 porque essa não é uma pauta simples, uma oficina vocês vão gastar pelo menos duas
1266 horas e meia em uma oficina dessa natureza **VOZES AO FUNDO DENISE:** Só para ver
1267 se é possível manter julho ou se a gente jogaria para a de agosto, porque a gente já tirou
1268 outras deliberações para julho, para não dar uma sobrecarga. **CONSOLAÇÃO:** É por isso
1269 que a comissão de política marcou para 11 horas, uma hora para ter discussão de apoio
1270 ai a gente iniciaria a tarde 13 hora, daria para fazer isso de 13 as 15 horas e depois o
1271 restante do conteúdo das comissões. **ISABELA:** Ok pessoal? Essa questão de puxar para
1272 julho Denise é justamente isso porque agosto já tem reunião de URCMAS então o nosso
1273 tempo ficou apertado, e é importante levar já na reunião de agosto porque está em tempo
1274 ainda de auxiliar na elaboração da LOA daqueles municípios que participarem. O quarto
1275 ponto é que o CEAS deverá enviar correspondência e material de apoio informativo

1276 contendo apresentação, cartilha e orientações aos conselhos municipais de assistência
1277 social oportunizando a preparação dos mesmos para reunião de URCMAS e para
1278 discussão local, Nilce eu acho que a gente vai ter que mudar, lendo agora qual que é a
1279 ideia? A gente vai fazer as reuniões de URCMAS mas ao mesmo tempo o conselho vai
1280 enviar esse material para todos os conselhos municipais de Minas Gerais e junto com o
1281 envio desse material vai ser enviado cronograma das reuniões de URCMAS para já fazer
1282 a mobilização, então a gente fala está aqui o material para quem quiser estudar, ler em
1283 casa mais a gente já aproveita para convidar para participar das reuniões e URCMAS em
1284 que essa temática vai ser tratada e aprofundada, era isso. **VOLNEY:** Quer falar Lúcia?
1285 **LÚCIA:** Não necessariamente vai ser atendida mas talvez fosse interessante enviar um
1286 convite para alguém da Fazenda do município porque os servidores também tem muita
1287 dúvida entendeu? Então já que vai discutir no mínimo isso, convidar, pode ser que todos
1288 não compareçam mas aqueles que comparecerem já é um ganho. A pessoa que trabalha
1289 com orçamento na prefeitura podia acompanhar o presidente do conselho porque o
1290 conselho tem que deliberar, então nós vamos criando essa consciência de que dessa
1291 proximidade, dessa parceria de que o gestor se faça compreender pelo conselho,
1292 qualifique o conselho para fazer uma discussão adequada na condição da política eu sinto
1293 que pelo menos os meus que é um município grande eles pedem, tudo o que tiver se você
1294 liberar eles querem ir, ele querem aprender. **ISABELA:** Lúcia eu acho importante a sua
1295 colocação mais eu estou pensando que assim que como a reunião como um todo ela vai
1296 ser bem específica para conselheiro eu não sei se seria o momento adequado, eu acho
1297 que é bacana talvez a gente possa acrescentar aqui como 5º encaminhamento é porque
1298 a gente vai ter a aula do curso telepresencial em agosto que vai tratar disso e vai ser
1299 especificamente para gestores e já seria intenção mesmo da SEDESE de mobilizar o
1300 contador, ou alguém da secretaria de financia de Fazenda, o que talvez a gente possa
1301 fazer é divulgar por meio do conselho essa aula do curso telepresencial mobilizando os
1302 conselhos municipais dizendo dessa possibilidade de participação ok? **VOLNEY:** Agora a
1303 gente passa para a Milla então que ela trouxe uma apresentação. **MILLA:** A secretaria
1304 executiva pediu para eu poder mostrar aqui a apresentação que a gente tinha feito uma
1305 proposta já para dar uma base para os conselheiros para depois mandarem as
1306 contribuições até o dia 11 de julho é o que a Isabela falou. Isso é uma apresentação que
1307 eu já tinha falando do desdobramento do orçamento, ela é bem conceitual mesmo então
1308 assim eu vou passar alguns pontos que a gente já sabe eu vou passar um pouco mais
1309 rápido, é basicamente isso. Essa apresentação trata primeiramente da legislação básica,
1310 legislação orçamentária, estrutura do orçamento, como que o orçamento público é
1311 executado, o processo orçamentário municipal e a elaboração do orçamento por
1312 programas, próximo slide. A legislação básica a gente traz aqui que ela é de
1313 responsabilidade fiscal primeiramente falando o que que ela traz por exemplo ela
1314 estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal
1315 como premissas básicas o planejamento, controle, transparência e responsabilização e
1316 ela obriga também que as finanças sejam apresentadas detalhadamente aos tribunais de
1317 contas e também ela estabelece alguns limites para gasto com o pessoal por exemplo que
1318 não podem exceder na União 50% da receita corrente líquida e nos Estados e municípios
1319 60% dessa receita corrente líquida. A legislação federal da lei 4.320 de 64 que ela estatua
1320 normas gerais de direito financeiro e ela estabelece normas sobre a elaboração e controle
1321 dos orçamentos de balanços. Ela estabelece também a elaboração do orçamento por
1322 programas, que é a estrutura que a gente tem hoje que a gente usa também no PPAG. O
1323 decreto lei 267 desculpa, esse que cria na verdade né? A lei 8666 que é a lei de licitações
1324 e contratos que o poder público tem que obedecer, a constituição federal de 38, isso é

1325 mais como uma contextualização mesmo. Aí tem um breve slide falando o que é PPA que
1326 é o plano que estabelece diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras
1327 delas decorrente para as relativas aos programas de duração continuada, fala que
1328 nenhum investimento cujo a sua execução ultrapasse um exercício financeiro, ou seja, um
1329 ano, ele tem que está previsto no Plano Plurianual para mostrar que a execução dele é
1330 continuada, estabelece também que a lei orgânica de cada município estabelece o prazo
1331 para encaminhamento desse plano para a Câmara para ser votado e posteriormente
1332 sancionado e vigência dele também que é de 1º de janeiro do 2º ano de mandato até 31
1333 de dezembro do 1º ano de mandato seguinte. Então o PPAG que a gente tem hoje por
1334 exemplo ele está vigente até o ano que vem, mesmo que já tenha trocado o governo,
1335 simples. A LDO define as metas e prioridades do ano seguinte com base no estabelecido
1336 no PAA então assim ela basicamente pega o que está definido no PAA e da algumas
1337 diretrizes para poder elaborar a LOA. A CF e a LFR estabelecem por exemplo os níveis
1338 mínimos de despesas nas funções saúde e educação, esses limites deve ser respeitados
1339 na LOA e na LDO também, limites de gastos com o pessoal e limites de gastos com a
1340 Câmaras municipais também. A LDO também ela traz deliberações sobre Fundos então
1341 coisas mais específicas para o orçamento de cada município, próximo slide. A LOA que
1342 é o que efetivamente trata do orçamento anual ela estima receita e autoriza despesa que
1343 vai ser realizada no ano seguinte então assim, você sabe qual que vai ser a sua despesa,
1344 você só tem que fixar ela, você já tem os seus gastos previstos e a receita ela é estimada
1345 podendo variar. Existem no orçamento recursos vinculados que possuem destinações
1346 específicas que também devem estar previstos na LOA. O artigo 71 da 4.320 constitui
1347 Fundo especial produto de receitas específicas que por lei se vincula a realização de
1348 determinados objetivos ou serviços facultado a adoção de normas peculiares de
1349 aplicação. No artigo 72 está falando que a aplicação das receitas orçamentárias em fundos
1350 especiais se fará através de dotação consignada na lei de orçamento ou em créditos
1351 adicionais, ou seja, por exemplo o Fundo de Assistência Social ele tem que estar previsto
1352 também na LOAS já. **VOLNEY:** Milla questão de ordem, gente está todo mundo
1353 interessado? Está esclarecendo? **VINÍCIUS:** Volney eu queria fazer uma proposta.
1354 **VOLNEY:** Isabela só um minutinho por favor **VINÍCIUS:** Porque são 12:00 nós estamos
1355 bem adiantados com a pauta de hoje, não sei se de repente essa apresentação possa
1356 acontecer depois do almoço **VOLNEY:** Depois do almoço? **VINÍCIUS:** Porque a gente está
1357 bem adiantado com a pauta e já são 12:00 se não a gente vai acabar atrasando o início
1358 da tarde. **DENSISE:** Eu queria fazer uma outra proposta até em respeito a Milla que fez a
1359 apresentação assim nós não vamos ter o momento de capacitação? Faz sentido fazer
1360 uma leitura sem que a gente possa fazer o debate? Talvez não faça, a leitura
1361 simplesmente, se a gente vai ter o momento da capacitação eu acho que é improdutivo e
1362 em respeito a ela, por exemplo, passaram dúvidas mas nós não vamos poder debater e
1363 nós vamos ter o momento da capacitação, eu acho que não faz sentido nem a
1364 apresentação eu penso. **CONSOLAÇÃO:** Eu só quero justificar que foi uma solicitação
1365 até minha da secretaria executiva mesmo porque a gente também está com essa pauta,
1366 nós também vamos apreciar a lei orçamentária estadual, tem a questão de fala e eu acho
1367 que sempre como ele mesmo falou que nós estamos adiantados e que tinha um tempo a
1368 mais quanto mais se fala de um conteúdo que a gente não domina e que a gente não lida
1369 cotidianamente a gente vai fixando até mesmo para trazer isso, eu posso aqui identificar
1370 as minhas dúvidas mas não necessariamente eu não tenho que tira-la hoje, mais eu me
1371 identifico até para que eu possa pontuar uma outra, eu estou esclarecendo o meu
1372 pensamento tá gente? Eu posso estar equivocada e posso ter premeditado a questão,
1373 mais no entendimento de que com duas horas também de capacitação a gente não vai

1374 conseguir talvez sanar as dúvidas de todo mundo, então se você tem uma previa de
1375 conhecimento de uma questão geral até para eu me sintonizar e falar assim o que que
1376 preciso mais aprofundar na hora que eu receber o material e ter a leitura e que eu possa
1377 depois estar aqui pautando como dúvida? Até mais elaborada porque senão eu parar toda
1378 hora talvez com pequenos pontos que poderiam ser sanados no momento anterior. Então
1379 foi isso, eu peço desculpa aos conselheiros, mais foi numa questão de tentar mesmo né
1380 Milla de aproveitar esse tempo. **ISABELA:** O material vai ser enviado, a gente está
1381 pensando de enviar esse já também o material eu trata da LOAS especificamente da
1382 política de assistência social. **MILLA:** Exatamente, o que a Isabela tinha proposto antes
1383 também é que essa apresentação fosse uma apresentação básica sobre orçamento
1384 municipal mais que ela tem que ser adequada para a assistência social para ficar de
1385 acordo com a realidade dos município, então a Isabela também fez essa proposta de
1386 modificar essa apresentação e após ela ser modificada que ela vai ser enviada para os
1387 conselheiros para todo mundo dá as suas contribuições. **VOLNEY:** A gente termina ou
1388 nós paramos para o almoço e retomamos a tarde? **ISABELA:** Vamos parar para o almoço
1389 e retomamos a tarde **VOLNEY:** Então vamos parar então. São quantas horas
1390 Consolação? **ISABELA:** 12:15 **VOLNEY:** 13:30 está um horário bom? **ISABELA:** Para
1391 mim está ótimo, 13:30 pode ser? **VOLNEY:** Então a gente retoma às 13:30. **RONALDO:**
1392 Foi entregue aí um manual da instituições beneficentes que eles foram entregues para as
1393 entidades da sociedade civil, essa é uma publicação idealizada pelo Instituto de
1394 Empreendedores e Gestores Sociais em parceria com o SINIBREF de Minas Gerais que
1395 é o Sindicato das Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais e
1396 a FENATIBREF que é a Federação Nacional dos Empregados e Instituições Beneficentes
1397 Religiosas e Filantrópicas, tendo como base o manual caminhos para o
1398 empreendedorismo social, produzido pela APERAM e pelo Instituto Papel Solidário e com
1399 parceria para impressão da editora Paulos, sendo sua distribuição gratuita, houve a
1400 parceria nossa também do SINTIBREF que é o Sindicato dos Empregados das Instituições
1401 Beneficentes Religiosas Filantrópicas que é a entidade que eu represento no Conselho
1402 Municipal de Assistência Social, apesar de eu representar aqui o conselho de Juiz de Fora
1403 ok? Façam um bom aproveitamento e está aí para que vocês colaborem conosco em uma nova
1404 edição, muito obrigado. **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Gente vamos retomar então! A
1405 gente talvez vai segurar um pouquinho porque nós temos um informe aqui que a Roberta
1406 pediu para que ela estivesse presente exatamente nessa discussão do GT da discussão
1407 conjunta das resoluções 56 do CEDCA e a 466 do CEAS, então de qualquer forma se a
1408 gente avançar nos informes nós vamos ter que aguarda-la porque ela quer estar
1409 participando desse informe que pode se tornar um ponto de pauta ok? Então nós vamos
1410 para os informes da Assembleia da audiência pública. **ISABELA:** Na verdade eu queria
1411 passar antes os informes da SEDESE, estou vendo que não está aqui na pauta mas a
1412 gente de praxe tem trazido os informes que são feitos na CIB aqui para o CEAS para
1413 compartilhar também com os conselheiros os informes relacionados a SEDESE. A
1414 primeira questão a gente traz as informações sobre o preenchimento do SIM SUAS do
1415 sistema de informação e monitoramento no Estado, a gente ainda tem 36 municípios com
1416 pendências no SIM de 2012, 153 municípios com pendências no preenchimento do SIM
1417 de 2013 e no ano de 2014 um número bastante alto de pendência de 554 municípios que
1418 não tem preenchido periodicamente os questionários do SIM SUAS, e aí é um ponto que
1419 a gente sempre traz porque pelo nosso decreto de repasse fundo a fundo no Estado o
1420 SIM SUAS é uma condição, está colocado lá, então é importante da gente sempre reforçar
1421 isso, e pela importância mesmo das informações de monitoramento para o gerenciamento
1422 do Estado. Então nós vamos está entregando para o conselho, já foi repassado, a lista de

1423 todos os municípios pendentes 2012, 2013, 2014 dos que não preencheram. A gente tem
1424 ainda uma situação também complicada que são municípios pendentes no preenchimento
1425 do demonstrativo anual físico financeiro da execução da despesas de 2012, o
1426 demonstrativo de prestação de contas do recurso estadual, a gente está com 110
1427 municípios ainda pendentes, o prazo para o preenchimento do demonstrativo já foi
1428 encerrado no dia 30 de maio, ele não foi prorrogado novamente porque ele já veio de uma
1429 prorrogação, ele vem desde outubro do ano passado que ele está aberto para
1430 preenchimento, então a gente está deixando também dos 110 municípios, a gente também
1431 como órgão estadual vamos nos organizar para convidar esses municípios que
1432 permanecerem pendentes agora até o dia 31 de junho para uma oficina lá na SEDESE
1433 para fazer uma ação de sensibilização de capacitação mesmo, é tentar entender, escutar
1434 esses municípios, qual que é a dificuldade no preenchimento do demonstrativo e auxiliá-
1435 los ali para qualquer dúvida, para prestar os esclarecimentos que forem necessários,
1436 então a gente vai fazer essa ação para o mês de julho, e aí ao mesmo tempo já da
1437 informação de que a gente está preparando para disponibilizar o demonstrativo referente
1438 a prestação de contas dos recursos de 2013, em breve a gente também traz para vocês
1439 aqui a notícia do período certinho que ele vai estar aberto para preenchimento, a gente só
1440 não abriu ele ainda por conta do número grande de municípios que estão em pendência
1441 em 2012, quando a gente abre o de 2013 gera uma confusão ainda maior na cabeça dos
1442 gestores então a gente preferiu aguardar para cair bem esse número, agora que a gente
1443 vai disponibilizar a prestação de contas referente a 2013, mais aí a gente informa certinho
1444 o período. A gente está ainda também com o plano de serviços do governo estadual aberto
1445 para preenchimento mas assim o prazo dele estar para encerrar agora dia 30 de junho,
1446 ele também foi prorrogado passando por pactuação na CIB 2 vezes, a gente está ainda
1447 com o número de 40 municípios com o plano dos serviços em análise pela prefeitura e 32
1448 municípios com o plano em análise pelo conselho, então a gente ainda tem 72 municípios
1449 que não preencheram e a diretoria de gestão do fundo tem feito uma ação também bem
1450 sistemática, bem intensiva junto a esses municípios fazendo ligações, fazendo
1451 sensibilização para que seja o preenchimento, e aí como a gente conversou na comissão
1452 de orçamento hoje mais cedo do CEAS também fazer essa intervenção junto aos
1453 conselhos municipais, o plano ele é aprovado pelo órgão gestor e pelo conselho para
1454 pressionar e para ver se a gente consegue andar. Uma outra situação que a gente tem é
1455 em relação ao preenchimento do plano de ação do governo federal, o prazo dele é até o
1456 dia 30 de julho mas a gente já está fazendo as ações de sensibilização dos municípios
1457 para o preenchimento e a gente ainda está com a situação de 419 municípios em
1458 preenchimento e 133 aguardando aprovação pelo conselho, então é um número alto ainda
1459 também de municípios que não finalizaram o preenchimento do plano de ação do governo
1460 federal, e aí também tem a listagem de todos os municípios pendentes. A gente tem
1461 também aqui os municípios que estão pendentes na prestação de contas dos recursos
1462 federais, então tem municípios que estão pendentes no preenchimento do demonstrativo
1463 2012 totalizando do IGD SUAS a gente tem 78 municípios pendentes, do IGD Bolsa
1464 Família 54 municípios pendentes e de serviços são 16 aguardando aprovação do
1465 conselho, 56 em preenchimento e 2 que foram reprovados pelo conselho municipal de
1466 assistência social, e aí aqui também traz a listagem desses municípios especificando que
1467 tipo de pendência que eles tem, passando para parte de serviços está disponível para 173
1468 municípios formalizarem o aceite para expansão do cofinanciamento federal do serviço de
1469 acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, então é aquilo que a gente
1470 conversou mais cedo, o termo de aceite também está disponível para os municípios e aí
1471 só lembrando que os municípios que derem o aceite eles tem que elaborar um plano de

1472 acolhimento que ele dever ser feito em diálogo com os outros atores envolvidos, ser
1473 apresentado ao conselho de assistência social e deve ser encaminhado a SEDESE até
1474 outubro desse ano, caso o plano não seja apresentado nesse prazo até outubro vai haver
1475 interrupção do repasse de recursos, então também é um ponto que a gente está atento.
1476 Outro é relação a expansão e qualificação dos serviços de proteção social aos
1477 adolescentes em cumprimento medidas socioeducativas em meio aberto, da LA liberdade
1478 assistida e PSC prestação de serviços à comunidade, então também está aberto o termo
1479 de aceite para o cofinanciamento federal para os municípios realizarem, também é só até
1480 o dia 30 de junho, ele foi disponibilizado no dia 17 e os municípios tem até segunda-feira
1481 só para dar o aceite, a gente em Minas Gerais 104 municípios elegíveis. A gente está
1482 também com expansão da equipe volante, o termo de aceite também está disponível até
1483 o dia 30 de junho e os municípios elegíveis devem dar o aceite e a gente está aqui com
1484 10 municípios que são elegíveis no Estado de Minas Gerais por já tiveram várias
1485 expansões para equipe volante essa está sendo mais uma. Outro aviso é em relação ao
1486 SISC, o SISC teve aberto o seu prazo para os municípios inserirem preenchimento relativo
1487 aos usuários e grupos de atendimentos, aí a gente só está fazendo um reforço a pedido
1488 do governo federal de que esse sistema ainda continua aberto e que a atualização desses
1489 dados devem ser feitas constantemente, então tanto a inserção de novos grupos e
1490 usuários quanto a atualização de qualquer alteração que possa vim acontecer, lembrando
1491 sempre que é importante está atento a isso porque os dados inseridos são usados para
1492 calcular o recurso que vai ser repassado ao município. Outro informe é em relação é em
1493 relação ao Programa BPC na escola, a gente está desde o ano passado com o termo de
1494 adesão do BPC na escola os municípios ou devem aderir ou renovar no caso daqueles
1495 que já tinham feito o aceite no ano de 2010, lembrando que o BPC na escola ele faz parte
1496 do pacto de aprimoramento da gestão, então 100% dos municípios devem aderir ao BPC
1497 na escola, a gente ainda tem 249 municípios no Estado que não realizaram a adesão e aí
1498 também segue a listagem desses municípios, e 81 que não realizaram a renovação. Em
1499 relação ao programa bolsa família a gente traz a lista de municípios que estão pendentes
1500 na prestação de recurso de contas do recuso IGDM, lembrando que não prestando contas
1501 do IGDM o recurso ele é suspenso, o município não recebe retroativo então é importante
1502 regularizar mais rápido possível, a gente tem 1 município só de 2010, só porque já
1503 melhorou, a gente tinha mais, aí já conseguiu avançar um pouco e relativo a 2011 a gente
1504 tem 6 municípios ainda que não realizaram a prestação de contas, ou seja, não estão
1505 recebendo recurso, e 2012 a gente está com 49 municípios que não fizeram prestação de
1506 contas também do IGD. Em relação as condicionalidades da saúde a gente está
1507 lembrando aqui do tempo, da agenda, então o registro no sistema de gestão do programa
1508 bolsa família, da agenda da saúde, da primeira vigência de 2014 vai encerrar agora dia
1509 30 de junho, então chamando atenção que são semestralmente que insere esses dados.
1510 Uma outra informação também voltando agora para o governo estadual é o retorno do
1511 Capacita SUAS, a gente iniciou Capacita SUAS em fevereiro e foi até o final de maio, teve
1512 um intervalo agora nos meses de junho e julho, durante esse intervalo a gente está
1513 fazendo avaliação do curso, revendo os municípios que foram convocado e não
1514 participaram e o curso vai ser retomado agora no início de agosto, os municípios já podem
1515 ficar atentos que a gente já vai começar disparar os ofícios de convites na semana que
1516 vem, lembrando que a nossa meta é atingir os 853 e que os municípios que foram
1517 convidados no primeiro semestre e não puderam participar não tem nenhum problema a
1518 gente está realocando eles agora no segundo semestre e deixando claro que se caso eles
1519 não possam participar na data que a SEDESE está indicando é só informar a diretoria de
1520 capacitação que a gente realoca ele em uma outra turma que seja possível a participação,

1521 a nossa intenção é receber todo mundo aqui, lembrando também que o curso 2 que a
1522 gente está, o curso de atualização e indicadores para diagnósticos e acompanhamento
1523 do SUAS é feito em parceria com a UFMG, a gente ainda tem 377 municípios que não
1524 participaram. Em relação ao curso telepresencial também foi feita uma pausa agora nos
1525 meses de junho e julho, junho ainda teve uma aula mais depois foi feita a pausa, durante
1526 esse período a gente também está fazendo avaliação, a gente está levantando alguns
1527 polos que tiveram problemas de transmissão, teve um polo que foi de Itaobeiras que sofreu
1528 com uma chuva forte e foi muita coisa danificada na cidade aí a gente está auxiliando
1529 esses polos nesse período e as aulas vão ser retomadas no dia 1º de agosto, aí a gente
1530 vai ter uma antecipação no calendário para quem já acessou, as aulas de gestão
1531 orçamentária e financeira estavam para o final do ano a gente está puxando a aula sobre
1532 orçamento para o mês de agosto isso vai ser informando, para todo mundo para aproveitar
1533 o período de elaboração da LOA. **LÚCIA:** Isabela vocês estão disponibilizando as aulas
1534 em cd? **ISABELA:** Lúcia a gente disponibiliza as aulas em cd para os polos que não
1535 conseguiram fazer transmissão naquele período. A gente não disponibiliza para todos os
1536 polos nesse momento porque isso acaba gerando uma baixa adesão, os municípios
1537 sabendo que vão responder deixam de participar da aula presencial e a gente entende
1538 que oficina ela é um momento importante de troca, de aprofundamento ali do aprendizado,
1539 mas todos os polos que nos solicitam a gente acaba enviando, não deixa de enviar, a
1540 gente está com 68 polos, a gente não envia sistematicamente para os 68 depois de toda
1541 a aula, só para aqueles que tiveram problemas ou que solicitaram. **LÚCIA:** E aí no meu
1542 caso eu vou ter que pedir para a Elina, teve concurso então nós demos posse para 95%
1543 da equipe então eu não posso liberar o pessoal para ir no presencial, porque literalmente
1544 todos os técnicos que estão na ponta chegaram agora. **ISABELA:** Entendi. **LÚCIA:** Eu
1545 conversei isso muito com a Elina, não houve uma solução e eu preciso ter acesso a esse
1546 material até para ir programando dentro da cidade e eu acho que os outros municípios
1547 vão passar por isso, é bom pensar entendeu? Quando se tem uma mudança assim em
1548 um número muito grande. O ano passado eram poucos, a gente escalava e deu para ir,
1549 mas esse ano não, terminaram todos os contratos em dezembro entendeu? **ISABELA:**
1550 Entendi. **LÚCIA:** Eu estou com a equipe inteira nova, 95%, agora vamos ter que arrumar
1551 uma alternativa. Eu acho que é bom a gente pensar nisso porque como no pacto de
1552 aprimoramento tem essa meta de realização de concurso e de pelo menos 60% da equipe
1553 serem servidores a gente vai ter que pensar nessas outras possibilidades para os
1554 municípios maiores. **ISABELA:** É verdade. No caso do polo que estava sendo em Caldas
1555 a gente enviou sim porque tiveram alguns probleminhas em algumas aulas, a gente já
1556 enviou, a Elina se eu não me engano tem todos os cds das aulas que já aconteceram,
1557 mas se não tiver, muito tranquilo é só você enviar solicitação para gente que a gente
1558 encaminha sem nenhum problema. Desde o ano passado a gente começou a
1559 disponibilizar no canal do youtube as aulas que já foram transmitidas, mas assim, com o
1560 tempo para a frente, também para não perder a mobilização, esse ano a gente está em
1561 um período eleitoral e o canal do youtube vai ter que sair do ar, mais aí quando retornar
1562 no final do ano a gente vai disponibilizar as aulas para todo mundo acessar, inclusive
1563 sociedade civil, facilita bastante o acesso. Uma informação importante também do curso
1564 telepresencial é que a gente tem ainda 84 municípios que não participaram de nenhuma
1565 aula do tele, tem também aqui a listagem desses municípios para auxiliar na mobilização,
1566 a gente tem feito vários esforços na diretoria de capacitação, pedimos ajudas inclusive o
1567 CAO tem nos ajudado também, e lembramos que o polo está sempre aberto para
1568 participação independente se a pessoa fez inscrição ou não, a inscrição ela é importante
1569 para quem quer receber o certificado, mas quem quiser só participar das aulas temáticas

1570 que são mais interessantes para cada um inclusive aqui para os senhores conselheiros o
1571 curso telepresencial ele está aberto, pode ser as vezes no polo mais perto do município
1572 de vocês ou aqui em Belo Horizonte também para quem for da região tem um polo
1573 disponível para participação. Uma informação importante que a Lúcia falou do concurso,
1574 eu não sei se foi dado a notícia boa aqui é que a gente teve a nomeação de 23 novos
1575 servidores no concurso da SEDESE, desses a gente já está com 17 que tomaram posse
1576 e já estão trabalhando conosco, a gente recebeu mais 3 do concurso da SEPLAG que
1577 estão trabalhando conosco lá na SUBAS também, então para quem já foi lá antes agora
1578 vai estar uma diferença muito boa, a gente estava cheio de cadeiras vazias agora a
1579 SUBAS está lotada! Está bom demais! Ainda estamos esperando mais gente, falta mais
1580 metade para chegar dos que vão ficar na sede e os que vão chegar para trabalhar nas
1581 diretorias regionais, mais com certeza já está fazendo a diferença, são perfis bem
1582 diferenciados, psicólogos e assistentes sociais, alguns já tem uma trajetória maior outros
1583 estão iniciando no mercado de trabalho agora, mas está sendo bem bacana, realizamos
1584 já a capacitação inicial com eles e temos um plano de planejamento para continuar
1585 capacitando e eles nos auxiliarem. Bom, então vou passar agora para os informes da CIT
1586 gente. Ah não, tem que ser a Edma! **VOZES AO FUNDO: ISABELA:** Mais eu não vou
1587 saber Edma, se não eu falava, pode falar de forma bem resumida o que que você acha
1588 que é mais importante aqui. **EDMA:** Eu vou falar um dos informes da reunião do dia 02/06
1589 lá em Brasília da comissão intergestora tripartite. O primeiro ponto de pauta foi a
1590 assistência social e a política para mulheres vítimas de violência. O que que acontece, o
1591 MDS ele irá convidar a secretaria nacional da mulher para uma reunião na CIT com o
1592 intuito de informar como ela se articula com os demais políticas públicas em geral, como
1593 ela implanta os serviços, porque é o seguinte, a secretaria da mulher ela implanta serviço
1594 através de convênio, e aí como fica a continuidade desses serviços quando esse convênio
1595 acaba? Porque o serviço ele é continuado, e o papel da secretaria nacional da mulher é
1596 articular com as demais políticas públicas, então a gente que saber como que... essa
1597 demanda foi do FONCEAS dos gestores estaduais da assistência social, então a CIT vai
1598 convidar a secretaria nacional para esse debate, e aí solicitou aos Estados que reunissem
1599 também para poder ver qual que é a posição de cada Estado com essa política da mulher,
1600 para isso a Roberta já marcou a reunião com a Subsecretaria de Direitos Humanos onde
1601 funciona a política da mulher na SEDESE e com a subsecretária da CEDS para tratar de
1602 medidas sócio educativas também. O segundo ponto de pauta foi para a implantação de
1603 serviços da proteção social básica e especial referente a expansão de 2012, então foi
1604 prorrogado o prazo para mais 1 ano a contar da data do encerramento do prazo, ele ia
1605 encerrar em maio de 2014, então foi prorrogado até maio de 2015 para cumprimento da
1606 implantação dos serviços da proteção social básica e especial para os municípios e distrito
1607 federal que realizaram o aceite da expansão em 2012, então eles fizeram o aceite em
1608 2012 e eles tem que implantar esse serviço, eles tinham que implantar até maio de 2014,
1609 então prorrogaram para maio de 2015, os serviços são o PAIF que funciona dentro do
1610 CRAS, o PAEFI que é o serviço de proteção e atendimento integral as famílias e indivíduos
1611 que funciona dentro do CREAS, o serviço especializado para pessoas em situação de rua,
1612 serviço especializado em abordagem social, serviço de proteção social especial para
1613 pessoas com deficiências, idosos e suas famílias, o serviço de acolhimento institucional
1614 para adultos e famílias e o serviço de acolhimento institucional na modalidade de
1615 residência inclusiva. Também foi alterado o prazo para preenchimento do PINEAS que é
1616 o programa aprimora rede, foi apresentado um resolução alterando a anterior que é do
1617 número 19/2013 e ela estabelece critérios e procedimentos para incentivar a qualificação
1618 dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertado pelas entidades

1619 privadas por meio do programa nacional de aprimoramento da rede socioassistencial
1620 privada do SUAS, então o que que acontece, ela foi pactuada pela ação do artigo 4 dessa
1621 resolução 19 que passa vigorar com seguinte redação, parágrafo 1º R\$ 40,00 enviado até
1622 o final de agosto de 2014, antes era até o final de maio, então prorrogaram para o final de
1623 agosto, e R\$ 30,00 até o final de outubro de 2014, antes era até o final de setembro, então
1624 prorrogaram para outubro. O outro ponto de pauta é o seguinte, o ministério de
1625 desenvolvimento social e o colegiado nacional de gestores municipais de assistência
1626 social eles estão construindo um modelo de adequação da legislação municipal as
1627 normativas do SUAS no qual isso o que a gente já falou aqui. Minas Gerais já elaborou o
1628 seu modelo desde 2011 e a gente vem repassando aos municípios, então isso é para
1629 incentivar, tem muito município no Brasil que as leis municipais são antigas então o SUAS
1630 ainda não lei naquele município igual a LOAS foi alterada, a lei estadual foi alterada, então
1631 tem vários municípios que ainda não alteraram a sua lei, então a gente tem mandado para
1632 os municípios, ontem eu até mandei para colaborar com a gente também etc., isso não
1633 quer dizer o que eu falei, que a nossa lei o nosso modelo nós alteramos ele em 2011
1634 quando a LOAS foi alterada, não existia a NOB 2012 ainda, a NOB que a gente trabalhava
1635 era de 2005, isso não quer dizer que a gente não possa rever de novo, e se alguém quiser
1636 contribuir para mais alterações a gente está aberto para isso. Foi feito também um
1637 manifesto elaborado pelo gestor do distrito federal e aí ele levou esse manifesto que cujo
1638 o tema ele é contra a redução da maioria penal, ele foi pactuado na CIT que esse
1639 manifesto será assinado pelo FONSEAS que é o Fórum de Secretários Estaduais de
1640 Assistência Social, pelo CONGEMAS que é o Colegiado Nacional dos Gestores
1641 Municipais de Assistência Social e pelo Ministério de Desenvolvimento Social, depois que
1642 FONSEAS, CONGEMAS e MDS assinarem ele vai ser encaminhado para a Câmara
1643 Federal, e a secretaria executiva da CIT vai reproduzir o manifesto, mais ainda não
1644 mandaram para gente, para os Estados e municípios ok? **ISABELA:** Ok Edma, obrigada.
1645 Bom, dos informes da SEDESE era isso. Eu queria só fazer uma consideração gente
1646 apesar que passou um pouco o momento mais eu fiquei pensando depois, a gente
1647 conversou rapidamente mais cedo Consolação como agora coordenadora mais como
1648 membro da comissão de orçamento se a gente já tem um calendário da SEDESE, da
1649 SEPLAG aqui para gente trabalhar no conselho encima da proposta da LOA, se isso já
1650 está acertado essas datas, como que é, porque eu acho que é importante, se a gente não
1651 tiver a gente como conselho mandar talvez um ofício requerendo a SEDESE esses prazos,
1652 a gente fez isso no ano passado acho que foi interessante talvez a gente fazer para esse
1653 ano de novo para montar esse cronograma. **CONSOLAÇÃO:** A gente tem o prazo de
1654 acordo com o que é divulgado, a gente tem as cartilhas da própria Assembleia Legislativa,
1655 agora, não foi feito do conselho para um acompanhamento, isso especificamente não tem,
1656 e a gente pode fazer o ofício mesmo solicitando apresentação, eu acho que seria esse em
1657 relação ao calendário mas falar da apresentação da proposta orçamentária direta talvez
1658 né? **VOLNEY:** Bom, agora são os informes da CIB. A CIB teve a sua reunião na última
1659 quarta-feira e houve a pactuação com relação aos critérios de elegibilidade de parte dos
1660 recursos do cofinanciamento estadual de 2014 para os serviços socioassistenciais de
1661 proteção social e especial, no total de 12 menos totalizando R\$ 1.600.000, então esses
1662 são os informes da CIB. Agora nós teremos... **CONSOLAÇÃO:** É porque não ficou
1663 deliberado gente, a secretaria precisa de deliberação para poder operacionalizar porque
1664 a ideia foi colocada, então a gente vai mandar ofício, o teor do ofício... **VOZES AO FUNDO**
1665 **VOLNEY:** Aprovado. Alguém tem alguma restrição? Então considera-se aprovado **VOZES**
1666 **AO FUNDO LÚCIA:** Eu acredito que ainda vale né? É claro que é importantíssimo mandar
1667 o ofício mas talvez fosse interessante o conselho já pensar a data que lhe convém, porque

1668 eu acredito que um acompanhamento mais próximo do processo de elaboração é o que
1669 realmente o conselho precisa, porque se não a gente vai receber uma peça pronta talvez
1670 já enviada para a Assembleia sem menor chance de fazer uma discussão real a não ser
1671 de emenda. Acredito que seria interessante isso que todos os conselhos não só o de
1672 assistência avança-se na interlocução do processo de elaboração dos orçamentos porque
1673 quanto menos a gente tiver que trabalhar na lógica de emendas melhor, mas quando você
1674 recebe o orçamento já estruturado o que te resta é trabalhar na lógica de emendas, então
1675 seria interessante que esse conselho se posiciona-se em relação ao processo de
1676 elaboração do orçamento mesmo. **VOZES AO FUNDO LÚCIA:** Maio né? Acho que uma
1677 data já tardia seria maio. **VOLVEY:** Consolação nós já temos um cronograma de
1678 atividades para o ano? Quem sabe a gente já... **CONSOLAÇÃO:** No planejamento já
1679 estava assim, mas como teve também eu acho a troca da coordenação, teve algumas
1680 reuniões que eu acho comissão de orçamento também ela se deteve mais a questão da
1681 prestação de contas, e a gente ainda teve na mesma comissão coincidentemente foi a
1682 saída da técnica de referência, então isso tudo eu acho que dá uma... **VOZES AO FUNDO**
1683 **CONSOLAÇÃO:** mais tem no nosso planejamento ali com data se a gente for recuperar
1684 **VOLNEY:** Ok **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Agora nós vamos falar dos informes do
1685 COGEMAS **LÚCIA:** Eu vou trazer ao conhecimento do conselho a correspondência que o
1686 COGEMAS deliberou na última reunião e encaminhou a CIB e uma cópia aqui para o
1687 CEAS e para CIT, se vocês me permitem eu vou fazer uma leitura rápida, clara mais
1688 rápida, embora ela já tenha sido pauta de deliberação na CIB, já foi deliberado, isso já foi
1689 a última consideração aqui, já foi deliberada na CIB dia 13 mas eu acho que é importante
1690 que os conselheiros conheçam o teor da discussão que se deu no âmbito do COGEMAS.
1691 Aqui os cumprimentos de praxe, a assembleia do COGEMAS de 6 de junho resolveu não
1692 aceitar a proposta da SEDESE apresentada na CIB para pactuação dos recursos da
1693 proteção social e especial de alta complexidade para instituições acolhida, que o
1694 entendimento do COGEMAS é de que equipamentos regionais de acolhida devem ser
1695 implantados, gerenciados e custeados pelo governo do Estado, que municípios tenham
1696 atribuições com a proteção social básica sendo a especial de responsabilidade dos
1697 Estados conforme a política nacional e as deliberações da CIT, que o COGEMAS realizará
1698 em parceria com várias instituições 5 seminários regionais com o objetivo de debater as
1699 realidades e as demandas regionais pela proteção especial, especialmente para abrigos,
1700 retomando uma deliberação da 9ª conferência, que o diagnóstico apresentado por época
1701 das pré-conferências regionais sejam atualizados e apresentado ao COGEMAS a CEAS
1702 dentro outros, conforme possibilidades apresentadas pelos técnicos da SEDESE na
1703 audiência pública, por fim, para que a execução financeira seja efetuada uma vez que os
1704 municípios necessitam de prazos para maiores discussões sobre o tema, que os recursos
1705 do cofinanciamento estadual do ano de 2014 para os serviços socioassistenciais e
1706 proteção social especial apresentados na CIB para pactuação o COGEMAS em
1707 consonância das deliberações da reunião realizada no dia 6 de junho apresenta proposta
1708 de que os recursos de emendas parlamentares e outros destinados ao apoio de equipes
1709 de proteção social especial aos municípios no valor de R\$ 900.00.00 e ao acolhimento
1710 regional no valor de R\$ 700.00.000 dentre outros sejam remanejados para a dotação
1711 orçamentária do Piso Mineiro da Assistência Social, os referidos recursos devem ser
1712 repassados para os municípios que recebem o valor de R\$ 2.000,00 de cofinanciamento
1713 estadual, alterando o valor do Piso Mineiro de Assistência Social de R\$ 2.000,00 para R\$
1714 4.000,00 e que o aumento no repasse seja destinado a custear um técnico para constituir-
1715 se como referência na proteção social especial em âmbito municipal, objetivo das
1716 emendas e uma das prioridades da última conferência estadual, assim já se dará um

1717 passo em relação a expansão da cobertura da proteção social especial com a respectiva
1718 exigência de ser ter proteção social especial e ao menos um técnico de referência, e não
1719 só equipamentos de alta complexidade, atenciosamente Jaime Luiz Rodrigues presidente
1720 do COGEMAS. Eu não participei da CIB, eu não pude vim, mas que participou já
1721 acompanhou a deliberação, se quiser complementar por favor. **ISABELA:** Bom, só para
1722 aproveitar queria resgatar um pouco o histórico, gente eu não participei das outras
1723 plenárias eu não sei se já foi apresentado aqui, mas só para resgatar um pouco que em
1724 abril a SEDESE apresentou ao COGEMAS na reunião da CIB uma minuta para pôr num
1725 critério de partilha para os recursos da proteção social especial, nesse dia foi lida a minuta,
1726 foi discutida, e o COGEMAS se posicionou no sentido de não fazer a pactuação naquele
1727 momento por entender que ainda exigia maiores discussões, o presidente do COGEMAS
1728 não se sentiu confortável. Essa minuta foi enviada depois retornou na reunião de maio,
1729 teve uma nova reunião da CIB de discussão da minuta dos critérios de partilha e
1730 novamente o COGEMAS não se sentiu confortável para fazer a pactuação por entender
1731 que havia necessidade de se fazer maiores discussões sobre a partilha desses recursos,
1732 o órgão gestor estadual na pessoa da subsecretaria Roberta vem chamando a atenção
1733 durante essas reuniões para o fato de que a gente estava próximo ao período eleitoral e
1734 que podia trazer complicações para o órgão gestor de fazer o repasse desses recursos
1735 caso a gente não conseguisse chegar em um acordo até o período agora do final de junho
1736 por conta do período eleitoral mesmo. Foram feitas várias discussões no dia 5 de junho aí
1737 já entrando um pouco no meu informe, foi realizado uma audiência pública que foi
1738 coordenada pela comissão de participação popular pelo Deputado André Quintão que é o
1739 presidente da comissão com a participação do presidente do COGEMAS, a participação
1740 da SEDESE que eu fui representando e a participação do conselho que o Volney foi
1741 representando, essa audiência foi muito rica, a gente discutiu a proteção social especial
1742 de um modo geral no Estado mas focando na discussão da regionalização que é o tema
1743 que está em maior discussão, que está na pauta mesmo, na nossa agenda. Foram feitas
1744 algumas colocações por gestores municipais, por membros da sociedade civil em relação
1745 ao desenho de regionalização, e em relação a minuta que estava sendo discutida foram
1746 remetidos para reunião da CIB que aconteceu nessa quarta-feira, nesse meio tempo entre
1747 a audiência pública e a reunião da CIB o COGEMAS enviou esse ofício que a gente tomou
1748 conhecimento na SEDESE no dia anterior mas assim, a gente levou então alguns
1749 contrapontos, alguns pontos que necessitavam de maiores esclarecimentos dentro do
1750 ofício encaminhado pelo COGEMAS para gente debater na reunião da CIB, então a gente
1751 foi pegando ponto por ponto para conversar, a gente teve a participação na reunião de
1752 quarta-feira da Dra. Andréa Careli do CAO da infância e juventude que trouxe uma
1753 contribuição enorme na discussão, ajudou a balizar alguns pontos, tentar esclarecer
1754 algumas questões que na minuta poderia parecer que não estavam claras, mais em
1755 relação ao ofício, só para dar notícia para vocês, o primeiro ponto que o COGEMAS coloca
1756 que não concorda com a pactuação, não queria pactuar aqueles critérios de partilha, o
1757 órgão gestor acata claro, o COGEMAS tem o direito de se posicionar, o segundo ponto
1758 que coloca em relação a questão do órgão gestor estadual fazer gestão e o
1759 cofinanciamento dos serviços da proteção regionalizados isso a gente só quis reforçar e
1760 esclarecer mais uma vez que quando a gente está falando de critério de partilha é já de
1761 recurso estadual, então com certeza a gente já estava propondo o cofinanciamento desse
1762 serviço assim como o seu gerenciamento, na própria minuta que foi apresentada já fazia
1763 alusão as normativas e dentro da resolução trazia a divisão de responsabilidades em que
1764 o governo estadual se colocava como responsável pelo gerenciamento desse serviço. Um
1765 outro ponto que a gente trouxe para discutir que aí já foi até esclarecido pelo COGEMAS

1766 na reunião mas é porque eles citam ali que os municípios tem a responsabilidade na
1767 execução da proteção social básica sendo a especial de responsabilidade do Estado. Pelo
1768 o que está escrito a gente subentende que estaria dizendo que só o Estado é o
1769 responsável pela especial e não é isso, a gente trouxe um pouco pela NOB, pela política
1770 nacional o Estado também tem responsabilidade na execução da proteção social especial
1771 principalmente dos municípios de pequeno porte 1 e 2 que não tem capacidade de gestão
1772 ou demanda para implantação daquele serviço, então também foi esclarecido esse ponto,
1773 o COGEMAS explicou que o que eles quiseram dizer é que se tratava de serviços
1774 regionalizados e não da proteção social especial de uma forma geral, então só para
1775 esclarecer esse ponto também, tratar dos pontos 3 e 4 sem nenhuma objeção, atualização
1776 do diagnóstico já está sendo feita, em relação a realização dos seminários regionais eu
1777 até citei aqui mais cedo quando estava apresentado o termo de aceite a SEDESE apoia a
1778 iniciativa, é uma deliberação da conferência sim então com certeza é a intenção de
1779 organizar, e o COGEMAS ficou de preparar um calendário e a proposta para ser enviada
1780 para CIB e para SEDESE para gente articular junto a realização desse seminário que
1781 serão regionalizado, nesses seminários vai se discutir os desenhos da regionalização que
1782 Minas Gerais quer. Em relação ao ponto 5 a gente trouxe algumas discussões quando
1783 fala ali de realizar execução financeira por meio das emendas parlamentares no ofício o
1784 COGEMAS citou duas emendas, uma no valor de R\$ 900.000,00 e uma no valor de R\$
1785 700.000,00 que totaliza R\$ 1600.000,00 essas são duas das emendas, na verdade tem
1786 mais uma ainda que não foi citado ali que foi feito pela comissão de participação popular
1787 que são atinências para proteção social especial pedindo que esse recurso fosse
1788 destinado para aumentar o valor do Piso Mineiro de Assistência Social para os municípios
1789 que recebem só R\$ 2.000,00 que é o valor mínimo do Piso passando para R\$ 4.000,00.
1790 O que que a gente trouxe? Que se a gente fosse fazer esse aumento o valor dessa
1791 emenda não seria suficiente, a gente não tem orçamento suficiente, porque hoje no Estado
1792 são 346 municípios que recebem R\$ 2.000,00. A base de cálculo só lembrando é pelo
1793 CAD ÚNICO, pelo número de famílias escritas no CAD ÚNICO, então quem dá menos de
1794 R\$ 2.000,00 vezes o valor de R\$ 2,20 por família, pela resolução do Piso Mineiro sobe
1795 para o valor mínimo de R\$ 2.000,00. Se a gente fosse transpor todo mundo para R\$
1796 4.000,00 daria R\$ 8.000.000,00 ano, o que ultrapassa e muito o valor e disponibilidade
1797 existente tanto na emenda quanto no orçamento da política de assistência social hoje, foi
1798 feita uma discussão toda que nesse formato não seria viável e também que feriria o
1799 conceito do Piso Mineiro, porque o Piso Mineiro ele é universal e ele segue uma mesma
1800 base de cálculo para todos os 853 municípios, ele tem uma regulação, tudo certinho que
1801 o institui dessa maneira, se a gente alterasse o cálculo para alguns ia ficar um pouco
1802 complicado, e ai chegou-se em uma proposta de que a minuta foi revisada, na verdade foi
1803 retirada da minuta a parte que trazia do cofinanciamento para especial em duas
1804 possibilidades a minuta apresentada na CIB, uma que era para serviços regionalizados
1805 de média complexidade e outra possibilidade que era repassar recursos para os
1806 municípios na proteção social especial e o município definiria se ele utilizaria na média ou
1807 na alta complexidade de acordo com a necessidade dele e com aprovação do conselho,
1808 seu plano municipal, etc., então foi excluído da minuta tudo que tratava a regionalização,
1809 entendendo que regionalização vai ser discutida nesses seminários, vai fazer parte nesse
1810 desenho mais amplo e só para deixar bem claro gente é que foi muito discutido o Estado
1811 já está querendo regionalizar o serviço de acolhimento para criança e adolescente, não
1812 era isso, a minuta trazia média complexidade, entendendo que alta precisa ser mais
1813 debatida e ela vem sendo debatida inclusive no grupo de trabalho que a conselheira
1814 Shirley tem participado que tem sido feito com o CEDCA para discutir acolhimento

1815 institucional de criança e adolescente, então de modo algum foi feito um passo passando
1816 por cima disso, a proposta ali tratava de média complexidade mas entendeu-se na reunião
1817 que nem a média estamos prontos, vai precisar ter uma discussão maior. Então foi
1818 excluído isso do critério de partilha e ele foi pactuado propondo repasse dos recursos para
1819 proteção social especial para municípios que recebem R\$ 2.000,00 do Piso Mineiro de
1820 Assistência Social, isso virou a referência, então esses 346 municípios seriam elegíveis
1821 para receber o recurso escolhendo se eles vão querer aplicar na média ou na alta
1822 complexidade. Como o universo de 346 ele é muito grande definiu-se um outro critério que
1823 vai ser pelo índice de vulnerabilidade social para ranquear os municípios que esses
1824 recursos vai ser suficiente, então vai pegar a lista de 346, ver quais são os mais
1825 vulneráveis e desses ver para quanto que é possível repassar o recurso de R\$ 4.000,00
1826 no caso atendendo o que tinha sido discutido e proposto pelo COGEMAS, esse foi
1827 pactuado na quarta-feira na CIB. O repasse nós vamos ter que trabalhar nele, primeiro a
1828 gente tem que atualizar esse estudo do índice de vulnerabilidade que já está terminando,
1829 fazer o ranquear e ver agora quais vão ser os procedimentos que a gente vai ter que fazer
1830 para conseguir executar isso tendo em vista o período eleitoral, então vamos fazer todos
1831 os esforços necessários para tentar possibilitar isso, a nossa presidente Roberta acabou
1832 e chegar, se quiser fazer alguma complementação Roberta, por favor. **VOLNEY:** Bom
1833 gente então a partir desse momento eu deixo da condição da presidência desse conselho
1834 passo para a Roberta, e só para te situar Roberta nós já avançamos em toda a pauta
1835 estando pendente os informes o GT para discussão conjunta das resoluções 56 do
1836 CEDCA e a 466, o informe do 2º congresso regional de assistência social de Uberaba o
1837 qual você participou e caso você queira fazer algum complemento da audiência pública e
1838 das explicações da Isabela, depois tem um outro ponto da correspondência da Anália e
1839 depois tem o GT, e tem mais depois um informe ao final que a Denise vai fazer ok? **VOZES**
1840 **AO FUNDO VOLNEY:** É porque faltaram 2 informes tá? Então eu passo para que você
1841 conduza. **ROBERTA:** Boa tarde a todos. Primeiro eu queria pedir desculpa porque
1842 infelizmente hoje nós estávamos em um evento muito importante para gente na SEDESE
1843 que nós resolvemos fazer o dia do desenvolvimento social, a gente até não mandou o
1844 convite para cá sabendo que estava em plenária e não tinha como o conselho participar.
1845 Foi um dia onde nós assinamos vários convênios na área do trabalho, na área dos direitos
1846 humanos, do travessia também, com a assistência a gente lançou o fórum metropolitano
1847 de discussão da criança e do adolescente que foi um desdobramento junto com os direitos
1848 humanos do grupo do comitê da copa, então a gente está participando quanto assistência
1849 social, e hoje nós tivemos um evento muito grande com o governador que inviabilizou a
1850 minha estadia pela manhã e só consegui chegar agora. Eu só queria complementar
1851 partindo do ponto que a Isabela colocou, é porque ela trouxe também informações
1852 pertinentes ao desdobramento que te na CIB essa semana, e só para tranquilizar os
1853 senhores que na próxima plenária os senhores vão ter posse dessa resolução da CIB até
1854 para que esse conselho delibere em cima dessas questões do critério de partilha que
1855 compete ao conselho deliberação, a CIB faz a pactuação e é aqui que a gente vai
1856 deliberar, portanto nós vamos fomentar toda a discussão novamente, e eu quero já pedir
1857 a Isabela que a partir de semana que vem já prepare para gente soltar a publicação, e
1858 logo mandar com antecedência para os conselheiros para que na comissão de políticas,
1859 comissão de normas e as outras comissões que quiserem debater possa fazer essa
1860 junção, então eu tenho a impressão que na próxima plenária nós vamos ter 2 pontos
1861 importantes a serem deliberados, um nessa perspectiva dessa resolução do critério de
1862 partilha e o outro na questão do orçamento que eu pedi a Isabela para lembrar os senhores
1863 que nós estamos passando da hora de iniciar a discussão da peça do orçamento, depois

1864 nós vamos discutir o leite derramado nos debates de dizer o orçamento é pouco, dizer que
1865 o orçamento é insuficiente, e aí nós perdemos todo o “time” da discussão para gente nessa
1866 plenária formular a peça de orçamento, até para encaminhar para a Assembleia,
1867 acoplando orçamento do Estado. Então para a plenária Isabela a gente já providência o
1868 início dessas discussões, e essa do critério de partilha eu solicito inclusive os conselheiros
1869 que tomem pé e leiam essa resolução, reserve um bom tempo da comissão para gente
1870 debater, porque enquanto mais a gente estiver aqui para deliberar mais dificulta o
1871 processo para eu passar, tendo em vista a questão do processo eleitoral, eu tenho um
1872 “time” que me dificulta essa relação com os municípios em função da questão eleitoral,
1873 então eu peço encarecidamente que os conselheiros se atenham a essas
1874 correspondências que nós vamos mandar nesse período para vocês, para gente ter
1875 condições de deliberar. Em relação ao segundo congresso que teve na região de Uberaba
1876 e isso tem sido recorrente os municípios, aí é muito importante que os conselhos
1877 municipais Volney e aqui a comissão de apoio aos conselhos fiquem atentos porque os
1878 gestores estão se organizando de forma regional, então só esse ano eu já fui em 3 debates
1879 regionais para discussão e organização da região no aspecto da gestão, assim como a
1880 gente vem fomentando ao longo da implantação do SUAS à organização do controle social
1881 através das URCMAS os gestores municipais também estão se sentindo a necessidade
1882 muito grande de se organizarem de forma regional para debater os seus problemas, nós
1883 tivemos em Montes Claros, tem uma prevista uma agora em Guaxupé, tivemos em
1884 Uberaba e cada lugar eles estão chamando de alguma coisa, alguns chamam de
1885 congresso, outros chamam de fórum, outros chamam de primeira oficina regional, o fato
1886 é que, os gestores municipais estão se organizando de forma regional e aí é muito
1887 importante os representantes do COGEMAS se atenham as essas organizações até para
1888 os debates da questão da regionalização porque já existem alguma coisa organizada
1889 então tem que ser reconhecido para não fica fazendo discussão paralela, eu acho que a
1890 URCMA também vai ter que se ater a essas discussões que os gestores estão fazendo
1891 quando muito participar porque esses fóruns são todos abertos, eles não são só de gestor,
1892 a iniciativa tem sido do gestores e em Uberaba foi um congresso, eles estão em algumas
1893 regiões puxando parceria da universidade o que no nosso ver é muito importante eles não
1894 deixam o Estado, sempre eles estão chamando Estado e meses daquela que o Estado
1895 tem que está mesmo para responder em relação ao SUAS, em várias regiões estão
1896 chamando as universidades para poder engrossar essa discussão do ponto de vista
1897 conceitual teórico, e vários desses encontros dessas regiões mais importante eles não
1898 estão deixando a promotória, a promotória tem participado também dessa discussão,
1899 todas as 3 discussões, uma que vai acontecer agora e as duas que nós participamos a
1900 discussão mais veemente que está posta é da proteção social especial, especificamente
1901 de regionalização e mais específico no seguimento da criança e do adolescente, e aí é
1902 muito importante que esse conselho de uma certa forma também participe ou tenha as
1903 informações, porque no âmbito da discussão a gente está percebendo que está tendo
1904 uma certa convergência no entendimento de que nós temos que ter muita cautela na
1905 questão da regionalização com criança e adolescente, sob pena da gente abrir serviços
1906 que daqui a 5, 6 anos nós estamos discutindo a desinstitucionalização, isso é um
1907 consenso na promotória, é claro que alguns promotores tem demandado o acolhimento
1908 mas de um modo geral inclusive com o CAO a doutora Carelli tem estado conosco nessa
1909 discussão, lá em Uberaba eu peguei um promotor fantástico, não me pergunta o nome,
1910 as a gente já pôs ele na rede, doutor André e aí nós estamos identificando **VOZES AO**
1911 **FUNDO ROBERTA:** Não eu peço as meninas para anotarem, eu é que não anoto, mas a
1912 gente está identificando esses nomes exatamente para compor essa rede e esse coro

1913 conosco porquê da mesma forma que é um desafio no âmbito da promotoria tem essa
1914 convergência porque os promotores são autônomos do ponto de vista regional a gente
1915 precisa também fazer essa pauta de discussão, e eu vou ser muito sincera aqui tá gente,
1916 num olhar diferenciado que até então a gente vinha fazendo no SUAS, por exemplo, do
1917 ponto de vista do governo federal essa discussão não está posta, eu tentei por duas
1918 oportunidades abrir essa discussão dizendo assim nós precisamos discutir regionalização,
1919 acolhimento institucional para criança e adolescente em outro viés, não só no viés da
1920 expansão, nós precisamos fazer o de volta para casa, ele não está posto no mesmo nível
1921 de discussão, então existe toda uma pressão, todo um trabalho a ser feito de expansão
1922 do serviço de regionalização, ele é necessário, ninguém está negando, agora a discussão
1923 no patamar do de volta para casa, ter ações e estratégias que mantém a criança no seu
1924 território, no seu município com ações que fortalece o município ela não está sendo posta
1925 com clareza. Nós no Estado estamos discutindo isso com muita clareza inclusive no
1926 aspecto do financiamento tá gente? Porque nós estamos entendendo claramente que é
1927 preciso se não for dobrar, quadruplicar o orçamento na área de proteção especial para que
1928 os municípios deem conta da solução desse problema de violação, de ameaça ou de risco
1929 dessa criança e adolescente sem que ele seja retirado do seu território, porque do jeito
1930 que a coisa está andando nós estamos rompendo vínculos, os poucos que existem com
1931 muita facilidade, nós estamos fazendo exatamente o que o SUS fez, a ambulância terapia,
1932 é passa para frente e pronto, isso não por uma questão de sermos perversos por exemplo
1933 do ponto de vista dos municípios, de serem maldosos, de serem incompetentes, não isso
1934 não, porque o gestor municipal está com a faca na mão mesmo, o juiz manda, fala se vira,
1935 não quero nem saber, lelé precisa proteger e a única quando ele não tem ou ele passa do
1936 princípio que a primeira alternativa é a regionalização, que é isso que vem cantado o
1937 tempo inteiro na implantação do SUAS. **ROBERTA:** Do Estado, ai é que não vamos
1938 implantar nunca, graças a Deus! Entendeu? Então assim, a gente precisa compreender
1939 isso ver que coro a gente está fazendo encima disso e lá em Uberaba eu estou dando
1940 veemência nisso porque o debate foi muito rico com o promotor e nós estamos pegando
1941 e identificando esses promotores regionais trazendo para discussão juntamente com a Dr.
1942 Andréa Careli, ela vem puxando esses parceiros, para gente também fazer um trabalho
1943 muito forte que o sistema de garantia de direito no viés da promotoria, os conselhos
1944 tutelares eu não vou nem falar, porque assim, é caixa de marimbondo total não é isso?
1945 Agora, nós precisamos e é isso que eu tenho pautado para Juanita, a Subsecretária de
1946 Direitos Humanos que aqui esteve nessa casa, que nós SUBAS e SUBDH temos que
1947 estar muito juntos nesse trabalho do conselho tutelar nos Estados, sob pena da gente não
1948 conseguir avançar muito até porque essa corrente do conselho tutelar no sentido do
1949 acolhimento ela está mais forte do que qualquer outra coisa, então de fato assim, quando
1950 o COGEMAS, engrossando essa resposta de Uberaba, e o COGEMAS aponta para essa
1951 discussão dos 5 seminários que foram tirados na reunião da CIB para nós é muito bom,
1952 porque é uma chance de fato da gente colocar essas questões, agora, nós precisamos é
1953 garantir que as discussões sejam de fato no âmbito do que nós estamos querendo que
1954 uma delas é que desenho de regionalização nós queremos? Qual é o custo do serviço? E
1955 aí esse custo de serviço nós temos que levar para discussão no nacional por que é muito
1956 confortável quando se discute aqui no Estado porque lá no nacional ninguém está
1957 discutindo, por exemplo, o documento que a Anália mandou para o Estado ela também
1958 mandou para o nacional e essa semana na CIB eu fui muito cobrada, eu falei mas vamos
1959 discutir isso no nacional também, na CIT, porque essa discussão quanto custo ela tem
1960 que vim nas 3 esferas de governo e principalmente no federal que é o que mais arrecada,
1961 então isso ai nós vamos ter que botar na mesa e eu espero que esse debate nos regionais

1962 seja rico nesse olhar, porque se a gente for discutir no outro viés da periferia nós vamos
1963 gastar tempo, dinheiro para fazer esses encontros regionais e nós não vamos ter nenhum
1964 feedback de escuta real nos municípios mineiro para dizer qual é o desenho de
1965 regionalização que os municípios estão querendo? Para não dizer que a gente está
1966 fazendo o desenho, é só o Estado passando por aqui e depois ter que implantar, até
1967 porque essa primeira tentativa nós fizemos e nós fomos brecados quando a gente instalou
1968 a central de vagas, essas questões, quando teve aquela resolução a gente discutiu aqui,
1969 mas enfim, partimos de algum lugar. Então só para dizer que o congresso regional lá foi
1970 muito bom teve uma fala de uma professora de Brasília muito aclamada pelos
1971 universitários porque lá estava cheio de estudante, agora para quem compreendeu um
1972 pouquinho da fala dela ela simplesmente rasgou o SUAS entendeu? Mas o povo gostou,
1973 aplaudiu aí eu falei não sei se eles estão aplaudindo porque não entenderam ou se é
1974 porque eles tem ela como doutora. **VOZES AO FUNDO ROBERTA:** Eu tenho esse
1975 problema de nome, mas eu vou trazer o nome para vocês. **VOZES AO FUNDO**
1976 **ROBERTA:** É da UNB, eu tenho medo de falar o nome errado e está gravando, mas enfim,
1977 é só para gente entender, isso também me preocupa porque eu fiquei pensando no ponto
1978 de vista da universidade e lá estava cheio de estudante de 5º período aí eu falei minha
1979 nossa senhora vão ser os nossos futuros profissionais, e aí também a gente fica com uns
1980 pontos de interrogações para gente saber e até ter um pouco de cuidado mesmo nessa
1981 discussão da implantação do SUAS em que momento a gente também traz a universidade,
1982 com que olhar a gente vai trazer a universidade porque se não em vez de ajudar ele
1983 derruba porque ela fez uma discussão dentro do sistema capitalista e dizendo que a partir
1984 desse princípio como se diz Max qualquer política ela é compensatória e que não tem
1985 inclusão, eu estou falando em resumo de forma muito grosseira, mas o povo aplaudiu né,
1986 enfim. Bom é isso, agora, segundo informe que é o do GT que aí Shirley depois eu queria
1987 conversar com você por que eu encontrei pela manhã o Ananias e a presidente... **VOZES**
1988 **AO FUNDO LÚCIA:** Essa colocação que você traz dessa discussão da regionalização
1989 você falou que falar do conselho tutelar é caixa de marimbondo mas não tem outro jeito
1990 não, eu fui para Poços de Caldas no ano passado e sou militante da área da criança já
1991 tem muito tempo então por mais que eu tenha me envolvido na construção do SUAS a
1992 criança não sai da pauta, e quando eu cheguei na minha cidade eu me assustei muito
1993 porque eu encontrei 70 vagas de institucionalização, e tudo lotado, unidade que era para
1994 20 com 27 eu falei está tudo errado, aí na primeira reunião com a rede eu falei até no final
1995 do meu mandato eu quero vaga ociosa, não que eu queira porque eu queria porque o
1996 dinheiro vai continuar a sendo repassado pela instituição, a gente trabalha com o custo do
1997 serviço não trabalha com percapta então não tem menor problema de financiamento, e
1998 olha eu fiquei muito surpresa que com o trabalho mais aí é pessoal, quer dizer, a gente
1999 tem que se envolver, não dá para ficar mandando fazer e não assentar para conversar
2000 com o conselho tutelar, com o ministério público e com o judiciário. Em uma afirmativa
2001 muito simples que eu acho que também dever ficar aqui nas nossas consciências e na
2002 nossa preocupação porque a minha vida profissional começou na FEBEM em 77 então a
2003 gente conhece um pouquinho da história do que acontece, e a frase gente é o seguinte
2004 sujeira limpa isso eu conversando com os conselheiros tutelares, casa suja a gente limpa,
2005 casa desorganizada se organiza, mãe que não sabe se cuida da mãe, tudo isso é possível
2006 refazer, abandono não tem sabão que tire, não tem borracha que apague. Então quando
2007 você toma uma decisão de institucionalizar uma criança e aí foi ótimo por que tem sempre
2008 os anjos da guarda, uma menina de 3 anos foi institucionalizada sexta-feira 17 da tarde,
2009 era o tipo de abrigo que toda sexta-feira acontecia, já tem uns 6 meses que não
2010 acontece mas era religioso, 15 da tarde 16 da tarde a gente já ficava esperando, essa

2011 menina foi institucionalizada na segunda-feira o advogado estava indo com ela no
2012 conselho tutelar para ir no judiciário para desinstitucionalizá-la e levou-a junto e ela falou
2013 para moça assim nossa eu vou chegar em casa e minha mãe vai me bater aí a moça disse
2014 não, ela não vai ter bater, porque que ela vai te bater? Vai, ela não sabe para onde eu fui,
2015 eu dormir 2 vezes naquela casa e ela não sabe onde eu estou, ela vai ficar brava comigo.
2016 A criança elaborou o abandono, enfim, o que tiver passado na cabeça dela mais era claro
2017 a minha mãe não tem culpa disso, como é que ela vai se resguardar de um sentimento de
2018 abandono né? Dizendo a minha mãe nem sabe onde eu estou e eu ainda vou apanhar
2019 por causa disso, aquela moça me levou e minha mãe não tem culpa disso. Então a gente
2020 trabalhou muito o que significa o acolhimento para a criança, eu pergunto para os
2021 conselheiros tutelares, problema de quem que você está resolvendo? E eles não
2022 conseguem na maioria das vezes responder que é outra criança então os acolhimentos
2023 acabaram assim, a não ser aqueles realmente de abuso, violência, de situações
2024 dramáticas, mais esses outros acabaram completamente, hoje eu tenho 17 vagas ociosas
2025 no sistema, eu ainda preciso conseguir mais 13 porque o que foi calculado para a
2026 população são só 40, então essa análise que a CIT fez população de criança do número
2027 provável de ofertas de vagas que a gente deve ter é importantíssima até para conscientizar
2028 os conselheiros. O meu conselho tutelar lá não é diferente dos outros mas eu acho que
2029 tem que ser esse empenho mesmo de assentar e o ministério público e o judiciário
2030 entenderem o que a gente está fazendo e claro que a básica e a especial e aí eu acho
2031 que ter pelo menos esse profissional de referência da especial é fundamental, porque é
2032 ele que articula essa conversa, é ele que articula todo mundo entendeu? É ele que acolhe
2033 o caso, o conselheiro tutelar não sabe o que faz ele tem que ter para quem perguntar,
2034 sentar com ele e discutir o caso e via de regra não vai para o acolhimento tá? **ROBERTA:**
2035 De fato você toda a razão e quando eu disse assim caixinha de marimbondo não é no
2036 sentido de não mexer, absolutamente, até porque o SUAS ele não tem coisa posta para
2037 gente que não é essas questões complexa, mas é na dimensão que é, porque é o que
2038 você colocou, aonde você não tem essa clareza da gestão o que que está acontecendo?
2039 O sistema de garantia de direito ele manda proteger, ele tem que proteger, nós do SUAS
2040 escrevemos que a proteção está conosco só que gente não está dando conta seja ela na
2041 básica ou seja ela na especial, e aí nesse aspecto fica uma "bateção" de cabeça, o usuário
2042 fica para lá para cá nos 2 sistemas e a gente não consegue de fato resolver o problema
2043 do usuário, lá na Subsecretaria de Assistência Social eu venho batendo essa tecla
2044 inclusive com os meus profissionais para dizer assim na medida que eles me apontem a
2045 primeira alternativa com demanda judicial, de tirar o menino do território aí eu começo a
2046 apertar e falo não vai tirar e nós estamos também sentando e conversando com promotor,
2047 porque tem promotor que manda tirar e nós estamos imputando essa conversa, é isso que
2048 você falou, tem que sentar os atores e achar uma solução, e obviamente que os atores
2049 que eu estou falando o Estado tem que estar no meio porque o município não pode estar
2050 sozinho essa questão isso é uma competência do Estado, e aí só para colocar o seguinte,
2051 foi formado o GT, para os conselheiros que não sabem, o GT que tem os 2 conselhos da
2052 criança e o CEAS, pela primeira vez nós conseguimos fazer um GT para discutir esse
2053 assunto que é de extrema importância mais ele não está conseguindo ir para frente por
2054 uma série de motivos, a última não teve a reunião porque não teve a representação do
2055 CEAS né Shirley? E aí a gente vai tentar ajustar, ver o que a gente pode fazer e até se for
2056 o caso colocar mais conselheiro nessa discussão porque essa discussão ela é de suma
2057 importância para o SUAS, na medida que nós temos 2 conselhos debruçados nisso para
2058 discutir essa questão e não está conseguindo porque o CEAS não está comparecendo aí
2059 complica a situação para nós, então assim, a gente vai acertar uma forma de melhorar e

2060 fortalecer essa participação do CEAS, conversamos ontem na mesa diretora a obrigação
2061 da secretaria executiva estar mais próximo do conselheiro quando é essas representações
2062 mais complexas e principalmente sendo aqui na casa inclusive para te acompanhar
2063 Shirley que aí te ajuda também na perspectiva da informação, dos desdobramentos depois
2064 que tem que ser feito em relação a isso para gente poder garantir uma boa participação
2065 nossa lá nesse GT, porque o ministério público também está cobrando resposta desse GT
2066 e agora o de julho não vai passar, a próxima reunião já é com o produto que vai ser levado
2067 para as 2 plenárias, tanto da criança e adolescente como a nossa aqui, então nós estamos
2068 aguardando um produto também desse grupo de trabalho para ser discutido e deliberado
2069 aqui ok? **VOZES AO FUNDO DENISE:** Na verdade eu quero socializar com vocês como
2070 representante do seguimento de trabalhadores do SUAS uma situação que tem não é se
2071 tornado comum não, mas tem aparecido em uma proporção maior do que a gente pensou
2072 que pudesse aparecer. A gente recebeu nas 2 últimas semanas 2 editais de licitação na
2073 modalidade de pregão para contratação de assistente social e psicólogo para o CRAS das
2074 cidades de Joaquim Felício e de Antônio Carlos, estabelecendo carga horária, vaga
2075 modalidade é de menor preço e como chegou a denúncia ao CRESS dentro das
2076 competências do conselho de categoria não tem como alcançar nenhum tipo de
2077 intervenção, a decisão do CRESS foi de encaminhar os editais para o ministério público
2078 das cidades para apurar, entendendo que a lei 866 quando traz a licitação como
2079 contratação de serviços e produtos, você imagina o que é contratar profissional com essa
2080 regularidade e pelo sistema de pregão que a lógica é do menor preço, e também de
2081 encaminhar cópia dos editais para conhecimento do MDS e da SEDESE mais prefeito
2082 para ver que tipo de intervenção que esses órgãos gestores poderiam fazer, e do ponto
2083 de vista da minha representação eu quis deixar aqui hoje esse registro no CEAS, não
2084 tenho clareza se caberia ao CEAS algum tipo de intervenção junto aos conselhos
2085 municipais, ou de alerta... Isso é extremamente grave para o sistema, enquanto a gente
2086 está pautando o concurso público, já passou e como diz da espera do processo seletivo
2087 que minimamente seria mais respeitoso para entrada dos trabalhadores no sistema, mas
2088 pregão pelo menor preço já é demais. Segundo uma colega que ligou ela soube de oferta
2089 porque veio em envelope lacrado de até R\$ 700,00 mensal oferecido para o profissional
2090 com vistas a segurar possibilidade de trabalho, a gente fica engasgado com uma situação
2091 dessa. **VOZES AO FUNDO DENISE:** Licitação com entrega de envelope lacrado.
2092 **ROBERTA:** Agora eu só quero registrar Denise que essa vez chegou denúncia, mas
2093 assim, desde que nós estamos implantamos o SUAS isso é uma prática, isso não é uma
2094 novidade não. Eu vou ser sincera, não vou falar o nome do município que não é a questão
2095 porque inclusive eu já conversei com o prefeito e ele voltou atrás e foi bom porque eu
2096 peguei a conversa com ele no bote assim por que... **VOZES AO FUNDO ROBERTA:** Não,
2097 pelo contrário, eu acho que foi até de ignorância total porque ele dizia assim nossa Roberta
2098 a minha assistente social é muito ruim, eu falei é prefeito? Ele falou nossa pelo amor de
2099 Deus, eu não entendo muito dessa área não mas ela faz muita burrada Roberta, eu falei
2100 uai prefeito mas como é que ela veio para cá? Foi indicada? Não menina, ela passou no
2101 pregão! Eu falei uai prefeito... mas aí eu peguei e falei gente eu não vou nem partir do
2102 princípio de uma denúncia, aí eu falei prefeito vamos lá, vamos começar uma conversa,
2103 eu tive quase falando para ele vamos ali no boteco, pede uma cervejinha que nós vamos
2104 começar o diálogo é agora porque era uma boa conversa, como estávamos no gabinete
2105 falei prefeito eu estou com muito tempo, você também está? Ele falou, por que? Eu falei
2106 porque nós vamos começar uma conversinha aqui agora, aí fiz uma conversa com ele
2107 bem no pé do ouvido, bem legalzinha, falei vamos fazer o seguinte bota ela como técnica,
2108 não deixa ela como recepcionista porque é o que ela gosta de fazer, deixa ela lá como

2109 recepcionista até para você não ter problema jurídico desse pregão seu, mas não põe ela
2110 para atender as pessoas, bota ela para fazer atendimento, alguma coisa ali, para ganhar
2111 R\$ 700,00 porque era isso também, e falei agora você vai ter que abrir um edital
2112 simplificado para que a gente possa trazer uns profissionais. A última notícia eu tive é que
2113 ele conseguiu levar 2 pessoas para lá, e ela de fato está sentadinha lá atendendo telefone
2114 como recepcionista e feliz da vida tá gente? Ela está bem, não está deprimida não,
2115 ganhando R\$ 700,00 mas atendendo telefone normal como uma recepcionista, aí ela não
2116 é mais assistente social, ela se identifica como a recepcionista da secretaria, pronto, aí
2117 resolveu o problema, entendeu? Então isso é uma prática, não é só em Minas, isso é uma
2118 prática no Brasil todo, agora, eu não tenho dúvida que isso é matéria desse conselho e o
2119 meu encaminhamento é que gente faça uma nota de repúdio para esses municípios
2120 dizendo que foi deliberado na plenária como nota de repúdio do conselho compreendendo
2121 das implicações que é contratar um profissional pelo menor preço e que fazendo uma
2122 analogia que se ele contratar um médico pelo menor preço ele vai matar gente lá
2123 entendeu? Aí se a gente puder mandar uma nota de repúdio eu acho que uma forma da
2124 gente... **DENISE:** Nós estamos com os editais, você acha que é importante enviar para
2125 fundamentar? Então eu mando Consolação segunda-feira. **VINÍCIUS:** Se a gente puder
2126 orientar esses municípios de que as conferências vem deliberando ao longo dos anos que
2127 os profissionais do SUAS fossem contratados através de concurso público, então que
2128 nessa nota de repúdio reforce o caminho correto que o município faça contratação através
2129 de concurso público. **VOLNEY:** No nosso sindicato já chegaram algumas denúncias nesse
2130 sentido e conjuntamente temos feito uma nota com o nosso conselho de categoria e
2131 enviado para esse municípios. Nós desconhecemos até então esses 2 municípios sabe
2132 Denise, eu acho que seria muito importante também quando houver o pregão que a gente
2133 possa assinar essas entidades juntos porque eu acho que isso fortalece, eu posso
2134 canalizar isso no nosso conselho de categoria bem como nosso sindicato também
2135 remetendo para esse municípios ok? Aí se você puder por gentileza nos remeter também
2136 porque não chegou ao nosso conhecimento ainda. **ROBERTA:** Eu só queria dialogar um
2137 pouco ali com o conselheiro, assim, no aspecto que essas situações conselheiro
2138 dependendo da forma como que a gente escreve que é deliberação de conferência, claro
2139 que a gente trabalha com esse ideal que a gente está lutando em cima disso, agora os
2140 prefeitos eles tem tido respostas muito concretas no ponto de vista da 866 da questão de
2141 responsabilidade fiscal no que diz respeito a concurso público, então eu acho que as vezes
2142 a gente coloca também só uma opção e no ponto de vista discricional ele tem outras
2143 opções, o melhor do mundo que nós queremos é o concurso público, agora nós também
2144 não podemos fechar só nessa possibilidade porque se não a gente inviabiliza algumas
2145 ações do prefeito no que diz respeito assim, ele pode ter outras alternativas para levar
2146 profissionais para lá porque de fato eu vou ser muito sincera, as vezes ele está no limite
2147 e não vai fazer concurso público, não adianta a conferência deliberar sobre isso, eu acho
2148 que a gente pode até colocar como considerando agora a gente tem que medir um pouco
2149 os termos que a gente usa para gente poder inclusive ajuda-los em outras possibilidades
2150 porque se não as vezes a gente até inviabiliza, porque se ele fala é só via concurso público
2151 eu vou dizer o seguinte não tem como fazer concurso público, eu quero colocar isso
2152 pautado em um sentimento que eu estou tendo de muita preocupação do SUAS nesse
2153 momento porque os municípios do ponto de vista de receita eles estão muito prejudicados,
2154 e os municípios tem fechado CRAS, a gente aqui no conselho precisa ter uma estratégia
2155 de fazer a leitura do o que é o SUAS e o que está acontecendo nos municípios porque
2156 nós estamos sabendo de CRAS fechando, nós estamos fazendo umas estratégias na
2157 SEDESE, claro, não tem profissional e as vezes o profissional é um, é dois profissionais,

2158 tem CRAS que funciona 3 vezes por semana, tem CRAS e que 16 horas da tarde por
2159 exemplo nessa discussão da proteção especial isso veio tudo à tona para gente, tem
2160 CRAS que sexta-feira fecha 16 horas da tarde, quando tem CREAS 16 horas 17 horas
2161 nos municípios e se o pau quebrar final de semana na violação de direito não tem serviço
2162 público SUAS aberto não, esse povo está sendo protegido é nas igrejas lá com os
2163 pastores entendeu? E assim, nós estamos sabendo de CRAS que está dando ficha para
2164 atendimento, aí vocês imaginam como é que essa situação do pregão se enquadra ali
2165 também porque o CRAS da ficha de atendimento, você está entendendo? Aí se a pessoa
2166 está com violação e ainda pega uma ficha por exemplo... eu estou colocando isso tudo
2167 porque do ponto de vista do SUAS na hora que a gente trabalha a proteção especial a
2168 resposta que o SUAS dá ela é muito pouca ainda, nós precisamos ter um pouco de clareza
2169 de que SUAS é esse que está aí, nós estamos em um momento um pouco fragilizado do
2170 SUAS, agora assim, não inviabiliza da gente colocar o considerando da conferência, a
2171 gente tem é que medir talvez é o termo, se determina essas coisas. **VOZES AO FUNDO**
2172 **ROBERTA:** Assim como está na constituição a questão do limite da receita fiscal
2173 entendeu? **VINÍCIUS:** Roberta eu não quis determinar não, eu quis dizer assim, apontar
2174 que o concurso público é o ideal realmente de contratação mas eu concordo com você
2175 que realmente a situação está complicada e que a gente precisa pensar a ampliação de
2176 recurso para o SUAS. Eu estava comentando ontem na comissão de orçamento que em
2177 uma reunião nossa de união dos conselhos da região metropolitana em Ibirité o gestor
2178 colocou que realmente ele está abrindo um novo CRAS exclusivamente com o dinheiro
2179 do piso mineiro e que a falta de periodicidade do repasse do recurso poderia inviabilizar
2180 que o CRAS permanece aberto, então os desafios estão postos eu entendo isso mais
2181 ainda sim eu acho que é importante como a gente está fazendo uma nota de repúdio
2182 que a gente coloque esses termos que você colocou atendo encima. **ROBERTA:**
2183 Então perfeito. **LÚCIA:** Só para complementar o que o Vinícius estava dizendo que no
2184 pacto de aprimoramento que foi encaminhado aos municípios no item de aprimoramento
2185 da gestão está definido, pelo menos 60 despreciação do vínculo de trabalhador do
2186 SUAS e coloca no mínimo 60% de concursado até 2017. Eu concordo com a Roberta
2187 quando o prefeito não pode fazer ele não vai fazer, mais ele precisa saber que tem porque
2188 ele toma decisões e eu vou me lembrar de uma situação aqui em Belo Horizonte é que
2189 quando eu estava na prefeitura nós ficamos muitos bravos e o prefeito tomou a decisão
2190 de fazer concurso de 2.000 guardas municipais e não fez nenhuma vaga para assistência
2191 social, essa é uma decisão política, então a gente sabe como é que a música toca muitas
2192 vezes em relação a assistência mas a gente também não precisa dançar, a gente tem que
2193 continuar tentando tocar outra música. Então é só isso, é só para reforçar que além de
2194 tudo que está dito hoje está proposto a pacto de aprimoramento tem a ver com o
2195 cofinanciamento, então o prefeito tem que se virar um pouquinho. **ROBERTA:** Então
2196 vamos lá gente, é consenso a nota de repúdio em relação a isso? Aí você manda por favor
2197 Denise para gente poder trabalhar o texto. **HERMELIS:** O meu informe é rápido, só vou
2198 fazer feedback do que já foi proposto que quando a gente vai representando o CEAS eu
2199 fui representando na segunda reunião trimestral do conselho nacional com os conselhos
2200 estaduais e conselhos de assistência do distrito federal que ocorreu no dia 4 de junho, lá
2201 os conselhos já estavam acompanhando a finalização da questão do conselho nacional
2202 que no dia seguinte a ministra Tereza Campelo deu posse aos novos conselheiros da
2203 gestão de 2014/2016, é só assinalar que ocorreu tudo bem, notifiquei a ausência da
2204 presidente Roberta justamente por causa dos outros compromissos dela como
2205 subsecretária e ressaltando que o nosso conselho um pouco antes da minha
2206 apresentação a Simone Albuquerque colocou essa questão justamente da regionalização,

2207 aí eu aproveitei o gancho que o conselho aqui em Minas Gerais já vem pensando e
2208 conversando sobre essa questão de regionalização e mais além do que isso, falando a
2209 questão do grupo de discussão que a gente participa juntamente com o CEDCA e o
2210 ministério público pensando além disso que a Roberta sempre fala e falou hoje inclusive
2211 dessa questão da desinstitucionalização, pensar realmente a regionalização mas também
2212 a gente preocupado aqui em Minas dessa questão futura, então eu coloquei essa posição
2213 lá assinalando que nós estamos conversando isso desde então, só isso mesmo.
2214 **ROBERTA:** Ok, obrigada. Mais algum informe? Bom eu vou trazer aqui para os
2215 conselheiros algo que não é muito comum acontecer nesse conselho, mas é importante
2216 que essa plenária ajuda pensar e a definir. O fluxo normal para troca de conselheiros cada
2217 um dos senhores que representa aqui vocês passam por um processo eleitoral do ponto
2218 de vista da sociedade civil e do ponto de vista do governo existe uma indicação e é tanto
2219 no processo das entidades que são selecionados para vim para cá e que indica um
2220 conselheiro aqui como também o governo cada secretário por exemplo tem que mandar
2221 para nós um ofício dizendo que quem vai representar a secretaria, da mesma forma a
2222 entidade de vocês. Essa semana nós recebemos o pedido de substituição normal como
2223 eu estou dizendo que o fluxo é esse vindo do COGEMAS da conselheira Anália, no dia
2224 seguinte tivemos a CIB, a Anália foi comunicada pelo presidente do COGEMAS e a Anália
2225 na tarde do dia seguinte enviou uma correspondência para o conselho que eu gostaria de
2226 ler a correspondência e queria que aqui a gente delibera-se encima desse assunto.
2227 Senhora presidente, recebi informação que o presidente do COGEMAS solicitou minha
2228 substituição no CEAS, fato que não foi oficialmente confirmado, uma vez ontem estive
2229 com o Jaime na reunião da CIB e o mesmo não manifestou sobre o assunto. Eu dei
2230 informação errada falando que o Jaime que tinha falado, ela falou em visita a sede do
2231 COGEMAS a secretária executiva responsável pela digitação das atas também não tinha
2232 nenhum conhecimento sobre esse assunto, afirmo que não houve pedido da minha parte
2233 nem motivo justo que leve o colegiado pedir minha substituição do CEAS, uma vez que
2234 estou sempre presente, totalmente envolvido na construção do SUAS como no sistema
2235 democrático justo e solidário conforme dispõe a constituição federal. Segue cópia
2236 digitalizada da ata da assembleia geral do COGEMAS realizado no dia 4 do mês de abril
2237 de 2014 com a presença de 84 gestores municipais que aprovaram o nome da gestora de
2238 Poços de Caldas Lúcia Helena que agora está na condição de titular como representante
2239 do COGEMAS na vaga de suplente no CEAS. Portanto se for oficializado ao CEAS o
2240 pedido do COGEMAS em relação a minha substituição, solicito que providencie a
2241 publicação dos nomes até na próxima assembleia geral do COGEMAS, se necessário
2242 levantaremos um debate democrático sobre essa pauta. Pode pedir para escrever tá? Só
2243 um minutinho. Bom, então o que eu estou trazendo aqui? Em respeito a conselheira
2244 porque qualquer um de vocês conselheiros que manifestarem perante essa plenária, essa
2245 plenária que tem que decidir, a plenária que é soberana. A providência a ser tomada seria
2246 a publicação do titular trocando ela, o que ela está pedindo, até a próxima assembleia do
2247 COGEMAS que é em julho agora que não tome nenhuma providência para que ela discuta
2248 essa questão no COGEMAS internamente. Ela trouxe aqui uma pauta da ata do
2249 COGEMAS que ela está assinada por 6 pessoas dizendo dessa questão que ela quer de
2250 forma democrática entender porque ela sendo substituída. Ela vinha fazendo como é de
2251 conhecimento de todos esses conselheiros aqui do bom trabalho que ela fez aqui, do
2252 ponto de vista da representação e ela entendi o seguinte, nós entendemos que a entidade
2253 ela tem toda a autonomia para dizer quem ela quer, para nós isso não é discussão, a
2254 nossa discussão é o respeito e qual o encaminhamento que vamos dar a conselheira que
2255 pede a esse conselho um mês de prazo para que internamente a entidade que ela

2256 representa faça um reflexão ou dê a ela algumas respostas que de fato ela se sente no
2257 direito de dizer porque que eu estou sendo tirada? Eu não fui comunicada, ninguém me
2258 comunicou, eu estou sendo retirada, eu não sei que assembleia é essa que me retirou e
2259 porque que me retiraram, então essa é a discussão. Eu gostaria de abrir as inscrições
2260 aqui para debate para depois a gente deliberar em cima do encaminhamento. **LÚCIA:** Só
2261 complementar a informação Roberta, no dia 5 houve a audiência pública e no dia 6 houve
2262 outra reunião do COGEMAS. Essa carta que te foi encaminhada pelo COGEMAS é porque
2263 no dia 6 foi feita outra eleição, essa questão foi discutida lá no colegiado mas foi nesse
2264 mês e inclusive foi deliberado que eu passaria para titularidade e a Páscoa eu não me
2265 lembro agora de qual município ela é ficaria na suplência, então houve sim uma
2266 deliberação dentro da reunião do COGEMAS em junho, a audiência foi dia 5 a reunião do
2267 COGEMAS foi no dia 6, as outras questões eu não tenho conhecimento. **ROBERTA:** Veja
2268 bem! Eu vou só esclarecer, ela não está dizendo que não houve, tanto que ela trouxe a
2269 ata de abril, ela está dizendo que não foi oficializada, nós estamos colocando o que ela
2270 passou, o que está escrito aqui. Ela está dizendo se foi em plenária se não foi ela não foi
2271 oficializada, ela quer saber porque que ela está sendo substituída, porque eu acho que é
2272 um direito do conselheiro saber porque está sendo substituído, é essa a colocação dela.
2273 Eu falo assim, eu não fui nessa plenária como ela não pôde vim hoje porque ela está com
2274 compromisso com o governo federal lá no município dela e ela está trazendo em nome
2275 inclusive dos bons trabalhos que ela fez nesse conselho e pedindo um voto de confiança
2276 desse conselho até que ela obtenha uma série de resposta que ela quer ter da entidade
2277 que ela representa, que eu acho que é extremamente justo e democrático. Mais alguém quer
2278 comentar além da Lúcia? **VINÍCIUS:** Eu estou achando muito estranho, é realmente uma
2279 situação estranha isso, uma mudança onde a conselheira apresenta que não sabe o
2280 motivo, Lúcia também não apresenta essa justificativa. Hoje de manhã foi feita a posse...
2281 **LÚCIA:** Eu tomei posse como suplente **VINÍCIUS:** Ah, ok! Desculpa, então não vejo
2282 problema. **JOSÉ HENRIQUE:** Já houve a indicação de outra titular? **VOZES AO FUNDO**
2283 **JOSÉ HENRIQUE:** A correspondência já veio? Aí no caso nós estaríamos entrando em
2284 uma situação interna corpores por parte da própria entidade, em que pese o serviço
2285 prestado nós estaríamos sobrepondo a um ato administrativo interna corpores.
2286 **ROBERTA:** Pois é, o que eu estou trazendo veja bem, do ponto de vista da entidade
2287 COGEMAS ela tem todo o direito e legitimidade de fazer qualquer troca, estou trazendo é
2288 o pedido da conselheira para essa plenária de falar assim, pode esperar até a próxima
2289 plenária para que ela volte a sua entidade e faça uma discussão, até porque qualquer ato
2290 que se fizer daqui até lá do ponto de vista da atuação do conselheiro seja como titular
2291 como suplente principalmente no mês de julho que me parece que não altera em nada
2292 para os trabalhos do conselho. **VOZES AO FUNDO JOSÉ HENRIQUE:** Todas as
2293 deliberações por ventura existentes já foram tomadas com ela presente? **ROBERTA:** Não,
2294 eu estou dizendo o seguinte, se a gente mandar publicar o que que acontece, nós
2295 poderíamos não respeitar esse pedido que ela fez por exemplo, ela pode falar assim eu
2296 quero conversar com a minha entidade primeiro saber o porquê, porque ela nem foi
2297 comunicada, se tivesse aqui agora por exemplo e de repente eu recebo aqui falando assim
2298 você não está aqui mais e você se bobear vem para a próxima plenária sem saber se você
2299 estava ou não, ela está dizendo eu não fui comunicada, ela está se sentindo desrespeitada
2300 porque ela não foi comunicada que está sendo trocada, e ela quer saber o motivo, então
2301 para isso ela quer abrir um debate dentro do próprio COGEMAS que é o colegiado que
2302 ela é associada, ela fala eu quero abrir um debate e quero entender as coisas para saber
2303 se realmente é essa a decisão e qual foi essa plenária da qual os municípios que eu
2304 represento estavam presentes ou não para tomar essa decisão, é isso que ela está

2305 chamando a atenção, ela está dizendo o seguinte eu represento um grupo de uma região
2306 agora o grupo da diretoria pode me tirar? Mesmo estando na assembleia? Agora qual foi
2307 essa representação dessa assembleia? Ela quer entender isso e para isso ela está
2308 pedindo só um tempo para dizer deixa até mês de julho a situação como esteja e eu
2309 retorno com o comunicado, e ela está provocando o COGEMAS oficialmente também.
2310 **VOLNEY:** Bom, eu gostaria de esperar a próxima plenária para que ela se manifeste
2311 porque eu acho que todos tem o direito a uma defesa então eu acho que ela também pode
2312 se defender junto a entidade dela, então assim, o meu voto é para que nós esperemos até
2313 a próxima plenária. **VOZES AO FUNDO ROBERTA:** Eu acho que a gente podia abrir para
2314 debate antes da gente votar para compreender e debater a situação porque depois eu vou
2315 encaminhar para a votação. **ADRIANE:** Penso que por respeito ao trabalho que Anália fez
2316 até hoje aqui nesse conselho, pela presença sempre dela aqui, eu vejo que é de extrema
2317 importância dar a ela esse tempo de 30 dias para que ela possa ver junto ao COGEMAS
2318 o que aconteceu para que ela tivesse passando por essa situação agora nesse momento,
2319 vejo que em respeito a ela isso é fundamental. **RONALDO:** Considerando os passos
2320 institucionais desses colegiados e o direito à ampla defesa contraditório, eu também sou
2321 a favor de que espere e ela faça a sua defesa. **ROBERTA:** Pelo o que eu estou
2322 entendendo a gente ir para o encaminhamento. **DENISE:** Eu tenho uma dúvida, eu quero
2323 entender um pouco disso que o colega colocou, nós não estamos levando em questão a
2324 questão da Anália, acho que nesse momento todo mundo é solidário com o acontecimento
2325 pessoalmente com relação a Anália e a sua contribuição, não é isso que está em
2326 discussão, uma coisa é a relação dela com entidade que ela estava representando aqui
2327 até então, a questão do conselho, oficialmente, qualquer outra condição até a
2328 manifestação oficial na próxima assembleia é a Lúcia que responde? Do ponto de vista
2329 regimental porque nós também não podemos deixar essa lacuna, é isso que eu quero
2330 entender. **ROBERTA:** Do ponto de vista regimental é o seguinte ela não responde porque
2331 ela só pode responder como titular na ausência do titular, ela é suplente, a pessoa só se
2332 torna titular a partir do ato de publicação e nomeação do governador, fora disso é
2333 indicação. Enquanto tiver uma indicação, enquanto nós não mandarmos para o diário
2334 oficial e nomear nada acontece. **DENISE:** Eu fico confusa nesse sentido porque
2335 oficialmente a entidade que tem a cadeira está dizendo que essa pessoa não é mais, que
2336 é uma outra, essa outra oficialmente não assume em razão da nossa possível decisão por
2337 esse tempo, que não tem a ver com a nossa competência a decisão do tempo dado, a
2338 pessoa é da competência nossa mais a competência para a substituição é da entidade.
2339 Eu estou confusa e insegura com relação a situação do próprio CEAS. **JOSÉ HENRIQUE:**
2340 Quem é titular hoje? **VOZES AO FUNDO DENISE:** Oficialmente não, oficialmente é a
2341 Lúcia. **ROBERTA:** Gente espera aí! Deixa eu só clarear! Na plenária aqui hoje a Lúcia
2342 está em condição de titular, hoje na plenária para votar a Lúcia vota na condição de titular.
2343 **JOSÉ HENRIQUE:** A Lúcia é suplente? **ROBERTA:** A Lúcia é suplente. **JOSÉ**
2344 **HENRIQUE:** Ela veio representando a titular? Que por sua vez ainda não houve a
2345 publicação do ato trocando a titularidade. **ROBERTA:** Exatamente! **JOSÉ HENRIQUE:**
2346 Mais entretanto a entidade já indicou outra pessoa? **ROBERTA:** Isso! **LÚCIA:** Eu quero
2347 só deixar claro a minha delicadeza, eu não tenho nenhuma convivência com a Anália, não
2348 tem a ver comigo, não tem a ver com a minha pessoa. Eu só quero deixar claro que eu
2349 discordo dessa interpretação porque eu entendo que o gestor ele apenas é o meio de
2350 formalizar a indicação de quem é detentor da cadeira, eu não entendo como adequado
2351 que o conselho tome esse tipo de decisão porque a discussão da Anália junto ao
2352 COGEMAS ela está aberta porque ela é membra do COGEMAS, então isso não vai ser
2353 tirado dela em momento nenhum, se ela pretender realizar a discussão reencaminhar a

2354 sua postulação como conselheira também pode ser uma deliberação do COGEMAS a
2355 qualquer momento. O que me preocupa é este conselho resvalar na posição que o José
2356 Henrique já chamou atenção aqui embora o encaminhamento para a publicação seja do
2357 governador a decisão de quem representa o COGEMAS não é dele, isso não pode a ver
2358 interferência se não a relação paritária, a relação de controle social enfim, tudo aquilo que
2359 a gente defende do controle social cai por terra. Eu não estou defendendo causa própria,
2360 para mim estar aqui no conselho vai ser um acréscimo muito grande de trabalho porque
2361 meu município é longe mais assim, defendo muito o SUAS, defendo muito a política da
2362 criança por isso me dispus, mas eu não vejo nenhuma competência do conselho em
2363 deliberar e postular, eu faço questão de levar essa discussão para o âmbito do COGEMAS
2364 na próxima reunião, eu acho que a Anália tem todo o direito, ela não esteve presente nas
2365 2 ultimas reuniões do COGEMAS junho e maio, ela tem toda a liberdade e direito como
2366 espaço democrático fazer suas colocações mas isso é no COGEMAS, o conselho
2367 estadual não tem competência para interferir nisso. **ROBERTA:** Agora deixa eu só clarear
2368 aqui, quando eu disse da nomeação veja bem meu colega da fazenda, é o seguinte, do
2369 ponto de vista administrativo eu não quis dizer que o governador absolutamente não é
2370 interferência do governador, eu quis dizer que do ponto de vista administrativo o ato não
2371 está consolidado e a própria Lúcia ela foi indicada como suplente e a nomeação dela
2372 demorou, enquanto não sai a nomeação eu não posso nem pedir diária para o conselheiro,
2373 é isso que eu quero dizer ato é publicizado. Quero deixar claro aqui que não é interferência
2374 do governador essa é a minha fala, pelo amor de Deus! Eu estou clareando essa questão
2375 aqui e quero dizer outra coisa Lúcia, do ponto de vista do conselho todas as
2376 correspondências desse conselho são tratadas, ou no âmbito da mesa diretora ou no
2377 âmbito dessa plenária, por isso que eu comecei a minha conversa dizendo eu estou
2378 trazendo para cá um caso que não é comum e que essa plenária precisa ajudar pensar e
2379 definir, então assim, eu acho que a sua colocação ela é pertinente do ponto de vista do
2380 lugar que você está e o fluxo de debate nosso é esse toda correspondência que chegar
2381 para esse conselho ela precisa no âmbito da sua complexidade ser tratada aqui, quando
2382 eu fiz essa fala foi de entender o seguinte por exemplo a partir do momento que você faz
2383 indicação por um trâmite vou dar um exemplo concreto aqui, se eu recebe-se a indicação
2384 do COGEMAS no dia 15 de julho o tempo que eu tivesse para tramitar isso poderia não
2385 ser um tempo hábil a plenária, não saindo publicado a situação continua como está, eu
2386 quis dizer do ponto do fluxo administrativo e legal, é isso que eu estou dizendo entendeu?
2387 **JOSÉ HENRIQUE:** Agora a partir do momento que a gente coloca matéria a luz de uma
2388 deliberação aí existem dois momentos, o primeiro momento é a tramitação administrativa
2389 normal que por acaso atrasou e a publicação deu-se em um período posterior, o segundo
2390 momento é a gente restringir o ato administrativo de publicação e forma deliberada
2391 contrariando uma decisão de um ente que nomeou uma pessoa para representar.
2392 **ROBERTA:** Entendi. **JOSÉ HENRIQUE:** Se por eventualidade houve um atraso se
2393 tratando da publicação eu entendo, eu não estou questionando a pessoa e os trabalhos,
2394 aí é uma questão que fere o campo da ética quiçá o assédio moral que já a uma previsão
2395 inclusive legal via decreto que a servidora pode inclusive pautar e reivindicar **ROBERTA:**
2396 O decreto não atinge o municipal não né? Decreto é só estadual não é não? **VOZES AO**
2397 **FUNDO ROBERTA:** Não, eu estou falando de assédio moral, ela é municipal **VOZES AO**
2398 **FUNDO JOSÉ HENRIQUE:** Por analogia ela poderia recorrer de algum outro mais no
2399 mínimo nenhuma ética estaria ferida agora sem deixar de fazer emissão a relevância do
2400 trabalho prestado, então aí a gente vai encontrar uma situação que diverge do direito posto
2401 especificamente do direito administrativo na tramitação do ato com aquilo que a gente está
2402 deliberando em desconformidade com a vontade do ente. **ROBERTA:** Dá entidade **JOSÉ**

2403 **HENRIQUE:** Dá entidade **ROBERTA:** Eu continuo insistindo, mesmo com todas as
2404 posições podemos passar para votação? Então só deixa eu dar o encaminhamento para
2405 gente não poder votar errado, o encaminhamento é o seguinte quem for a favor de não
2406 tramitar o ato até que a Anália resolva a questão no COGEMAS é a proposta número 1,
2407 proposta número 2 partindo do princípio que o nosso conselheiro da fazenda colocou que
2408 deva tramitar normal e ela que faça a sua discussão e se for o caso revogue o que foi feito
2409 pelo próprio COGEMAS, ok? Estamos claros para votação? **DENISE:** Reafirmo o meu
2410 respeito pela colega conselheira mas sou desfavorável pela solicitação, proposta 2
2411 **ROBERTA:** A proposta 1 é o pedido da Anália **RONALDO:** Proposta 1 **JOSÉ HENRIQUE:**
2412 Proposta 2 **RODRIGO:** Proposta 2 **VINÍCIUS:** Proposta 2 **GEISIANE:** Proposta 1 **MARIA**
2413 **GERALDA:** Proposta 1 **SÔNIA:** Proposta 2 **MILLA:** Proposta 2 **SHIRLEY:** Eu gostaria de
2414 um esclarecimento **ROBERTA:** Não, agora é votação. **SHIRLEY:** É porque eu estava
2415 esperando chegar em mim para pedir esse esclarecimento, não é possível fazer isso?
2416 **ROBERTA:** Eu vou abri um precedente Shirley mas só para gente poder compreender,
2417 no momento do debate é o momento de esclarecimento, no momento que eu encaminho
2418 para a votação é votação, mas enfim. **SHIRLEY:** É porque não está muito claro isso para
2419 mim, por exemplo se a proposta 1 for aprovada isso poderia ter algum impacto sobre o
2420 conselho? Porque pelo o que eu estou entendendo ele diz que tem questões legais de
2421 nós estarmos votando em relação ao um processo que não me seria pertinente, quais
2422 seriam os impactos disso? **ROBERTA:** Então se abstém **SHIRLEY:** Abstenho **HERMELIS:**
2423 Proposta 1 **LÚCIA:** Proposta 2 **JÚLIO:** Proposta 2 **VOLNEY:** Proposta 1 **ROBERTA:**
2424 Proposta 1 **FERNANDA:** Abstenho **CONSOLAÇÃO:** 8 proposta 2, 6 proposta 1 e 2
2425 abstenções **ROBERTA:** Então venceu a proposta 2. Mais alguma questão na pauta
2426 gente? Então até o mês que vem se Deus quiser.

Nome	Entidade / Órgão	Assinatura
Adriane Cristina Domiciani R. Rosa	CRED	
Denise Cunha	CRESS	
Fernanda R. Maia Mendes	SES/ MG	
Gesiane Lima soares	Caritas	
Hermellis Messias T. de Campos	CMAS/ São Francisco de Paula	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
José Henrique High	SEF/ MG	
Júlio Cesar oliveira Brum	IMSNS	
Lucia Elena santos J. Rodrigues	COGEMAS	
Maria Albanita Roberta de Lima	SEDESE	
Maria Geralda vilela Cupertino	SEE	
Mila Magalhães Ribeiro	SEPLAG	
Rodrigo dos santos França	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/ Juiz de Fora	
Shirley Aparecia Moreira da Silva	CMAS/ Sarzedo	
Sônia Maria Costa Azevedo	SEAPA	
Vinicius Queiroga Mendoza	CMAS/ BH	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	

2427